

U. PORTO



**FACULDADE DE DESPORTO
UNIVERSIDADE DO PORTO**

**ECONOMIA DO DESPORTO:
A COMPETITIVIDADE DE PORTUGAL
NA UNIÃO EUROPEIA**

Dissertação apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, com vista à obtenção do grau de Doutor em Ciências do Desporto (Decreto-Lei nº 216/92 de 13 de Outubro).

Orientadores: Professor Doutor José Pedro Sarmento

Professor Doutor Carlos Pestana Barros

Fernando José Santos Tenreiro

Porto, 2010

Tenreiro, F. J. S. (2010), *Economia do Desporto: A Competitividade de Portugal no Contexto Europeu*, Dissertação de Doutoramento em Ciências do Desporto apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Palavras-chave: Portugal, economia, federações desportivas, competitividade, modelo DEA Malmquist.

Dedicatória

À Margarida, ao Diogo e à Fátima

Agradecimentos

Agradecer institucionalmente à Faculdade de Desporto, da Universidade do Porto, o aceitar promover a tese em Economia do Desporto num panorama de desertificação nacional do conhecimento da economia do desporto.

Deixar o agradecimento institucional ao Instituto do Desporto de Portugal e à Secretaria de Estado do Desporto pela disponibilidade de tempo concedida para a realização da tese e pela liberdade de expressão sobre as dúvidas suscitadas no percurso do desporto português em artigos de opinião em colectâneas, na comunicação social e nos blogues desportivos.

Agradecer aos professores catedráticos e de outra cátedra, com quem esta tese se tornou possível fruto das suas enriquecedoras contribuições José Pedro Sarmiento, Carlos Pestana Barros, Gustavo Pires, António Serôdio, Vítor Santos, Rui Pinto Duarte, Stefan Kesenne, Jean-Jacques Gouquet e João Boaventura.

Os meus melhores agradecimentos são também dirigidos a amigos, colegas e companheiros que participaram nestes trabalhos e com os quais dialoguei directa e indirectamente, por causa de palavras ou obras que constituíam em determinado momento uma questão, de esclarecimento e, ou, de contradição, do modelo desportivo nacional e europeu que a tese propõe. Sem contacto directo com a tese deixo o reconhecimento do seu contributo anónimo e significativo o qual, noutras condições institucionais, geraria possibilidades de debate e competitividade.

Os debates da Lapa, enquanto esta se fenecia, com José Cordovil, Jorge Adelino, Mário Moreira, Cristina Almeida, Francisco Silva, Pedro Paulo, André Cunha e Vítor Pereira foram o diálogo desportivo plenamente conseguido.

Assinala-se a experiência rica no Panathlon Clube de Lisboa, durante o período da tese, e da percepção dos desafios de gerações de líderes desportivos voluntários prejudicados permanentemente pela excepção do desporto nacional no contexto europeu. Destaco singelamente o General Rodolfo

Begonha, o Prof. Afonso dos Santos e a Dra. Maria Emília Azinhais pelo trabalho realizado no único *think-tank* do desporto português e de que esta tese beneficiou.

Conversando com líderes desportivos sobre desafios, problemas e soluções fui compreendendo as limitações económicas a que procurei equacionar um modelo compreensivo para quem actualmente tem, e quem teve responsabilidades desportivas, destacando Mirandela da Costa, Fernando Mota, José Manuel Constantino, Manuel Boa de Jesus, Pedro Ribeiro, Joaquim Evangelista, Hermínio Loureiro, Alberto Coelho, Manuel Brito, Augusto Baganha, Abel Santos.

Realço os contributos informáticos de Luís Santos e Paulo Gonçalves para que a electrónica não se apoderasse da tese.

Reconhecer e dar conta, agradando, a proficiência e celeridade de Fátima S. José Batista na derradeira leitura da tese.

As lacunas e erros que subsistam são da minha responsabilidade.

Linda-a-Velha, 20 de Julho de 2010

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	XIX
1 Portugal na Europa do desporto e a economia	xx
2 Objecto.....	xxix
2.1 Competir pelo produto, maximizar o bem-estar social	xxix
2.2 A estrutura da tese	xxxi
3 Método	xxxii
4 Motivação	xxxiv
4.1 1974-2010 – os anos de maior desenvolvimento desportivo	xxxviii
4.2 O desporto português sem eficiência económica.....	xlii
4.3 Um modelo económico para a ambição da União Europeia	xliv
1 ANÁLISE DE CONTEXTO: O DESPORTO DE PORTUGAL E O DA EUROPA, ANÁLISE EMPÍRICA	1
1.1 A ciência económica na política desportiva da UE	1
1.1.1 O desenvolvimento dos estudos e estatísticas europeias	3
1.1.2 O Livro Branco do Desporto.....	8
1.2 Análise empírica ao desporto português	14
1.2.1 A competitividade nacional	15
1.2.2 A competitividade desportiva	21
1.2.3 Conclusão.....	45
1.3 Análise empírica ao desporto europeu.....	47
1.3.1 A Europa é o maior mercado desportivo	48
1.3.2 Os resultados desportivos e os económicos	52
1.3.3 Modelos europeus em competição	55
1.4 Conclusão.....	61
2 REVISÃO DA LITERATURA – DESPORTO UMA ECONOMIA PECULIAR.....	65
2.1 A teoria económica subjacente à tese	66
2.1.1 Produto e eficiência	67
2.1.2 Produtividade.....	68
2.2 O desporto objecto de investigação económica	72
2.2.1 O bem e a produção desportiva.....	75
2.3 A dupla regulação privada e pública.....	93
2.3.1 A Procura privada e a procura social	93
2.3.2 Actuação das federações	96
2.3.3 A falência das federações e a actuação do Estado	112

2.4	Conclusão	120
3	MODELO E HIPÓTESES.....	123
3.1	O modelo e o produto desportivo	123
3.2	A produção desportiva federada	125
3.3	O consumo privado e o consumo público	128
3.4	A regulação privada e a regulação pública.....	129
3.5	Hipóteses do modelo	130
4	O MÉTODO.....	133
4.1	Orientações input e output da ineficiência técnica.....	134
4.2	O cálculo da produtividade segundo Malmquist	136
5	DADOS E RESULTADOS	141
5.1	A análise portuguesa.....	141
5.1.1	Dados	141
5.1.2	Resultados.....	142
5.2	A análise europeia.....	145
5.2.1	Dados	145
5.2.2	Resultados.....	147
6	DISCUSSÃO E CONCLUSÃO	151
6.1	Discussão	151
6.1.1	A validade do método.....	151
6.1.2	Os contributos da análise de contexto	153
6.2	Conclusão.....	156
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	161

Índice de Figuras

Figura 1-1 – Prática desportiva por escalões etários, população residente e praticantes, 2007	24
Figura 1-2 – Praticantes por técnico ou professor, média 2005 a 2007	25
Figura 1-3 – Praticantes por clube escola ou ginásio ou academia, média 2005 a 2007	26
Figura 1-4 – Despesa em Desporto pelo Estado e pelas famílias, milhões de euros, média de 2004 a 2007	27
Figura 1-5 – Despesa por praticante segundo o subsistema, euros, média de 2004 a 2007	28
FIGURA 1-6 – Década de fundação das federações de modalidade	29
Figura 1-7 – Distribuição das medalhas olímpicas pelos países europeus desde o início dos Jogos Olímpicos da era moderna e nos Jogos de Olímpicos de Pequim 2008, número de medalhas	33
Figura 1-8 – Adesão das federações à FIFA, décadas	49
Figura 1-9 – Importância das federações continentais, por décadas e percentagem de federações	50
Figura 1-10 – Produção de Medalhas Olímpicas na Europa, população e o PIB	54
Figura 1-11 – Procura e oferta dos sub-modelos europeus	57
Figura 1-12 – Pirâmide desportiva europeia, percentagem de praticantes	59
Figura 1-13 – Despesa pública e relação entre a despesa privada e a pública	61
Figura 2-1 – Componentes do crescimento económico	69
Figura 2-2 – O modelo do espaço contínuo de desenvolvimento desportivo e melhoria e quantificação do autor	82
Figura 2-3 – ‘Big Picture’ do desporto Inglês, introduzido pelo Sport England, 1998	83
Figura 2-4 – A trindade económica e a da produção de desporto	85
Figura 2-5 – Ambiente da economia do Desporto	94
Figura 2-6 – Procura privada e pública e subsídio público	96
Figura 2-7 – Estrutura da autonomia das organizações desportivas	111

Figura 3-1 – Modelo económico do desporto: Pirâmide de três degraus.	127
Figura 4-1 – DEA orientação output	136

Índice de Quadros

Quadro 1-1 – Agrupamento de federações e dimensão média por grupo, praticantes de 2008.....	30
Quadro 1-2 – Identificação das federações em cada agrupamento por décadas e por dimensão da prática	31
Quadro 1-3 – Praticantes federados em Portugal	34
Quadro 1-4 – A Europa na FIFA, rankings em 2007	51
Quadro 1-5 – Medalhas e Jogos Olímpicos, valor absoluto e percentagem	52
Quadro 1-6 – Financiamento e participação desportiva nos países dos sub-modelos europeus.....	60
Quadro 2-1 – Evolução das ligas desportivas	103
Quadro 3-1 – Procura em 3 degraus.....	127
Quadro 5-1 – Características das variáveis das federações, 1996 e 2008	142
Quadro 5-2 – Produtividade de 23 federações desportivas portuguesas: 1996 a 2008	143
Quadro 5-3 – Características das variáveis dos países, 2005 e 2007	146
Quadro 5-4 – Produtividade desportiva de 16 países europeus, 2005 e 2007	148

Abreviaturas e símbolos

- AFC – FEDERAÇÃO ASIÁTICA DE FUTEBOL
- AGAP – Associação de Empresas de Ginásios e Academias de Portugal
- APOGESD – Associação Portuguesa de Gestão do Desporto
- CAF – Federação Africana de Futebol
- CAS – Court of Arbitration for Sport
- CDP – Confederação do Desporto de Portugal
- COI – Comité Olímpico Internacional
- CONCACAF – Federação Norte e Centro Americana de Futebol
- CONMEBOL – Federação Sul Americana de Futebol
- COP – Comité Olímpico Português
- CRS – Rendimentos constantes à escala
- DEA – Data Envelopment Analysis
- DEAP – Data Envelopment Analysis Program
- DGDSE – Direcção-Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar
- DGIDC-GCDE – Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular – Gabinete Coordenador do Desporto Escolar
- ECA – Associação de Grandes Clubes Europeus
- ENGSO – Organizações Europeias Não-Governamentais de Desporto
- EOC – Comité Olímpico Europeu
- EOSE – Observatório Europeu de Emprego Desportivo
- EPAS – ENGSO, Acordo parcial alargado de desporto
- EPC – Comité Paraolímpico
- Euro 2004 – Campeonato da Europa realizado em 2004 em Portugal
- FADU – Federação do Desporto Universitário
- FIFA – Federação mundial do futebol
- GM – General Motors
- G-14 – Grupo dos maiores clubes de futebol europeus
- IDP, I.P. – Instituto do Desporto de Portugal, Instituto Público
- IFAB – INTERNATIONAL FOOTBALL Association BOARD

- INATEL – (antes FNAT) Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho
- LBSD – Lei de Bases do Sistema Desportivo
- LBD – Lei de Bases do Desporto
- LBAFD – Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto
- Londres 2012 – Jogos Olímpicos a organizar em Londres, Reino Unido
- NACE – Classificação europeia de sistemas de actividades económicas
- OCOG – Comité Organizador para os Jogos Olímpicos
- OFC – Federação de Futebol da Oceânia
- Sub-21 – Escalão etário para jovens com menos de 21 anos de idade
- TBE – Theory-Based Evaluation de Weiss (1997)
- UE – União Europeia
- UEFA – Federação Europeia de Futebol
- NU – Nações Unidas
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação
- VRS – Rendimentos variáveis à escala
- WADA – World Anti-Doping Agency
- WHO – Organização das Nações Unidas para a Saúde

Resumo

O objecto económico da tese é a competitividade na economia das federações desportivas através da determinação da produtividade de Portugal no mercado europeu. A tese estima a variação na produtividade total do desporto português em dois níveis: na competição entre as federações desportivas no mercado nacional na competição e no mercado europeu com os outros países do continente. A produtividade total é subdividida em variação técnica da eficiência e em variação tecnológica segundo o modelo DEA (Data Envelopment Analysis). O objectivo deste modelo é encontrar as melhores práticas que geram melhorias da performance entre as federações nacionais e de Portugal na Europa. A tese propõe um modelo de pirâmide de produção desportiva com três funções de produção: a informal, a recreativa e a de alto rendimento. Este modelo permite equacionar a economia das federações desportivas e dimensionar a competitividade dos sistemas desportivos. Na análise empírica as federações portuguesas são hierarquizadas segundo os resultados de 1996 a 2008, e os países europeus são hierarquizados pela sua produtividade de 2005 para 2007 mostrando a produtividade das federações e de Portugal no contexto europeu no período. A análise detectou limitações da análise económica e das estatísticas em Portugal e na Europa para as quais são indicadas medidas de política desportiva privada e pública. As conclusões da tese apontam para medidas de política desportiva a nível europeu, nacional e associativo nomeadamente para a consideração do mercado do desporto como o de monopólios em competição cujo benchmark europeu permite a definição de medidas de política desportivas tendentes à convergência dos países e das federações no contexto europeu.

Palavras-chave: Portugal, economia, federação desportiva, competitividade, modelo DEA Malmquist.

Abstract

The economic object is the competition of the economy of sport federations calculated by the productivity of Portugal in the European sport market. The thesis computes the variation of total productivity for the Portuguese sport in two levels: the competition among Portuguese sport federations and in consolidated terms in the competition with other member states of the European Union. Total productivity divided in technical efficiency and technological variation according the DEA model (data envelopment analysis). The objective of this model is to find better practices that generate better performances among national federations in Portugal and among different European countries. The thesis presents a sports pyramid with three steps as production functions: the informal sport practice, the recreation production function and the excellence production function. This new model applies to the economy of sport federations to dimension the competition of sport systems. The empirical analysis of Portuguese sport federations are hierarchic order according productivity results between 1996 and 2008, while European countries are put in hierarchic order according their productivity from 2005 to 2007, illustrating the productivity of federations and European countries. Analysis detected limitations in the economic analysis and from Portuguese and European statistics of sport production which measures of public and private sport policy are suggested. Policy conclusions are obtained for countries and federations to converge within the European context.

Keywords: Portugal, economy, sport association, competitiveness, Malmquist DEA model.

“Quando sentirdes que determinadas leis, directivas e medidas são contra produtivas, deveis dizê-lo em público. Enviai a Roma não declarações da vossa devoção, mas sim pedidos de reformas!”

Hans Kung (2010)

“Um dos problemas é que não existe absolutamente nenhuma evidência de um ‘trickledown effect’¹ do sucesso da elite (Stewart et al (2004)) ou dos resultados olímpicos (Coalter (2004)) sobre a restante prática desportiva.”

Michael Collins (2010: 314)

INTRODUÇÃO

O desporto é um mercado de concorrência imperfeita constatado pelos primeiros economistas a debruçarem-se sobre a sua economia como Rottenberg (1956), Neal (1964), Sloane (1969), El-Hodiri e Quirk (1971), Demmert (1973)², Scully (1973) e Noll (1974). As ligas de equipas profissionais americanas levaram-nos a sugerir as primeiras peculiaridades do mercado do desporto e as medidas de actuação de agentes como as ligas de clubes com equipas profissionais e de regulação públicas.

Actualmente a União Europeia usa a economia como um instrumento de apoio à sua decisão de política desportiva enquanto Portugal é levado a um comportamento de política desportiva que produziu resultados que o colocam no último lugar desportivo do continente europeu. Ver análise de contexto.

¹ *Trickledown effect* na literatura anglo-saxónica traduz-se no texto como ‘efeito automático’ seja no desporto, seja na economia. No desporto em Portugal promoveu-se o investimento no alto rendimento afirmando-se que esse investimento geraria a conquista de cada vez mais medalhas e que a população portuguesa começaria a praticar desporto. Em termos económicos dizia-se que com o crescimento económico as populações consumiriam mais desporto. A realidade demonstrou que o efeito automático esperado, o desportivo e o económico, não se realizou cabalmente e Portugal apenas se aproximou lentamente dos indicadores desportivos da média europeia mantendo uma posição modesta nos rankings desportivos europeus consolidados.

² A primeira tese de doutoramento em economia do desporto.

O comportamento competitivo dos Estados membros e da União Europeia no desporto mundial tem consequências para o desenvolvimento da economia do desporto a fim de responder aos desafios económicos colocados pela perspectiva europeia de desporto.

1 PORTUGAL NA EUROPA DO DESPORTO E A ECONOMIA

Desde que a atenção dos economistas focou o desporto, o seu sucesso económico e social desafiou os decisores públicos para maximizarem o bem-estar dos países e de um continente, como faz actualmente a União Europeia.

O continente europeu na sua antiguidade clássica criou o desporto e no século XIX recriou esse conceito civilizacionalmente o qual conquistou o mundo. A Europa que a tese refere é a da União Europeia enquanto construção política, social, económica e actualmente também desportiva de que Portugal faz parte.

Os conceitos de *policy* e de *politics*, na acepção anglo-saxónica, separam a política desportiva da União Europeia da política desportiva de Portugal. A *policy* desportiva da União Europeia implícita nos seus actos e documentos mostra que o seu percurso tem um conteúdo e um sentido durante os últimos quarenta anos visando a competitividade europeia. Os documentos produzidos permitem distinguir três momentos:

1. *A resposta aos litígios e a percepção dos novos desafios* entre parceiros desportivos dos Estados membros, produzindo principalmente os acórdãos do Tribunal de Justiça, cujo período de realização se estende desde os anos setenta aos noventa, segundo Parrish (2003):
 - a. *Sobre a concorrência*:
 - i. Regulação: Caso Meca-Medina sobre dopagem, 2006; Caso Piau relativo às regras dos agentes de jogadores da FIFA, 2006;

- ii. Direitos de comunicação social: dois casos sobre a Eurovisão acerca da aquisição conjunta de direitos de transmissão desportivos, 1993 e 2002;
 - b. Regras do mercado interno da União Europeia: Caso Deliège Judo, 1996 e 1997, Opinião do Advogado Geral Cosmas, 1999, Caso Lethonen e o basquetebol 1996, Caso Bosman, 1995, Caso Dona-Mantero, 1976, Caso Walgrave e Koch, 1974;
2. *Os instrumentos preparatórios da política desportiva da União Europeia* de que se destacam o Relatório Independente (2005) e o Livro Branco do Desporto (2006) e que fundamentaram os objectivos desportivos do Tratado de Lisboa assinado em 2007;
3. *Os documentos subsequentes ao Tratado de Lisboa (2007)* criados pelos órgãos da União Europeia que estabelecem o objectivo da política desportiva e os instrumentos de política. Entre estes actos e documentos estão:
- a. Declaração Conjunta dos Ministros do Desporto sobre o Significado Social e o Diálogo com o Desporto em 2008, o 1.º Fórum do Desporto em Biarritz, França, em 2008, a votação no Parlamento Europeu de uma moção sobre o Livro Branco do Desporto, em 2008, os relatórios económicos Amnyos (2008 e 2010³), o Programa de Acções Preparatórias no campo do desporto e eventos anuais da União Europeia em 2009, a entrada em vigor do Tratado de Lisboa o qual inclui as competências no desporto pela União Europeia, em 2009;
 - b. Várias reuniões temáticas: 1.º meeting sobre a inclusão social e a igualdade de oportunidades no desporto, em Julho de 2010, 9.º meeting sobre desporto e saúde, Junho de 2010, 7.º meeting sobre desporto e economia, Junho de 2010, 5.º meeting anti-doping, Maio de 2010, 3.º meeting sobre educação e treino, Maio de 2010.

³ O relatório Amnyos (2010) é um conjunto de intervenções e resultados preliminares, em *power point*, realizadas depois de um inquérito da União Europeia às “Barreiras de financiamento aos clubes de bairro”, em curso até final de 2010.

O actual divórcio nacional face à Europa, não é novo porque aconteceu no século XX, atenuou-se de 70 a 90 e ao abrandar o crescimento a partir de 2000, diverge da Europa em 2010. Portugal coloca em risco o bem-estar e estilo de vida activo que a sua população poderia beneficiar através da prática do desporto durante o século XXI e mantém-se afastado da competitividade desportiva europeia.

Portugal ignora o conteúdo, o ritmo e o sentido histórico da *policy* da Europa implícita nos seus Tratados, o 'saber fazer' as políticas, os estudos e programas e, no âmbito desta tese, a economia que sustenta o sucesso mundial do desporto europeu. De momento Portugal parece não acompanhar os inúmeros *meetings* que a União Europeia acciona para prover os elementos comuns do desporto europeu, como se observa no site da União Europeia⁴.

O défice desportivo português é um problema dos portugueses, não é um problema estrutural para a Europa. O caso de Portugal é preocupante para os portugueses dado que a sua *politics* do desporto contribui para a divergência nacional em relação à Europa. Portugal parece orgulhar-se do último lugar que ocupa com medidas de *politics* do desporto como um Congresso, três leis de bases, investimentos descontextualizados das suas necessidades, a falência dos clubes e das suas jóias o Benfica, Sporting e o Porto, os salários em atraso e a ineficácia dos apoios aos seus atletas e ao programa olímpico e dos estudos que concretiza no interesse da *politics* caseira e sem um sentido estruturante que aproxime o produto e o bem-estar desportivo dos níveis europeus.

Ao contrário do que acontece com a união monetária da Europa onde a saída de um país prejudica os restantes e a economia do continente, no caso do desporto, Portugal será abandonado porque a falência desportiva do país não afecta o todo europeu. Portugal pode ser o excluído desportivo do continente para onde o paradigma da *politics* nacional arrasta o seu desporto. A competitividade desportiva e económica europeia permanece a referência ignorada por Portugal tanto no âmbito da política desportiva quanto no seu

⁴ http://ec.europa.eu/sport/news/news956_en.htm

suporte científico como demonstram as estatísticas desportivas e a ausência de investigação económica no desporto. O relatório Amnyos (2008) demonstra esta realidade.

A Europa e Portugal prosseguem vias que contrastam e divergem nas políticas económicas do desporto e nos resultados. A Europa cria *policies* para o desporto que são claras nos documentos criados como o Livro Branco do Desporto e no Relatório Amnyos (2008), prossegue princípios de eficiência económica para compreender e melhorar a competitividade dos seus parceiros privados e ajudá-los a competir e ganhar resultados mundiais. Por sua vez Portugal ignora os instrumentos económicos no suporte à decisão de política, não acompanha aprofundadamente os projectos económicos europeus e prejudica os seus parceiros privados na produção de resultados em todos os domínios do mercado desportivo. Estes resultados observam-se tanto no conteúdo das medidas de política europeia protagonizada pela União Europeia como pelas políticas desportivas realizadas no mesmo período de tempo durante os últimos dez anos, em Portugal e na Europa.

Depois de um investimento e acumulação de capital humano e físico significativo, desde 1974, o desporto de Portugal tem um problema económico relacionado com a produção eficiente desse capital que não é observado nas escassas estatísticas nacionais e europeias. O problema da eficiência do capital humano e social acumulado pela produção desportiva é um desafio económico clássico: existe ineficiência económica na produção desportiva portuguesa.

O desafio para Portugal será ou compreender e assumir a competitividade europeia e caminhar para a sua média, ou continuar a não assumir esse desafio e implicitamente atrasar o desenvolvimento desportivo, divergindo da Europa do desporto.

Em Portugal a economia do desporto deve assumir o desafio de acompanhar o objectivo da União Europeia de se manter como o continente mais competitivo do desporto mundial.

Articulando a competitividade⁵ com a produtividade⁶, o Índice de Competitividade Global (2010) afirma que a economia mais competitiva é a que cresce mais rapidamente no médio e no longo prazo. O facto de a Europa investir em desporto para aumentar a sua produtividade faz com que o continente ganhe níveis de competitividade sustentados economicamente como aconteceu no século XX e a Europa projecta para o século XXI.

A economia do desporto tem um desafio alicerçado em dois problemas clássicos da ciência económica:

1. A correcta definição da concorrência no mercado do desporto, identificando as peculiaridades do mercado do desporto, para definir bem os direitos de propriedade e os critérios de maximização do lucro e do bem-estar dos parceiros desportivos.
2. A abundância de informação sobre as relações e impactos económicos da actuação dos parceiros desportivos a fim de diminuir os custos de transacção e tornar mais eficientes os mercados.

Recentemente a teoria económica em termos gerais e na sua aplicação ao desporto encontra limites que são questionados respectivamente por Krugman e Wells (2007),, quanto aos limites matemáticos, Stiglitz (2008), relacionado com as limitações estatísticas, e por Gratton e Taylor (2000), Coalter (2007) e Collins (2010), quanto aos desafios da investigação económica no desporto. Em particular, no seu desenvolvimento, a economia do desporto cresceu respondendo aos desafios colocados pelo mercado e pela regulação nacional tendo respondido às questões da procura e da oferta de serviços desportivos em pelo menos três segmentos identificados com a prática informal, a recreativa e o alto rendimento. Collins (2010) realça um pressuposto que

⁵ Na tese o conceito de competitividade será o definido no “Índice de competitividade global de 2010-2011” como o conjunto de instituições, formas de fazer política e factores que determinam o nível de produtividade de um país. Acrescenta que as economias mais competitivas produzem tendencialmente níveis de rendimento mais elevados para os seus cidadãos. Este conceito é aprofundado no capítulo 2.

⁶ O Índice de Competitividade Global indica que a produtividade estabelece o nível sustentado de prosperidade que pode ser alcançado por uma economia. Acrescenta que o nível de produtividade também determina as taxas de retorno obtido pelos investimentos (físico, humano e tecnológico) numa economia.

Coalter (2007) evidenciou sobre a inexistência de efeitos automáticos do alto rendimento para o aumento da prática informal e da recreativa. Este facto alerta para a alteração da perspectiva da produção desportiva e para o aprofundamento dos modelos de avaliação do desporto enquanto mercado que não possui as regras dos mercados de concorrência perfeita. Já MacDonald (2010) indicou as falhas na concepção científica relacionadas com a inexistência de custos de transacção entre o desporto profissional e a recreação.

A análise da literatura económica associada ao desporto mostra que, após a definição do desporto como um sector peculiar por Neale (1964), e aceite correntemente na teoria económica do desporto por Kesenne (2007), Downward et al (2009), Szymanski e Kuipers (1999), Fort (2003), as ilações retiradas das características peculiares do desporto foram insuficientes como serviço, quanto à sua produção e à regulação. A análise da literatura na tese questiona a peculiaridade ao nível do produto para a estender a seguir à produção e à regulação. Sugere que o desporto produz capital humano, social e cultural que constituem factores de produção de desporto, educação, saúde e comportamento social. A produção de desporto considerada peculiar por Neale é caracterizada por Gratton e Taylor (2000) e Downward et al (2009) como possuindo uma pirâmide de produção desportiva. A tese indica que a pirâmide tem três funções de produção, a saber, a actividade informal na base, a recreativa no meio e a de alto rendimento no topo e quantifica as respectivas proporções.

As sugestões sobre a natureza do produto desportivo e da sua produção induz uma terceira consequência relacionada com o direito de propriedade das federações e a constituição do mercado de concorrência monopolista. A aceitação das peculiaridades tem como consequência a existência de uma dupla regulação privada e pública no respeitante ao Modelo Europeu de Desporto e à perspectiva que a União Europeia tem para o seu desporto no século XXI.

Os resultados europeus se são extraordinários, quanto aos indicadores agregados e às conquistas das medalhas nos Jogos Olímpicos, são questionados nos seus resultados de apoio às políticas sociais prosseguidas. Coalter (2007:1) contrapõe a imagem mítica do desporto (*mythopoeic sport*) enquanto sector produtor de resultados inevitavelmente positivos, à falta de acumulação de um corpo de evidência produzida pela investigação científica para apoiar a decisão da política desportiva, indicados segundo os princípios de Pawson (2006) e Weiss (1997) relacionados com a teoria TBE.

No início do século XXI a investigação de Coalter (2007) e Collins (2010) coloca um novo paradigma científico que questiona o carácter infalível dos benefícios automáticos do sector e exige da investigação desportiva quatro factores relacionados com, primeiro, os melhores argumentos conceptuais; segundo, os melhores argumentos metodológicos; terceiro, a necessidade e a suficiência dos factores intermédios que afectam as medidas de política; e, quarto, as limitações das revisões de literatura. A falta de argumentos científicos fortes é explicada por Coalter (2007:1) nestes quatro factores, a saber:

1. *Fraqueza conceptual*. Existe uma variedade grande de definições de desporto; a natureza, a duração da participação, *impactos intermédios* (por exemplo o efeito do desporto nos participantes) e os *resultados* (o comportamento resultante ou as alterações sociais – reduzido ‘comportamento anti-social’ e aumento da ‘coesão social’). Tal variedade e falta de precisão levantam muitas questões de validade e comparabilidade;
2. *Fraqueza metodológica*. Há uma falta de avaliação robusta e sistemática na maior parte dos programas. Em parte isto reflecte o estatuto *mythopoeic* do desporto e a consideração da inevitabilidade de resultados positivos, com pouca necessidade de monitorização e avaliação do funcionamento do desporto. Onde a investigação acontece, existe muitas vezes uma sobre-concentração nos outputs e um falhanço na definição precisa e medida dos resultados e impactos intermédios

desejados; concepção transversal, com informação longitudinal limitada; amostragem conveniente; falta geral de grupos de controlo e falha de controlo para um grande conjunto de variáveis potencialmente intervenientes e confundíveis. O número de artigos académicos que concluem pela existência de limitações metodológicas acerca das limitações inerentes à metodologia escolhida é alarmante. Esta questão levanta outras questões substanciais de consistência;

3. *Pouca consideração das condições suficientes.* A participação no desporto (ela própria uma meta difícil em certos grupos-alvo de baixa participação) é uma necessidade, mas não uma condição suficiente para obter os benefícios esperados. A este respeito há uma falta de informação acerca de vários mecanismos, processos e experiências associadas com a participação. Temos uma compreensão restrita acerca de que desportos e *processos* desportivos produzem que *resultados*, para que participantes e em que *circunstâncias*.
4. *As limitações inevitáveis associadas com tal revisão de literatura* (ou narrativa) que estão largamente dependentes dos materiais publicados. Os materiais incluídos nestas fontes (a maior parte revistas académicas) é inevitavelmente selectiva e falha fornecer a informação das complexidades plenas dos programas (e raramente fornece a informação importante vital acerca das iniciativas falhadas).”

A hipótese de Coalter (2007) se observada numa perspectiva agregada do todo económico da produção desportiva realça a importância da análise das funções de produção que constituem a pirâmide de produção desportiva para compreender qual o relacionamento, os impactos cruzados tangíveis e intangíveis e os agentes envolvidos. Este procedimento comporta uma nova luz à actuação preconizada pela União Europeia.

O ‘exercício da política baseada em factos’⁷ cuja teoria “reflectia a ênfase crescente nos resultados e na eficácia e no desejo de basear a política e a prática em factos robustos para assegurar a produção das metas políticas dos

⁷ Tradução do inglês do conceito *evidence-based policy-making* definido na *theory-based evaluation* (TBE) de Weiss (1997).

governos”, ver Coalter (2007), é relevante face às críticas de compreensão do produto desportivo e das consequências das medidas.

O ponto 3.1, denominado “Mover para políticas desportivas baseadas em evidência”, do Livro Branco do Desporto da União Europeia, refere explicitamente “O lançamento de medidas de política e melhor cooperação no desporto ao nível da União Europeia necessita de uma base de conhecimento forte. A qualidade e comparabilidade da informação necessitam de ser melhoradas para permitir um melhor planeamento estratégico e elaboração de políticas na área do desporto.”

Deste modo, a existência da TBE e da ênfase no processo, mecanismos e teorias programáticas de Pawson (2006) sobre abordagens realistas de avaliação de projectos, e os objectivos do Livro Branco do Desporto (2006) focam as estatísticas do desporto e a avaliação económica do desporto; o relatório Amnyos (2008) produziu as primeiras estatísticas e análises dos 27 Estados membros da União Europeia. É este desenvolvimento estatístico e a preocupação de suportar as medidas de política em melhor conhecimento por parte da União Europeia que sugere a existência de um atraso no desenvolvimento desportivo português que afasta Portugal da média desportiva europeia.

Para Portugal aumentar a sua produtividade e produzir a qualidade de vida e os talentos desportivos que o benchmark europeu mostra existir nos países mais desenvolvidos do mundo, a tese olha para três ordens de razões:

1. *Que políticas desportivas e quais os seus efeitos?* Não havendo aspectos distintivos para o futuro, quais as características da produção desportiva portuguesa, dos últimos trinta anos até hoje, incluindo os efeitos automáticos desportivos e económicos esperados, que são justificados pelas medidas de política desportiva?
2. *Existem efeitos automáticos?* A ambição europeia influenciará a política desportiva nacional e garantirá a Portugal automaticamente a produção dos feitos extraordinários do desporto europeu?

3. *Qual a relevância da economia para a política desportiva?* Necessita a economia do desporto de responder à ambição europeia como diálogo a duas vozes empenhadas, uma voz política que define o objecto, a outra técnica, com diferentes parceiros, um dos quais a economia que faculta instrumentos técnicos e científicos sobre como fazer alternativamente e em que dimensões para concretizar melhor a política desportiva?

Depois da resposta às questões introdutórias acima referidas, segue-se a apresentação do objecto e da estrutura da tese. O método é apresentado no terceiro ponto. A introdução termina com a apresentação da motivação do objecto relacionado com os limites do desenvolvimento desportivo português e as dissonâncias encontradas no tratamento dado à economia do desporto em Portugal face ao percurso da União Europeia e dos seus Estados membros.

2 OBJECTO

Indicada a ideia central da tese, procura-se responder a interrogações que a política desportiva da União Europeia coloca ao processo de ajustamento dos seus países e em particular a Portugal.

Este ponto aborda o objecto e a estrutura da tese.

2.1 COMPETIR PELO PRODUTO, MAXIMIZAR O BEM-ESTAR SOCIAL

A questão económica abordada na tese é a avaliação da competitividade do mercado do desporto de Portugal, numa dupla problemática:

1. Se a produtividade desportiva de Portugal pode fazer crescer o seu produto desportivo ou se é dominada por factores como a maior concorrência do mercado europeu e dos maiores países aí existentes;
2. Se a produtividade crescente leva o produto nacional a convergir ou a divergir da média europeia.

A resposta à primeira questão define a economia peculiar do desporto para o qual se encontram questões adicionais. Para se compreender, segundo Coalter (2007:3), “os resultados das actividades desportivas, em que circunstâncias, através de que mecanismos, para produzirem que impactos, para quem” levantam-se questões económicas do produto desportivo e da sua produção e regulação como as seguintes:

1. Quais as características económicas do produto desportivo? Fort (2003) e Kesenne (2007) dizem que os adeptos e os consumidores de bens desportivos preferem as competições, o que abre a porta à existência de outros bens desportivos, que não as competições. Em particular, de uma perspectiva económica, a actividade física, referida na LBAFD⁸, é relevante no processo produtivo do desporto?
2. Qual a estrutura de produção de desporto e qual a relação económica entre a actividade física e a competição? Qual a relação de produção económica entre a prática informal e a recreativa e entre estas e a produção de alto rendimento?
3. Qual a relevância do direito de propriedade de uma federação e a sua acção de regulação da produção desportiva para a maximização do bem-estar? As federações maximizam a procura privada e preenchem objectivos de procura pública? Como se articula a dupla regulação privada e pública para a maximização do bem-estar?

Definido o funcionamento do mercado de produção desportivo a tese responde a questões relacionadas com a competitividade do mercado do desporto europeu, onde se encontra o mercado português, como as seguintes:

⁸ Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto, publicada em 2007.

1. Qual é o output europeu no todo mundial e quais as causas do sucesso?
2. A produtividade dos países europeus é homogénea, sendo igual para todos os países, ou constitui-se em agrupamentos distintos de políticas e de resultados desportivos?
3. A União Europeia definiu, pela primeira vez na sua história, uma política desportiva europeia no Tratado de Lisboa. Que características têm as políticas desportivas dos Estados membros, dos seus agrupamentos distintivos e da União Europeia?

2.2 A ESTRUTURA DA TESE

Apresenta-se neste ponto a estrutura da tese.

No primeiro capítulo a análise de contexto investiga brevemente os contributos científicos da sociologia, do direito e da economia para as políticas desportivas europeias. Seguidamente compreende e quantifica a estrutura do desporto português e a do desporto europeu para reter as exigências da produção desportiva que a tese abordará. A análise do desporto português identifica a evolução no século XX do mercado das federações e a estrutura de produção pública e privada. A análise ao mercado de desporto dos 27 Estados membros é equacionada face ao total mundial e faz-se o benchmark europeu do produto desportivo português. O capítulo investiga as possibilidades criadas pela União Europeia de investigação na área da economia do desporto e da produção de estatísticas europeias descritas anteriormente.

Depois de caracterizar o mercado português e europeu de aplicação da tese, o segundo capítulo apresenta a revisão da literatura em três pontos: começa por tratar os conceitos económicos de suporte ao objecto da tese, a seguir discutem-se os conceitos económicos de produto e produção desportiva e termina com a explicação da dupla regulação pública e privada que maximiza o produto económico e social no mercado do desporto.

Segue-se o capítulo terceiro que apresenta o modelo e as hipóteses de trabalho económico segundo os princípios apurados na revisão da literatura económica e que melhor respondem à estrutura de produção desportiva nacional e europeia.

O quarto capítulo descreve o método quantitativo DEA Malmquist para análise da produtividade das federações nacionais e dos países europeus. São discutidas as variáveis utilizadas e as suas limitações.

Os dados e resultados são apresentados no capítulo quinto que identifica os valores de input e os de output assim como os valores de produtividade obtida no modelo DEA Malmquist. A tese identifica, por um lado, comportamentos comuns entre federações e, por outro, os comportamentos dos Estados membros da União Europeia.

No capítulo sexto a tese discute os resultados e apresenta a conclusão sintetizando o raciocínio prosseguido e os resultados encontrados.

3 MÉTODO

A tese faz uma análise quantitativa nos dois níveis onde o desporto de Portugal pode ser avaliado economicamente ao nível nacional e europeu. O trabalho aplica duas vezes o método DEA, *Data Envelopment Analysis*, para determinar primeiro a produtividade das federações que competem em Portugal e segundo a produtividade dos Estados membros da União Europeia. Para compreender o modelo de produção desportivo português, a análise mostrará primeiro a produtividade das 23 federações portuguesas no período de 1996 a 2008 e de seguida identificará a produtividade de 16 países europeus entre 2005 e 2007.

No caso de Portugal os dados são provenientes das estatísticas do associativismo desportivo produzidas pelo Instituto do Desporto de Portugal. Os dados europeus são provenientes dos únicos estudos, os relatórios Amnyos de 2008 e 2010, da União Europeia sobre a prática desportiva e do

financiamento público e privados nacionais. Num caso e noutro, procedeu-se à harmonização dos dados quer pelo preenchimento das lacunas existentes quer pela retirada das federações portuguesas e dos países com informação insuficiente para a análise pretendida. Das 69 federações nacionais, referenciadas no período em análise, foram consideradas 23 que respondem às exigências da análise estatística e dos 27 países da União Europeia apenas 16 possuem informação completa para a análise.

Os dados estatísticos e a descrição das transformações ocorridas são precedidos do suporte teórico que sustenta a análise quantitativa a fim de estabelecer igualmente as medidas preconizadas para o futuro da competitividade de Portugal no mercado do desporto europeu.

A análise económica parte das características do bem desportivo que são relevantes economicamente para explicar a realidade actual da indústria do desporto para o século XXI tal como preconizam para o desenvolvimento desportivo de longo prazo os países mais desenvolvidos, a União Europeia no Tratado de Lisboa e as Nações Unidas nos Objectivos do Milénio e as relações económicas entre os diferentes segmentos da produção desportiva. A tese formaliza um modelo de produção económica para determinar condições de desenvolvimento sustentável do desporto segundo o modelo estabelecido pelos países europeus mais desenvolvidos e pelos princípios estabelecidos pela União Europeia no Tratado de Lisboa.

A teoria económica possui o desenvolvimento científico bastante sobre os mercados de competitividade perfeita e imperfeita que possibilita à tese delinear soluções de produtividade superiores para o comportamento dos agentes desportivos portugueses. A análise económica descrita na tese sugere que as federações desportivas actuam competitivamente como monopólios e o seu comportamento racional visa a maximização do bem-estar social da cadeia de produção formada pela prática de desporto informal, pela recreação e pelo alto rendimento, incluindo este último o desporto profissional.

A análise das estatísticas e dos artigos científicos caracteriza o mercado do desporto europeu em três sistemas desportivos nacionais com políticas e resultados desportivos distintos. A divisão da Europa em três modelos de produção desportiva segundo Szymanski (2010) considera no primeiro grupo os países do norte e centro da Europa, no segundo grupo os países do sul, onde se encontra Portugal, e no terceiro grupo os países de leste.

Segundo esta classificação espera-se que os países do norte possuam o maior valor económico, os países do sul um produto económico intermédio e os de leste, o menor valor económico do produto desportivo. Constata-se, pela análise de contexto do mercado do desporto europeu, que os três sub-modelos integram o mesmo modelo de produção desportiva e sugere-se que este modelo europeu é o mesmo dos modelos nacionais de todos os países do mundo incluindo o norte-americano.

Ou seja, o modelo económico de produção e regulação desportivo proposto na tese será igual ao de todos os países do mundo com diferenças quanto à estruturação das três funções de produção

4 MOTIVAÇÃO

A motivação da tese é a da perplexidade sobre o futuro de um sistema desportivo que nega o exercício de racionalidade económica que a União Europeia e os outros Estados membros prosseguem quando competem com Portugal pelos lugares desportivos cimeiros.

Neste paradigma, de cerceamento da economia como uma parte da realidade desportiva nacional, há que compreender o sentido do desenvolvimento desportivo nacional e dos benefícios e custos para a população portuguesa.

A constatação dos limites da competitividade do desporto português mostra que a Europa actua de forma diferenciada e com melhores resultados. A análise dos seguintes aspectos justifica a motivação particular da tese:

1. Os desafios do desporto português e do desporto europeu;
2. Os conceitos da economia do desporto;
3. A resposta da teoria económica aos desafios do desporto.

O resultado a que cheguei deu sinais eventualmente óbvios e contraditórios o que constitui motivação para a realização da tese.

A primeira questão sugeriu que o desporto português ao contrário de outros países e da União Europeia não teve uma política desportiva eficaz ao longo do século XX pelas organizações públicas e pelo conjunto dos parceiros desportivos, por exemplo, pela incapacidade de ganhar medalhas olímpicas ao nível dos países de igual população e produto económico. Esta perplexidade é tão importante quanto os países europeus desde o início do século XX tiveram objectivos e metas desportivas nacionais que lhes permitiram ganhar centenas de medalhas olímpicas e que a União Europeia já definiu pretender continuar a produzir, como refere o Tratado de Lisboa. A falta de resultados do desporto português próximos da média europeia justificará a aleatoriedade dos resultados no alto rendimento e a baixa competitividade agregada do desporto português. A análise de contexto sugere que sem um objecto e instrumentos equivalentes aos europeus, os parceiros desportivos não mobilizam a sociedade portuguesa, os empresários e patrocinadores e os parceiros sociais como as igrejas, as misericórdias, os patrões e os sindicatos, os governos e as autarquias locais para a maximização do bem-estar desportivo.

Em segundo lugar verificou-se que a teoria económica tem respostas para todos os problemas da produção desportiva em contextos de escassez, Andreff e Szymanski (2006), o que legitima os desafios colocados pelo desporto europeu, por peculiares que sejam as características do comportamento dos seus parceiros privados e públicos. Concluiu-se que a dificuldade maior de Portugal foi suscitada pela economia do desporto aplicada nas políticas

desportivas que, respondendo preferencialmente aos desafios da produção de alto rendimento, não alcançou a unidade de concepção e peculiaridade que a realidade europeia exigiu e que a política desportiva da União Europeia preconiza para o século XXI. Há a constatação do uso da economia pelos países e pela União Europeia, uso esse que Portugal não prossegue. Desta forma sem usar a economia como se observa nas LBSD, LBD e LBAFD, e nos programas dos governos e das instituições associativas como o COP e a CDP pode Portugal na competição acompanhar os resultados dos países mais competitivos do mundo que se encontram na Europa?

Sem uma análise económica da performance nacional é-se impedido de concluir que Portugal necessita de sair do último lugar e caminhar para um lugar médio no contexto da política desportiva europeia. A motivação da tese evolui para a compreensão da centralidade das opções de política desportiva europeia referidas no primeiro ponto e da necessidade de estabelecer um novo lugar do desporto português, no contexto do mercado desportivo mais competitivo do mundo, visando a maximização do seu bem-estar social.

A motivação da tese está na resposta aos desafios do desporto nacional os quais se encontram, como se demonstrará nos capítulos um e dois, respectivamente no ímpeto de liderança esclarecida da União Europeia para potenciar o seu desporto e na capacidade que a economia do desporto tem de compreender as peculiaridades do desporto moderno e responder com o potencial da teoria económica às características encontradas com eficiência económica. Particularmente o capítulo dois tem os elementos científicos que ajudam a suportar um 'core' fundamental para a economia do desporto, como uma economia de federações desportivas, e que o modelo da tese sintetiza no capítulo três.

A função económica nas políticas públicas do desporto é secundária em Portugal na presente década ao mesmo tempo que a União Europeia criou estudos e instrumentos⁹ onde a economia assume um lugar para sustentação

⁹ Veja-se o Relatório Independente (2005), o Livro Branco do Desporto (2006), a Conta Satélite do Desporto (2006) e os estudos Amnyos (2008 e 2010).

da sua política desportiva o que incentiva os Estados membros a actuarem da mesma forma. Em Portugal porventura esperam-se resultados positivos das políticas desportivas sem uma análise económica de suporte, o que as estatísticas desportivas nacionais e europeias demonstram não ser possível alcançar, ver Amnyos 2008.

A política desportiva ao valorizar instrumentos não económicos pode também obter resultados económicos positivos, sem que isso constitua um benefício duradouro para o desporto português. Por exemplo, enquanto economista do desporto se eu sair da empresa em que trabalho, porque me reformo ou sou despedido, a produtividade dos meus colegas aumenta, mas o que acontece é que como nenhum deles é economista, nem existem funções económicas fundamentais na empresa, e a produtividade do desporto português é baixa, o meu despedimento é uma maneira de aumentar a produtividade do desporto português. Efectivamente a produtividade aumenta sem o benefício das mais-valias económicas como a teoria sugere, ver Krugman e Wells (2007). Este procedimento tem limites que se observam no crescimento marginal negativo do produto desportivo em Portugal, observado na análise de contexto. A única janela de oportunidade para o desporto português aumentar a sua produtividade, não é ignorar ou liquidar a análise económica das políticas desportivas, mas aumentar a qualidade económica da regulação desportiva pública e da privada, ver o Livro Branco do Desporto (2006).

A tese mostra que a política desportiva portuguesa sem usar a economia que a União Europeia usa abundantemente tem uma produtividade inferior e os acréscimos de factores desportivos manterão resultados decrescentes. A actuação da União Europeia usa a economia e a produção de informação estatística desportiva e não-desportiva para sustentar as suas medidas de política. A adesão aos projectos económicos do Conselho da Europa, dos Estados Membros e da União Europeia demonstra que todos investem no conhecimento económico para os seus resultados de alto rendimento e a valorização da sua produtividade.

Para equacionar a motivação da tese e equacionar a tragédia ou o sucesso do desporto português são abordados três pontos principais: o primeiro, de índole histórica, mostra a complexificação da produção do desporto em Portugal; o segundo, constata a abdicação da análise económica como instrumento de política desportiva; e o terceiro, interroga-se sobre os passos da União Europeia como motivação próxima para a realização da tese, investigação que, sendo do interesse de Portugal, interessa também à Europa nos termos apresentados.

4.1 1974-2010 – OS ANOS DE MAIOR DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

Uma abordagem à história do desporto português baliza o maior desenvolvimento do desporto português dos últimos trinta e seis anos.

Não é por demais aceitar a complexidade do realizado por Portugal verificando que os resultados da comparação europeia ainda são inferiores face ao potencial demográfico e económico de Portugal e à performance dos seus competidores europeus.

A Direcção-Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar (DGDSE) foi criada pelo Decreto n.º 32.241, de 5 de Setembro de 1942. A partir de 1944 é possível encontrar dados estatísticos regulares dos praticantes e dos clubes desportivos federados por federação e, a partir de 1962, encontram-se também dados do financiamento às federações. Uma terceira data a referir quanto à produção de estatísticas é a de 1996 quando o INDESP passa a coligir com maior regularidade mais informação da produção desportiva federada relacionada com os técnicos e árbitros, os praticantes de alto rendimento, a distribuição distrital, entre outra informação. Os valores recolhidos permitem observar que o número de federações passou de 27 para 66, os praticantes cresceram 18 vezes, de 26.933 para 491.564, o número de clubes aumentou 28 vezes, de 756 para 17.438, e o financiamento de 1962 a 2006, aumentou

5,8 vezes, de 53.895 mil escudos para perto de 35 milhões de euros, depois de convertidos os escudos em euros e deflacionados os valores financeiros verificados. Houve a publicação regular sobre o Direito Desportivo, no Boletim da Direcção-Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar, com o título "Legislação e Doutrina", da qual se fez um anuário em separata do Boletim, que fazia a recolha sistemática de toda a legislação, despachos e correspondência entre a DGDSE e as dúvidas postas pelas Federações. Fernando Centeno de Lacerda e Melo foi o seu autor desde 1944 até à sua reforma.

Sem a pretensão de exaustão em relação ao levantamento de informação, a estes valores desportivos e financeiros devem acrescentar-se outros dados qualitativos que demonstram a complexificação do aparelho produtivo do desporto português e a acumulação de capital humano, desportivo, institucional, infra-estrutural e social.

Cabe indicar em primeiro lugar a produção dos responsáveis dos departamentos públicos sobre a sua acção como Rocha (1973), Marques (1980), Chabert (1999) e Sardinha (2009). No período de Mirandela da Costa e João Boaventura houve um ímpeto de publicações desportivas de todas as áreas do conhecimento que se perderia posteriormente. Em termos institucionais a criação de novas organizações observa-se na criação de sindicatos de jogadores, ligas de clubes profissionais, associações de treinadores e de árbitros, Confederação do Desporto de Portugal, Conselho Nacional do Desporto, Fundação do Desporto, Associação de Gestores do Desporto (APOGESD), e associações como as de construtores de piscinas, proprietários de ginásios, profissionais de direito, mulheres, deficientes, entre outros.

No ensino superior para além do engrandecimento da Faculdade de Motricidade Humana, da Universidade Técnica de Lisboa, e da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto a explosão de institutos superiores e de faculdades de desporto, públicos e privados, licenciaram e atribuíram o grau de mestres e doutores a um número crescente de profissionais e investigadores

de desporto. O capital humano criado e acumulado passou a ocupar lugares nas instituições públicas e privadas do desporto nacional e em seu nome nas redes de instituições públicas e privadas europeias e mundiais. O desporto português organiza congressos nacionais, como o Encontro Nacional de Desporto (ENDO) em 1976, o Congresso do Desporto em 2007, de especialidade dos gestores, da Sociedade Portuguesa de Educação Física, do direito, de treinadores, das mulheres, alguns de dimensão internacional das suas áreas de conhecimento que se diversificaram para apoio a toda a produção da actividade desportiva. Grande parte das federações organiza competições europeias e mundiais existindo um lóbi que pretende trazer os Jogos Olímpicos para Lisboa, mesmo depois de conhecido o desastre que constituiu os Jogos Olímpicos de Atenas em 2004. Para a dimensão do desporto português e a sua desarticulação geral foi criado um monopólio económico na comunicação social desportiva denominado Olivedesportos a partir das mais-valias monopolistas conseguidas pela empresa nos campeonatos da 1.^a divisão do futebol. Portugal possui 3 jornais diários desportivos a Bola, o Record e o Jogo para além de uma presença regular do desporto nos principais órgãos de comunicação social escritos, falados e televisivos. As multinacionais BDO Binder e Deloitte fizeram estudos e levantamentos estatísticos sobre o futebol português nos anos noventa que deixaram de ser realizados por ausência de apoio público. A indústria portuguesa acompanhou este desenvolvimento sendo actualmente mais conhecidas as Canoas Nelo que equipam os campeões olímpicos do remo e da canoagem e a fabricação de fatos de banho da natação Speedo feitos na empresa Petratex, sediada em Paços de Ferreira, com a parceria da NASA na área da investigação. O turismo e as obras públicas beneficiaram igualmente da atractividade do produto desportivo português e dos seus eventos e estrelas desportivas. A comunicação social é um sector no mercado do desporto especial e lucrativo que com objectivos próprios e sem uma orientação pública, beneficia os industriais dos jornais, rádio e televisão. A representação de líderes, membros de federações, técnicos e especialistas europeus e mundiais, está a par da liderança de instituições, e de projectos e comissões

especializadas, tanto nas maiores organizações desportivas como do futebol, do atletismo e de outras mais pequenas. Em síntese, existem hoje mais campeões europeus, mundiais e olímpicos do que em qualquer outro momento da história do desporto em Portugal, assim como produtores e consumidores de desporto.

No plano da edição de análises e investigação surgiram livros, reunindo dezenas de autores, coordenados por Constantino (2003), Pires (2004) e Bento e Constantino (2007 e 2009), e livros de actas das conferências organizadas anualmente pela Apogesd fundada em 1996, pela Sociedade Portuguesa de Educação Física e Barros et al (2002) da Conferência Internacional sobre Economia do Desporto, os trabalhos na área da sociologia como Marivoet (2000). Os fóruns como o Panathlon Clube de Lisboa, o Fórum do Desporto e outros permitiram o debate institucional, técnico e científico entre os parceiros desportivos sobre as políticas desportivas. O direito do desporto é uma das áreas com maior produção científica onde se encontram entre outros e sem um carácter de exaustão Meirim (1993, 1994, 1995a, 1995b, 1995c, 2001a, 2001b, 2002, 2003, 2004, 2007), Mestre (2002 e 2004), Carvalho (2001, 2007 e 2009), Cunha (2007). A produção científica impulsionada pela Apogesd manteve uma produção científica regular e crescente destacando-se Pires (1985, 1987, 1989, 1990, 1996 e 2007), Serôdio e Maçãs (2003), Fernandes (2001), Serôdio (2001 e 2004), Correia (2009). Os sites e blogues de desporto como o Desporto e Direito, Colectividade Desportiva, Fórum Olímpico, Jerry Silva, Apogesd, Os Amigos do Estádio Nacional e, ainda, Bola na Trave, Desportugal, Tribunal do Futebol, Bloguedesporto, Arbifute, Azuribique, AcroNews, Linha Avançada, Escola Dinheiro, Últimas do Futebol, Deportoweb, Bola na Área, Parapente, Jogo Directo, Portugal nos Jogos, Mestres do Futebol, Paraolímpicos, entre outros¹⁰, possibilitam o diálogo diário para a construção do conhecimento do desporto e para o debate divergente e enriquecedor entre as soluções para os desafios colocados pela produção desportiva nacional.

¹⁰ Todos à distância de um clique internauta.

Os resultados europeus que se apresentam, no capítulo um, sugerem que este produto nacional não impede que o fosso do produto e do bem-estar desportivo entre a Europa e Portugal permaneça como um objectivo de longo prazo.

4.2 O DESPORTO PORTUGUÊS SEM EFICIÊNCIA ECONÓMICA

Podendo ser tomado como interesse corporativo, a afirmação do não uso da economia no desporto tem consequências nacionais com ganhadores e perdedores cujo computo geral é prejudicial à população, ao associativismo e empresas e ao país.

Duas questões se colocam para a compreensão do produto económico do desporto português:

1. Como agem os economistas no seu mercado de trabalho?
2. Qual é a produtividade de uma economia cronicamente regulada por instrumentos sem eficiência económica?

Sobre o primeiro ponto, no seu trabalho os economistas deslocam-se para os sectores mais competitivos porque são esses sectores que remuneram melhor¹¹ e se eles não estão no desporto em maior número é porque o desporto não lhes oferece a remuneração ao nível dos sectores competitivos. Sem informação estatística e científica e sem compradores de análise económica do desporto público e do privado, não vão aparecer trabalhos que respondam aos desafios desportivos e sociais de Portugal.

Sobre o segundo ponto o não uso da economia justificaria saber se o seu uso permitiria maiores resultados desportivos e económicos. A tese ao promover o benchmark europeu do output desportivo e económico de Portugal constata a existência de uma distância que tarda a diminuir entre o produto e a produtividade de Portugal e o dos restantes países europeus e é o atraso europeu de Portugal a sugerir que possui benefícios e uma capacidade de potenciar o seu bem-estar, inferiores aos países com que compete na União

¹¹ O que acontece com todos os recursos humanos de todos os mercados económicos.

Europeia, ver o Relatório Amnyos 2008 e a análise de contexto desta tese referente à União Europeia.

Sendo o produto desportivo e económico inferior ao nível europeu analisam-se as condições nacionais do exercício da profissão. Profissionalmente não existe em Portugal um mercado competitivo da prática da profissão de economista no desporto. Como a tese demonstra o potencial de Portugal, enquanto membro do mercado de desporto europeu, é grande pela população, pelo produto económico e pelo capital humano desportivo que o país acumulou nos últimos trinta anos.

O mercado da economia do desporto não existe em Portugal dado que o Estado prefere regular o mercado sem o suporte de instrumentos de análise económica.

A falência dos clubes de bairro portugueses observa-se nos 193 praticantes por clube enquanto os países europeus têm mais de mil praticantes por clube, ver Amnyos (2008). Se a análise económica e social de suporte não existe então são os instrumentos usados pela regulação pública nacional que falham. Adicionalmente Portugal possui uma crise social maior a nível europeu com indicadores de pobreza elevados, ver Bruto da Costa (2008), e a maior diferenciação de rendimentos entre os estratos de população mais ricos e os mais pobres, ver Rodrigues (2007), os escassos indicadores do produto desportivo português, como os do Eurobarómetro 2004 e 2009, sugerem que o desporto praticado será o das camadas da população mais ricas e isso impede a acumulação de capital humano nos clubes e suscita a fragilidade do mercado associativo de base, segundo a CPCCRD (2009), e a falência dos clubes secundários segundo a liga dos clubes não profissionais de futebol. O aparecimento dos ginásios e outras organizações com finalidade lucrativa serão suportados pelos estratos superiores da população portuguesa, segundo resultados da AGAP na análise de contexto de Portugal. Sem programas sociais de apoio à recreação dos estratos carenciados da população verifica-se o desincentivo ao aumento da prática federada segundo o modelo apresentado na tese. Os indicadores do Eurobarómetro (2009) demonstram que o consumo

português é inferior a cinquenta por cento da população o que coloca a estrutura produtiva portuguesa como o país menos rico desportivamente ou menos complexo estruturalmente na produção do desporto europeu, como sugere a análise de contexto.

Do ponto de vista económico os passos dados pela União Europeia, quanto ao Livro Branco do Desporto (2006), à criação da Conta Satélite do Desporto (2006) e aos dois relatórios Amnyos 2008 e 2010, não são acompanhados por Portugal, e quanto às reuniões europeias estas não foram acompanhadas por profissionais com sensibilidade à economia e, em particular, à economia do desporto. Por fim, relativamente ao panorama de produção de estudos sociais e económicos e às estatísticas do desporto, em termos gerais, Portugal não promove os estudos para suporte às medidas de política desportiva que desenvolve, como por exemplo não estreita as relações com o Instituto Nacional de Estatística para a produção sistemática das estatísticas do desporto. Em virtude deste posicionamento político, a produção desportiva nacional apresenta resultados baixos no conjunto dos sistemas desportivos europeus mais desenvolvidos como atestam os relatórios Amnyos (2008 e 2010).

4.3 UM MODELO ECONÓMICO PARA A AMBIÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA

A União Europeia definiu a economia como um dos pilares para a sua competitividade desportiva no Livro Branco do Desporto. Portugal não acompanha este propósito e, por via desse afastamento, obtém um desenvolvimento desportivo marginalmente inferior.

A actuação da União Europeia, centrando os direitos de propriedade do mercado do desporto nas suas federações, é relevante porque a análise económica do desporto foca a peculiaridade da regulação do mercado do desporto nos monopólios das federações em competição. Esta convergência

da teoria económica com os propósitos de política identifica as federações como os parceiros fundamentais da competitividade desportiva nacional e europeia.

A história do desporto começou há 4000 anos na Grécia e a Europa recriou essa herança civilizacional para o mundo e é o primeiro dos mercados desportivos. A Europa, através do Conselho da Europa e da União Europeia, fez desde os anos sessenta um caminho de cinquenta anos para a criação do melhor mercado continental de desporto. Coerente com o trajecto desportivo dos seus Estados membros e a experiência acumulada a partir dos anos setenta, que a impulsionou para um modelo continental, a União Europeia definiu no Tratado de Lisboa em 2007 o objectivo de se manter o continente mais competitivo do desporto mundial.

A preocupação com a regulação do desporto europeu na perspectiva social surge com os estudos sociológicos nos anos sessenta pelo Conselho da Europa e aumenta com o protagonismo da União Europeia a partir da década de noventa na perspectiva do mercado europeu de desporto. Em 1957, o tratado fundador da União Europeia, o Tratado de Roma, não considerou o desporto como sector económico europeu deixando-o como uma função das políticas nacionais para a produção de formação, treino e competições desportivas por agentes sem finalidade lucrativa. A partir da década de setenta o sucesso económico e social do desporto gerou litígios. Particularmente o Caso Bosman, em 1995¹², alerta a União Europeia para os fundamentos económicos desse sucesso e os impactos negativos para o mercado desportivo europeu, caso não adoptasse uma política desportiva europeia. As causas do sucesso desportivo europeu devem-se às políticas nacionais que criaram um desporto de qualidade e uma massa crítica de capital humano com a

¹² A União Europeia apercebeu-se que o poder de monopsonio dos clubes sobre os jogadores lhes permitia capturar as rendas devidas ao trabalho dos jogadores. O Caso Bosman corrigiu esta situação permitindo a livre circulação dos jogadores e a alteração dos fluxos de acumulação de capital de rendimentos do trabalho dos jogadores profissionais. Ver Kesenne (2007).

predisposição para o consumir. Os países do norte da Europa que promoveram as políticas nacionais, internalizando os benefícios económicos e sociais, têm melhores resultados desportivos e populações mais activas, ver Amnyos (2010). As duas crises do petróleo geraram impactos que ameaçaram as políticas públicas de desporto dos Estados membros. Quando em 1982 o Conselho da Europa atribuiu ao Reino Unido o estudo sobre a economia do desporto na Europa, a preocupação principal era a erosão do financiamento público do Desporto Para Todos devido às duas crises económicas de petróleo dos anos setenta e oitenta. Jones (1989) elaborou a primeira avaliação económica detalhada do desporto europeu. Andreff et al (1995) elaboraram o segundo projecto europeu e estabeleceram a primeira metodologia de avaliação económica do desporto europeu. No mesmo ano Weber et al (1993) calcularam a dimensão económica do desporto para a Alemanha unificada e juntamente com a França e o Reino Unido produziram daí em diante estudos económicos equivalentes.

A escassez de informação estatística sobre o produto nacional desportivo na perspectiva da União Europeia apenas se começa a resolver com a presidência francesa da União Europeia em 2008, ver o relatório Amnyos (2008), a que se segue a iniciativa em curso de análise às barreiras ao financiamento dos clubes de base, relatório Amnyos (2010). Os mitos sobre o desenvolvimento desportivo nacional apenas se resolverão com políticas semelhantes às europeias e estudos e estatísticas das áreas das ciências sociais entre outras. Os estudos ingleses sugerem como refere Collins (2010), citando Stewart et al (2004) e Coalter (2004), que não há *twickledown effect* no desporto moderno entre alto rendimento e recreação. Esta constatação torna relevante que, a análise sobre a realidade desportiva nacional, estude as características europeias promovidas pela União Europeia nomeadamente quanto à integração vertical das três funções de produção, desporto informal, recreação e alto rendimento pelas federações nacionais, em vez de esperar efeitos automáticos provenientes de algum *twickledown effect* nacional ou europeu, proveniente dos resultados do alto rendimento.

Coalter (2007) refere as relações intermédias dos programas públicos e realça a importância das relações verticais das 3 funções de produção. Sem a análise económica das políticas desportivas surgem roturas na estrutura de produção vertical, que levam à falência na produção da formação e treino pela recreação nos clubes de base. Na era da globalização eles são substituídos pela importação de atletas já formados e a menor custo, como acontece no futebol profissional. Observa-se que as equipas profissionais portuguesas estão logo a seguir à *Premier League* inglesa no ranking europeu dos clubes mais estrangeirados e a selecção portuguesa de futebol recorre à nacionalização de atletas. A compra de jogadores de futebol em África e na América do Sul, sejam jovens ou jogadores maduros, pelos escalões amadores e profissionais portugueses constitui uma externalização de recursos que permite algum sucesso aos maiores clubes da primeira liga e contribui para o empobrecimento da formação de capital humano e desportivo pelos clubes desportivos de base no território nacional. Este é um fenómeno que nenhuma instituição desportiva portuguesa analisou apesar da primeira liga de futebol portuguesa ter uma contratação de estrangeiros entre as maiores do continente europeu e haver dificuldades enormes na sobrevivência dos clubes de bairro portugueses.

A compreensão do modelo económico para o desporto da União Europeia exige uma postura diferenciada aos seus economistas do desporto passando a investir nas lacunas da investigação detectadas por Gratton e Taylor (2000) e referenciadas ao desenvolvimento desportivo por Collins (2010) e por Coalter (2007) na investigação desportiva.

A tese ao centrar-se na economia das federações desportivas europeias responde às questões relacionadas com:

1. A função de produção da recreação relaciona-se com a função de produção do alto rendimento ou está separada, como identificado por Kesenne (2007) segundo objectivos particulares da sua obra?
2. A prática informal, que é atribuída por Downward et al (2009), à base da pirâmide de 3 degraus de produção desportiva é também uma função de

produção? Qual a sua relação com as outras duas funções de produção a recreação e o alto rendimento?

3. Dependendo da resposta a esta pirâmide de três funções de produção é possível a regulação privada, das federações desportivas, maximizar o bem-estar social e a procura pública de desporto?
4. Para além do que a União Europeia já definiu como objectivos para o século XXI no Tratado de Lisboa, o que lhe falta fazer para operacionalizar o modelo de economia das federações desportivas e sustentar economicamente as suas ambições políticas?

1 ANÁLISE DE CONTEXTO: O DESPORTO DE PORTUGAL E O DA EUROPA, ANÁLISE EMPÍRICA

O capítulo da análise de contexto é relevante porque a investigação científica e a produção estatística no domínio da tese está num momento inicial ou não goza de acumulação de conhecimento suficiente para as necessidades do desporto europeu e as necessidades particulares do português.

Este capítulo responde à questão do nível de produção desportiva em Portugal e na Europa sob dois pontos:

1. Conceptualmente questiona-se como a decisão pública para a produção desportiva se realiza na União Europeia;
2. Empiricamente avalia-se que características tem a produção desportiva em Portugal, qual o seu nível de produção e se existem tendências de convergência ou divergência para a média europeia.

O capítulo analisa as características do incremento de conhecimento científico da política desportiva europeia para depois se debruçar sobre a situação desportiva primeiro de Portugal seguindo-se a europeia.

1.1 A CIÊNCIA ECONÓMICA NA POLÍTICA DESPORTIVA DA UE

Este ponto trata da resposta à primeira questão relacionada com o uso da economia, a área de conhecimento da tese, para o aumento da competitividade desportiva.

A abordagem é importante para compreender se a evolução do conhecimento desportivo no domínio da economia foi acelerado para fazer face às crises económicas que ameaçaram o modo como o desporto crescia desde o fim da segunda guerra mundial Jones (1989) ou Andreff et al (1994).

Durante o século XX os políticos europeus tornaram o desporto europeu o mais competitivo desportiva, económica e socialmente¹³. Academicamente a sociologia do desporto terá nascido nos anos sessenta através dos projectos do Conselho da Europa elaborados por Rodgers (1978), o direito do desporto nos anos setenta, Parrish (2003) e a economia do desporto nasceu nos anos oitenta com o primeiro relatório do Conselho da Europa sobre o impacto económico do desporto europeu elaborado por Jones (1989). Em cada década, sessenta, setenta e oitenta, o desporto europeu colocou problemas novos relacionados com cada uma dessas áreas e acima do nível dos conhecimentos dos decisores políticos europeus que escolheram aprofundar academicamente a informação que possuíam nas suas instituições públicas. Foi o desenvolvimento desportivo e os seus desafios que obrigaram à procura de respostas e, depois da sociologia, a Europa procurou-as no direito e, a seguir, na economia. A sociologia, o direito e a economia aplicadas ao desporto não foram inventadas pelos teóricos de cada uma destas disciplinas mas foram uma necessidade do desenvolvimento e do apoio à decisão pública e privada e foram promovidas pelos Estados europeus, pelo Conselho da Europa e continuados pela União Europeia. Independentemente do nível nacional, durante a segunda metade do século XX, as questões do desporto sobrelevaram-se para o nível do Conselho da Europa nos anos sessenta e para a CEE, dez anos mais tarde.

A Europa e Portugal têm comportamentos distintos ao longo de sessenta anos. Não propriamente no acompanhamento dos passos do Conselho da Europa e da União Europeia mas no assumir políticas públicas distintas incluindo a avaliação dos resultados desportivos, económicos e sociais para daí retirar ilações para a promoção de melhores políticas desportivas e, no caso português, na implementação de *politics* sem a sustentação de outras áreas do conhecimento como a economia do desporto.

Nos Tratados da União Europeia é clara a intuição que é na compreensão das peculiaridades do desporto que a sociedade e a economia maximizam o seu

¹³ Os dados quantitativos da importância do desporto europeu que se apresentam neste capítulo demonstram a relevância da Europa para o desporto mundial.

bem-estar através do desporto, usando a ciência como um instrumento de avaliação das suas *policies*.

Portugal teve um comportamento contraditório com períodos de avanços e recuos e actualmente quando comparado com o comportamento europeu, por um lado, aplica *politics* que minimizam os benefícios do desporto e, por outro, esquiva-se à avaliação económica das políticas desportivas que implementa.

A pobre situação desportiva actual, ver os resultados do relatório Amnyos (2010), não se deverá apenas à falta de acção económica mas às condições da política desportiva portuguesa que se distinguem e a separaram das congéneres europeias. A falta da economia surge a par da falta de muitos outros factores que atrasam e entorpecem o passo do desenvolvimento desportivo português. A investigação económica no desporto português justifica-se porque o desporto moderno o exige como se observa no acelerar dos instrumentos económicos pela política desportiva da União Europeia para estabelecer metas de produção que estão fora do alcance das actuais medidas de política.

Depois da análise da relevância da economia para a regulação do desporto pela União Europeia o capítulo investiga qual o nível da performance desportiva de Portugal e se a Europa produz e consome o melhor desporto do mundo.

1.1.1 O DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDOS E ESTATÍSTICAS EUROPEIAS

Se hoje o desporto na Europa luta com a escassez estatística de dados e análise económica científica consolidada nas federações e nos países, o que é explicado pelo reconhecimento recente da economia do mercado de desporto europeu, antes a Europa descansava nos louros desportivos dos seus atletas nacionais e nas competições europeias de clubes e não necessitava dos resultados desportivos agregados ao nível da União Europeia.

Gratton e Taylor (2000) notam que o desporto não teve os estudos que outros sectores sociais beneficiaram. Os estudos que avaliam o produto desportivo europeu são do Conselho da Europa durante os anos oitenta e começo dos anos noventa, ver Jones (1989), Weber et al (1993) e Andreff et al (1995), e da União Europeia na presente década, relatórios Amnyos (2008 e 2010). Esta produção científica e estatística foi escassa porque a União Europeia não atribuía qualquer benefício à produção de conhecimento e estatísticas desportivas europeias, tendo impedido os cientistas de aprofundar as características do Modelo Europeu do Desporto enquanto modelo supranacional na perspectiva da União Europeia. Os primeiros dados estatísticos vieram dos projectos económicos do desporto do Conselho da Europa, ver Jones (1989), Weber et al (1993) e Andreff et al (1995). Apenas dez anos depois, a União Europeia, para regular o mercado continental do desporto, criou a Conta Satélite do Desporto, projecto iniciado pela presidência austríaca em 2006 para avaliação do impacto económico do desporto na União Europeia. Definiu o conceito estatístico de desporto de apoio à Conta Satélite em Vilnius. Dois anos mais tarde é atribuída à empresa Amnyos, em duas ocasiões, durante a presidência francesa em 2008, o financiamento ao desporto europeu e, em 2009, um concurso europeu promove a análise sobre as barreiras ao financiamento dos clubes de base, gerando um relatório preliminar em 2010. A aceleração de estudos e estatísticas não foi o suficiente para as necessidades, por exemplo, da produtividade desportiva europeia como a realizada na presente tese. Por exemplo, os dados preliminares permitem compreender a existência de uma distância desportiva entre a Europa e Portugal, sugerindo princípios económicos que respondam às críticas de Coalter (2007).

As razões do atraso na produção de estatísticas e análises económicas sobre o desporto europeu relacionam-se com três ordens de razões: primeira, o sucesso do desporto produzido pelos países europeus que estão no topo das tabelas classificativas das competições mundiais; segunda, a inexistência até recentemente da perspectiva pública europeia no mercado do desporto preconizada pela União Europeia; terceira, a investigação científica na área do

desporto que preferiu o modelo neo-clássico norte-americano baseado na racionalidade e eficiência económica das ligas de equipas profissionais.

Mondello e Pederson (2003) fizeram uma análise dos primeiros dez números da primeira revista de economia do desporto, *Journal of Sports Economics*, incluindo 55 artigos de 77 autores e verificaram que 20% dos artigos se referia à performance das equipas e ao pagamento dos salários dos jogadores profissionais e que 12,9% se referiam ao mercado de trabalho profissional. Os restantes artigos referiam-se à segmentação da indústria do desporto, às características segundo o género, produtividade, concepção institucional e geográfica e competições profissionais. Referem em particular que a investigação realizada nos artigos analisados dá uma ênfase de 80% às questões do desporto profissional e 51,8% às ligas americanas mais importantes. De acordo com a análise científica em publicações académicas relacionadas com o desporto dá-se mais atenção ao desporto universitário americano e à gestão dos atletas enquanto outras permanecem sem atenção de maior. Alertam que a análise da indústria do desporto é mais vasta do que as revistas científicas demonstram citando Pederson e Pits (2001). Explicam que isto acontece porque os investigadores, por lerem os mesmos jornais e artigos “são consideravelmente influenciados pelo que outros investigadores fazem no mesmo campo e muitas vezes surge a tentação de prosseguir investigações equivalentes” segundo Soucie e Doherty (1996). As externalidades da produção científica são aqui evidentes, assim como o impacto negativo.

Sem objectivos de política europeia e uma teoria económica direccionada para o mercado continental do desporto, o desporto europeu viveu com o sucesso nacional das suas partes constituintes. Foi o sucesso da formação da massa crítica desportiva nacional e a revolução tecnológica que geraram o impacto económico nos anos noventa sobre o desporto de alto rendimento e contribuíram para o facto inovador de criar um mercado continental europeu definido pela União Europeia em 2006 no Livro Branco do Desporto integrando o potencial desportivo de 27 dos sistemas produtivos mais eficazes.

Os indicadores que permitem a avaliação económica do impacto do desporto são uma das vertentes das estatísticas do desporto e que complementadas pelas estatísticas da produção desportiva e indicadores de equidade sociais permitem a compreensão dos impactos intangíveis da produção desportiva e a relevância das externalidades para a acumulação de capital humano e social a nível nacional e comunitário.

Neale (1964) realçou as características do produto desportivo para determinar as características de eficiência económica. A distinção entre produto desportivo e produto económico é fundamental como se observa no caso de Portugal. Segundo o seu produto económico, o país tem uma produção europeia média integrando o grupo dos países do sul da Europa, ver a Figura 2-13, enquanto ao analisar o produto desportivo, como sejam os resultados olímpicos, ver a Figura 2-7, Portugal está na cauda da Europa. Ou seja, para avaliar se o produto e a produtividade desportiva de um país estão abaixo da europeia há que utilizar tanto a informação sobre os resultados desportivos da produção recreativa como os do desporto profissional.

O produto económico do desporto segundo Krugman e Wells (2007) e a Conta Satélite do Desporto é o valor de todos os bens e serviços desportivos finais produzidos pelo país, incluindo os bens de capital, novas construções e a variação das existências e excluindo os bens e serviços intermédios, os consumos, os bens usados, os activos financeiros como as acções e os bens e serviços produzidos no exterior. O produto económico do desporto é igual à soma das actividades informais, recreativas, alto rendimento e desporto profissional e aos produtos da sua desmaterialização comercializados pela indústria da comunicação social e pela indústria informática segundo a definição de Vilnius e a metodologia da Conta Satélite do Desporto. A relevância da identificação do produto desportivo e da sua medição como o produto económico do desporto tem a ver com bens que as metodologias estatísticas tratam de forma diferente quanto à sua relevância económica descartando a actividade informal e a recreação e valorizando o alto rendimento e o desporto profissional. Ao considerar a relação interdependente das três actividades, quanto maior for o produto económico de cada actividade,

melhores os resultados desportivos produzidos. O produto desportivo torna-se um indicador relevante da produção desportiva nacional e do seu PIB.

O projecto EOSE e o projecto da Conta Satélite do Desporto usaram as relações fora do desporto, com os fornecedores de capital humano, físico e organizacional que são as matérias-primas para a produção dos bens e serviços desportivos e as que usam o desporto como input para as suas produções finais, para dimensionar o produto desportivo.

O produto económico é um indicador complementar dos resultados desportivos porque dão o valor do produto nacional, enquanto os indicadores da actividade desportiva sugerem dimensões sociais relevantes para o desenvolvimento sustentado nacional como sugerem Stiglitz et al (2009).

A característica do desporto como um bem de consumo intermédio e não quantificado nas estatísticas é realçada por Stiglitz et al (2009) que notaram a inadequação das estatísticas do Produto Interno Bruto para medir a qualidade de vida, onde pontificam múltiplos bens desportivos, o desenvolvimento sustentado e o ambiente. Estes autores referem que a importância das estatísticas cresceu para conceber e avaliar as políticas económicas e para assegurar o progresso das sociedades, assim como para avaliar o funcionamento dos mercados e ter a capacidade de os influenciar. As consequências de trabalhar com dados inadequados da realidade são a impossibilidade das estatísticas produzidas suportarem as boas políticas. Em particular a diferença existente entre as variáveis como o crescimento, inflação, desemprego, etc., e a percepção dessa realidade pela regulação é um dos limites das estatísticas actuais. Os limites da percepção do mercado do desporto existem na diferença entre o produto desportivo da actividade recreativa que representa mais de 99% dos praticantes e a actividade profissional que representa menos de 1% do valor restante da prática desportiva. Contudo, a imagem mediática, financeira e económica do desporto profissional parece superior à recreativa, percepção ilusória que não se verifica na realidade.

A União Europeia apercebeu-se da sua insuficiência estatística no mercado do desporto e accionou vários instrumentos no Livro Branco do Desporto, em 2006, a saber:

1. “Criar políticas de desporto baseadas em dados estatísticos a partir de:
 - a. Uma conta satélite do desporto baseada numa metodologia estatística europeia para medir o impacto económico do desporto europeu;
 - b. Inquéritos específicos ao desporto (por exemplo os questionários do Eurobarómetro) para fornecer informação não-económica que não pode ser obtida pela conta satélite (por exemplo taxas de participação, informação sobre o trabalho voluntário, etc.);
 - c. Estudos de avaliação da contribuição directa do sector (quanto ao PIB, crescimento e emprego) e contribuição indirecta (através da educação, desenvolvimento regional e promoção da União Europeia) à Agenda de Lisboa;
 - d. Troca de melhores práticas relacionadas com a organização de megaeventos desportivos, visando o desenvolvimento económico sustentado, competitividade e emprego;
2. Decidir o apoio público ao desporto com informação mais segura.”

Se bem que a produção estatística e a análise económica apenas surjam no desporto nos últimos vinte anos, os dados produzidos pelo relatório Amnyos (2008) demonstram a importância do produto desportivo no bem-estar das populações.

1.1.2 O LIVRO BRANCO DO DESPORTO

O Livro Branco do Desporto é o documento fundamental de estruturação da política desportiva da União Europeia para o século XXI. A partir da sua publicação a União Europeia integra o desporto no Tratado de Lisboa criando

um departamento e um programa de desporto e inicia estudos de suporte da sua *policy* desportiva.

O Livro Branco reconhece que o desporto é um fenómeno social e económico com uma contribuição estratégica para a solidariedade e a prosperidade da União. Este reconhecimento coloca-se em termos culturais e civilizacionais aglutinando o legado olímpico aos princípios éticos do espírito de equipa, solidariedade, tolerância e fair-play contribuindo para o desenvolvimento e satisfação pessoais.

O objectivo geral do Livro Branco do Desporto “é dar uma orientação estratégica para o papel do desporto na política europeia e suscitar a consciencialização das necessidades e especificidades do sector. A iniciativa visa ilustrar questões importantes tais como a aplicação da lei da União Europeia ao desporto. Também procura estabelecer acções relacionadas com o desporto no nível da União Europeia.”

O Livro Branco partindo do papel do desporto na política europeia observa a aplicação da lei da União Europeia e generaliza as relações do desporto com outros sectores. De um objectivo de política e das características da lei da União Europeia o Livro Branco do Desporto constrói um instrumento com três capítulos principais direccionados para a sociologia, a economia e a política europeias.

O capítulo social estabelece como objectivos públicos:

1. Co-produtos e externalidades positivas:
 - a. Melhorar a saúde pública através da actividade física;
 - b. Melhorar o papel do desporto na educação e no treino;
 - c. Promover o voluntariado e a cidadania activa através do desporto;
 - d. Usar o potencial do desporto contra a exclusão social, pela integração e igualdade de oportunidades;
 - e. Partilhar os valores europeus com outros pontos do mundo;
 - f. Apoiar o desenvolvimento sustentável;
2. Co-produtos e externalidades negativas:
 - a. Juntar forças para lutar contra o doping;

- b. Reforçar a prevenção da luta contra o racismo e a violência;

O capítulo económico tem dois objectivos de política:

1. Abundância de informação e conhecimento científico: Praticar políticas desportivas baseadas em estatísticas como base de um conhecimento forte;
2. Instrumentos de apoio público assentes em propósitos e determinação sólidos – Colocar o apoio público ao desporto num ritmo seguro;

O capítulo do exercício da política assume três vectores:

1. Diálogo estruturado com os parceiros privados sem finalidade lucrativa e com instituições públicas europeias e mundiais (federações europeias, os comités olímpicos e paraolímpicos europeus e nacionais, as organizações não governamentais europeias, parceiros sociais europeus, o Conselho da Europa, as Nações Unidas e as suas agências para a educação e a saúde, respectivamente, UNESCO e WHO);
2. Cooperação com os 27 países da União Europeia;
3. Diálogo social.

Em síntese, o Livro Branco do Desporto estabelece os objectivos sociais, os meios económicos e a acção política para alcançar os objectivos definidos inicialmente com os instrumentos económicos definidos em segundo lugar. Ao definir objectivos sociais que são gerados por co-produção e pela geração de externalidades, o Livro Branco coloca a sua concretização no domínio da economia pública.

São três os elementos que no Livro Branco do Desporto estabelecem a quantificação da prática desportiva dos países:

1. O objectivo social relacionado com a educação, a saúde, o combate a todas as formas de marginalidade e o estilo de vida saudável implica que a prática desportiva deve tocar à maior parte da população, ou seja, que a prática ao nível mais baixo da pirâmide de produção desportiva tenda para a totalidade da população o que é alcançado pelos países mais desenvolvidos do norte da Europa, seguindo-se com maior

percentagem de prática os de leste e, por fim, os do sul, ver o relatório Amnyos 2008;

2. No topo da prática desportiva relacionado com o alto rendimento, o diálogo com as organizações europeias de desporto e o diálogo social permitem que os resultados desportivos mais ambiciosos sejam alcançados. Nomeadamente o Livro Branco do Desporto e o Tratado de Lisboa fixaram um quadro conceptual que assegurará à Europa ser no continente mais competitivo em termos desportivos;
3. Em termos económicos a definição de desporto escolhida foi a definição de Vilnius que agrega, à dimensão do mercado do desporto, o mercado dos sectores a montante, que fornecem os factores de produção para a produção desportiva, propriamente dita, e o mercado dos sectores a jusante que beneficiam da produção desportiva;

O Livro Branco do Desporto estabelece com clareza as funções das áreas do conhecimento consideradas prioritárias a sociologia, economia, a política e o direito.

A função do direito encontra-se explicitada no Livro Branco do Desporto reconhecendo o papel fundamental das federações, no que se poderão considerar os seus direitos de propriedade em relação às actividades que cada uma produz distinta de todas as outras. O exercício do direito de propriedade é fundamental para o usufruto dos direitos económicos e da racionalidade dos actos dos agentes, ao que o Livro Branco clarifica que “as organizações desportivas devem exercer as suas funções para organizarem e promoverem a sua actividade particular ‘com o devido respeito à legislação nacional e comunitária’”. Ao exercício das funções pressupõe a regulação privada enquanto a legislação nacional e comunitária, a regulação pública.

Os direitos de propriedade das federações são desenvolvidos a ponto da União Europeia integrar como parceiro social as instituições com finalidade lucrativa e reconhecer que a regulação federada se estende à dimensão financeira como se observa actualmente nas medidas de fair-play financeiro preconizadas pela UEFA e FIFA.

Contextualizando refira-se que a União Europeia reagiu à presença e dinâmica do mercado financeiro e à insuficiência de regulação do mercado europeu que se sobrepunha à regulação pública nacional tradicional, enquanto as federações continentais e mundiais se encontravam divididas sobre o rumo a tomar no seu melhor interesse. A partir de meados da década de noventa, a União concebeu e formalizou o conceito de mercado de desporto europeu, a fim de responder aos desafios desportivos, económicos e sociais que ameaçavam a produção recreativa e social e as externalidades cruzadas intangíveis da indústria do desporto. Tinha sido a revolução tecnológica a suscitar a acumulação financeira através da comercialização de conteúdos do alto rendimento para todo o mundo. A presença dos novos parceiros ameaçavam subverter os benefícios de um século de sucesso desportivo em benefício de agentes não desportivos de dimensão global nos locais chave de captura de benefícios sociais que, a se concretizarem, esmagavam a estrutura de externalidades cruzadas desportivas, económicas e sociais do desporto europeu e também do mundial.

A União Europeia reconhece com o Relatório Independente e o Livro Branco do Desporto que o seu modelo de produção se transformou num mercado multilateral de parceiros privados e públicos que maximizam o produto desportivo em benefício do desporto e da sociedade. Existem consequências económicas, imprevistas anteriormente, desta perspectiva europeia que é importante compreender.

O Livro Branco do Desporto define como parceiros desportivos da União Europeia:

- Federações desportivas europeias;
- Organizações desportivas europeias de topo como os Comitês Olímpicos europeus (EOC), o Comité Europeu Paraolímpico (EPC) e organizações desportivas não-governamentais europeias;
- Outros actores no campo do desporto representados a nível europeu, incluindo os parceiros sociais;

- Outras organizações europeias e internacionais, em particular as estruturas para o desporto do Conselho da Europa e os órgãos das Nações Unidas tais como o UNESCO e a WHO.

A indicação de tais parceiros para o diálogo com as instituições da União Europeia abre também a oportunidade às organizações desportivas para dialogarem multilateralmente com os parceiros desportivos, tais como federações desportivas, os representantes dos jogadores e dos clubes e também os representantes empresariais. A Liga de Clubes Europeus e a Associação dos grandes clubes ECA formaram-se depois do fracasso das pretensões do G-14 em criar uma Liga Europeia autónoma à estrutura da UEFA.

O Relatório Independente e o Livro Branco do Desporto reivindicam que novos instrumentos económicos suportem os novos objectivos do desporto europeu. Na sequência destes documentos o Comité da Cultura, Ciência e Educação refere a necessidade de:

- 1) “O diálogo directo entre o nível profissional e os níveis iniciais da prática desportiva” (eficácia multilateral);
- 2) “Internalização do desenvolvimento sem precedentes da dimensão económica do desporto europeu, suscitada particularmente pelos valores dos direitos de televisão” (redistribuição de externalidades):
 - a) “Mecanismos de reforço mútuo para reduzir o risco da fixação de resultados, apostas ilegais ou outras formas de corrupção” para implementar a produção de impactos positivos do desporto, na saúde e na sociedade. “Estes desafios requererão a participação mais activa do estado”. A contratação de jovens atletas necessita de uma “colaboração mais próxima entre as autoridades desportivas europeias e as autoridades públicas”. Estes desafios necessitam também de uma posição decisiva das federações e UEFA e FIFA (combate às externalidades negativas);
 - b) “Parte da função social do desporto é acelerar a integração da população com origens culturais ou étnicas diferentes”. Outros

problemas são actuais como o racismo, a xenofobia e o doping igualmente recorrentes no desporto (promoção das externalidades positivas e combate às negativas).

Para implementar os objectivos europeus e combater as externalidades negativas duas acções são indicadas pelo Comité da Cultura, Ciência e Educação: “Assegurar a democracia interna, a transparência e o bom governo das instituições de acordo com as linhas orientadoras do Conselho da Europa; e trabalhar em conjunto com todas as partes interessadas das respectivas modalidades desportivas de forma a preservar e fortalecer o Modelo Europeu de Desporto reconhecendo a diversidade existente entre e dentro das diferentes modalidades praticadas na Europa”.

A relevância do Livro Branco do Desporto está na abrangência do contexto em que define o mercado do desporto europeu, a relevância que dedica a cada parte do todo e aos instrumentos económicos e sociais para regular o desporto europeu.

Por fim, a perspectiva do Livro Branco do Desporto é a racionalidade do desporto europeu para o século XXI.

1.2 ANÁLISE EMPÍRICA AO DESPORTO PORTUGUÊS

A caracterização da produção desportiva portuguesa aborda dois pontos:

1. A caracterização e medida da produção dos segmentos públicos e privados;
2. A performance internacional da produção do associativismo desportivo.

O primeiro ponto aborda a competitividade nacional para estabelecer se o seu impacto afecta positiva ou negativamente a performance desportiva. O segundo ponto distingue a competitividade da produtividade nacional e analisa a competitividade desportiva. No último ponto é analisado a estrutura de produção desportiva incluindo o desporto federado, o escolar, o INATEL e os

ginásios e as academias e termina com a fronteira de possibilidades de produção do futebol português ser o sector da actividade desportiva mais competitivo nacional.

1.2.1 A COMPETITIVIDADE NACIONAL

Este ponto analisa o quadro da competitividade nacional que afecta o desporto português e estabelece as determinantes da competitividade nacional e a desportiva.

1.2.1.1 A COMPETITIVIDADE DESPORTIVA¹⁴

Portugal é um país europeu com cerca de dez milhões de habitantes, repartidos por um território continental e duas regiões autónomas que são considerados como um território único. Portugal acompanhou o nascimento e o crescimento do mercado do desporto europeu e mundial durante o século XX e apresenta um comportamento inferior ao comportamento dos restantes países europeus, como se observará no presente capítulo.

A produção literária dos economistas e dos políticos portugueses ajuda a compreender as determinantes da competitividade nacional.

Para Pereira (2009), no século XIX, Portugal detinha uma das mais altas taxas de pobreza de toda a Europa, a maior taxa de analfabetismo, elevadas taxas de fertilidade e mortalidade e um baixíssimo índice de desenvolvimento humano. No pós-segunda guerra mundial, os níveis de vida dos portugueses aumentaram espectacularmente segundo um dos ritmos mais rápidos da Europa Ocidental de 1953 a 1992. O PIB português cresceu cinco vezes tendo o país vivido um regime ditatorial que cometeu erros na estratégia de

¹⁴ A caracterização dos sub-sectores produtivos do desporto português foi realizada no âmbito de trabalhos do Instituto do Desporto de Portugal.

desenvolvimento económico e da distribuição da riqueza, combatido em guerras em vários continentes, suportado choques petrolíferos, feito a reforma agrária, nacionalizado as grandes empresas, e aderido à União Europeia.

Segundo Pereira (2009), a força por detrás da transformação profunda de Portugal está no seu crescimento económico que permitiu estancar a emigração nacional, aumentar os salários dos portugueses, e elevar os níveis de pobreza que assolaram as populações portuguesas há séculos, apesar de hoje ainda se manterem elevados.

Durante esse período o número de praticantes federados cresceu mais de 12 vezes mas Portugal afastou-se da média europeia quanto à conquista de medalhas olímpicas e hoje as organizações desportivas associativas dependem excessivamente dos financiamentos públicos e a sua competitividade internacional em termos agregados é baixa. Portugal cresceu e transformou-se, o seu desporto está maior e diferente mas os seus resultados agregados distinguem-se pelo atraso que vivem da média europeia.

Existem perplexidades que a falta de estudos e investigação no desporto não ajuda a explicar:

- O desporto terá desacompanhado o desenvolvimento económico nacional dos últimos 50 anos;
- Desconhece-se a eficácia das leis de bases para o dirigente, para o praticante desportivo e para o parceiro privado que compete em Portugal e no desporto mais competitivo do mundo;
- Estão por investigar as características nacionais e desportivas a que se deve a incapacidade de conquistar medalhas olímpicas.

A principal ilação a retirar dos dados apresentados na tese é a existência de lapsos de política desportiva nacional nos cem anos de história desportiva europeia com políticas desportivas desajustadas e insuficientes face ao significativo percurso europeu.

A questão que se respondeu neste ponto é que mesmo que superficialmente, as lacunas desportivas tiveram condicionantes nacionais e houve falta de resposta por parte do desporto, face à situação económica e social nacional.

1.2.1.2 A COMPETITIVIDADE E PRODUTIVIDADE

Este ponto discute o conceito de competitividade e da produtividade segundo as características da produção de desporto sugerindo a valorização do mercado associativo desportivo através da competitividade directa de Portugal com os melhores países europeus.

Bento (2009) lembra como a definição de competitividade pode ser contraditória se um país escolhe competir com economias com baixos custos salariais ao contrário de concorrer com países de elevada produtividade. No primeiro caso, ao ajustar os salários pelos níveis inferiores, o país estará a baixar o nível geral da sociedade que ficará mais pobre. No segundo caso, a economia nacional será mais competitiva converge para o nível de vida internacional mais elevado. A solução de uma desvalorização monetária é um fenómeno temporário e a melhoria duradoura do nível de vida está na melhoria da produtividade. Refere Bento (2009) que “Portugal só conseguirá progredir no seu processo de convergência real (com os melhores níveis de vida europeus), se conseguir que a sua produtividade cresça mais rapidamente do que a média europeia. Só deste modo, também, os nossos salários poderão convergir para os ‘níveis europeus’”

A relevância desta comparação entre competitividade e produtividade para o desporto português é que para o desporto português convergir para a média europeia a sua produtividade terá de aumentar nos seus três níveis na prática informal, na recreação e no alto rendimento. As afirmações dos líderes desportivos públicos e privados evitando a definição das metas desportivas tanto informais, recreativas e do alto rendimento e as escusas de estudos nas áreas sociais e da economia, correspondem à negação de aumento da

produtividade para alcançar os níveis europeus e a competição com produções desportivas superiores à portuguesa.

A competitividade pode ser vista nas suas partes constituintes que segundo Lopes (2002) são a capacidade para aumentar a produção, assegurar elevados níveis de emprego, melhorar a produtividade e manter as contas externas dentro de limites sustentáveis a prazo. Os quatro indicadores de produção emprego, produtividade e contas externas são dificilmente encontrados na produção de desporto por ausência de informação estatística e de estudos e análises que Portugal já realizou nos anos oitenta e início dos anos noventa e que evita realizar até hoje.

A determinação da competitividade desportiva nacional encontra-se na aplicação do conceito ao desporto e no uso de variáveis aproximadas para compreender a relevância da competitividade para o desporto nacional.

O conceito de competitividade aplicado ao desporto tem a seguinte definição e comportamento em Portugal:

- O produto desportivo subdivide-se em prática informal, recreação e alto rendimento. Nos últimos anos o produto informal e o recreativo tem um comportamento contraditório notando-se que enquanto os clubes de bairro encontram dificuldades crescentes de sobrevivência na sua oferta, para a maioria da população os ginásios conseguem um produto crescente, alcançando o limite do potencial das classes mais ricas da população. O produto do alto rendimento tem um crescimento marginal decrescente fruto da diminuição do financiamento público e da crise económica que afecta os patrocinadores privados. No seu todo, o produto desportivo terá tido um comportamento marginalmente decrescente;
- O emprego de desporto tem uma oferta crescente de quadros formados nas escolas superiores mas cujas condições de trabalho estão cortadas no tecido associativo dos clubes de bairro enquanto que, ao nível dos ginásios, os quadros com formação não universitária respondem às necessidades de sobrevivência dos ginásios e academias. No alto

rendimento as restrições do Estado tendem a explorar os resultados esporádicos evitando o investimento equivalente ao Modelo Europeu de Desporto;

- Neste contexto de restrição do produto e do emprego desportivos, a produtividade desportiva que se mede pela relação dos dois primeiros, produto a dividir pelos empregados, terá uma resposta subdividida em três: na recreação, face à falência dos clubes e à má qualidade da oferta aliada à presença dos ginásios e academias, a produtividade dos clubes de bairro tenderá a diminuir. Quanto aos ginásios e academias seria importante conhecer a capacidade dos seus técnicos para saber se o aumento do produto se deve pelos melhores motivos ao aumento da qualidade do produto ou se pela utilização crescente de técnicos com qualificações inferiores. Quanto ao alto rendimento será de admitir que a restrição financeira obrigue a uma maior produtividade;
- A balança de mercadorias tem-se degradado e os sectores exportadores de bens e serviços desportivos portugueses serão de pequena dimensão como as canoas Nelo, assim como, os fatos de natação Speedo que foram entretanto proibidos pela federação mundial. Porém apenas estudos económicos permitiriam compreender a realidade tanto neste último indicador como nos anteriores.

O investimento desportivo não é detectável nas transacções internacionais correntes. Só estudos permitiriam distinguir quanto da maior produtividade depende da produção desportiva.

Santos (2002) refere que “a evidência empírica existente sugere que, nos últimos 15 anos, o processo de crescimento da economia portuguesa foi devido a uma utilização intensiva dos factores produtivos e não ao aumento da eficiência global do sistema. Esta aposta na quantidade, em detrimento da qualidade, está a conduzir a uma situação de rendimentos marginais decrescentes que tornará o actual modelo de desenvolvimento não sustentável.” Distingue que na situação de pleno emprego da economia a manutenção do crescimento apenas se concretizará com o agravamento dos desequilíbrios externos ou da inflação preconizando o uso de um modelo

baseado no crescimento intensivo em que o objectivo é claramente produzir mais, mas sobretudo, produzir melhor, com mais qualidade e mais rápido.

Sobre o desporto o pleno emprego dos recursos não existirão e, antes pelo contrário, haverá segmentos recreativos e do alto rendimento com folgas de produtividade e escassez de financiamento aliado à necessidade de aumento da qualidade existente na economia portuguesa em geral.

A realidade recreativa possui complexidades que a análise económica não investigou na perspectiva das externalidades de rede que existem e que são determinantes para a maximização do bem-estar. Segundo Santos (2002) “é hoje consensual que a produção e a difusão de inovação e de conhecimento constituem processos muito complexos, fortemente condicionados por diferentes tipos de fracassos de mercado e que não tendem a fluir facilmente, de forma linear e de modo uniforme, no tecido económico. Por isso mesmo, é imprescindível estabelecer os chamados sistemas nacionais de inovação que constituem quadros institucionais que promovem os avanços tecnológicos e estimulam a difusão das inovações, as parcerias e o trabalho em rede.

Uma estratégia de desenvolvimento económico para Portugal passa pela aposta nas empresas e no mercado como espaços privilegiados de transformação e afirmação da economia portuguesa, a ênfase na internacionalização e na cooperação, a necessidade de estender as actividades produtivas da empresa a montante (áreas de I&D e concepção dos produtos) e a jusante (marketing e distribuição), a inevitabilidade da adopção de uma postura pró-ambientalista por parte das empresas e um envolvimento do Estado orientado sobretudo para as áreas em que haja externalidades ou fracassos de mercado.”

Os fracassos de mercado que Santos (2002) refere relacionados com a inovação defrontam-se no mercado do desporto com a ausência de sistemas desportivos de inovação e de promoção de avanços tecnológicos e estímulo à difusão das inovações, as parcerias e o trabalho em rede, assim como, a aposta nos clubes e federações como espaço privilegiado de transformação e afirmação do tecido desportivo português.

1.2.2 A COMPETITIVIDADE DESPORTIVA

A competitividade desportiva nacional é avaliada segundo as características económicas das políticas desportivas para compreender a sua relevância para a produção de resultados desportivos nacionais.

Os resultados desportivos olímpicos e os resultados do Euro 2004 no caso do futebol são questionados para distinguir a realidade desportiva dos resultados estatísticos produzidos.

1.2.2.1 O DESPORTO PORTUGUÊS DEPOIS DE 1974

Há dois momentos principais no período de 1974 a 2010:

- 1) Período da década de setenta correspondendo a políticas de *infant industry* com um investimento decidido nas actividades de recreação e dedicadas aos jovens e a sectores carenciados da população;
- 2) Período da década de oitenta em diante baseada no *trickledown effect* perspectivando efeitos automáticos sobre o desporto nacional e provenientes quer do desenvolvimento económico nacional quer dos impactos da despesa pública sobre a actividade de alto rendimento.

O primeiro período acompanha o idealismo do período conturbado que Portugal viveu, com financiamentos públicos da administração pública muito elevados, e que sem o acompanhamento do investimento das autarquias soçobrou passados os momentos iniciais dos anos setenta. O seu período de vigência foi de muito curta duração e sem sustentação de política desportiva para o longo prazo. Ver autores como Carvalho (1975, 1978 e 1978), Crespo (1990 e 1992), Lima (1978, 1982 e 1989), Esteves (1967 e 1999), Feio (1978).

1.2.2.2 OS SUBSISTEMAS DE DESPORTO, PÚBLICO E PRIVADO

O desporto português integra um subsistema público e um subsistema privado de produção de desporto.

O subsistema público integra:

1. *O Desporto Escolar*, situado no Ministério da Educação, oferece a prática desportiva aos jovens que frequentam o ensino básico e o secundário;
2. *O Instituto do Desporto de Portugal*, integrado na Presidência do Conselho de Ministros, é a agência pública, criada em 1942, que promove a actividade desportiva portuguesa. O Instituto do Desporto regula a actividade das federações desportivas e administra instalações desportivas do Estado como o complexo Desportivo do Jamor;
3. *O INATEL*, inserido no Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, foi fundado em 1935 e é tutelado pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. No âmbito do Desporto, apoia-se numa rede de instalações e em colaborações estratégicas com diversas entidades, e oferece actividades de lazer, integradas em programas, a nível nacional, ver INATEL 2010;
4. *As Autarquias*, promovem a actividade desportiva local junto do associativismo desportivo de base e das escolas articulando resultados com outros departamentos públicos;
5. Os governos regionais actuam nos arquipélagos dos Açores e Madeira.

O subsistema privado de regulação da produção de desporto inclui organizações como os clubes, associações e federações que não possuem uma finalidade lucrativa e as empresas que trabalham no desporto e que possuem uma finalidade lucrativa, onde se encontram os ginásios e as academias. O desporto desenvolvido nas escolas privadas não é abordado na tese e o desporto praticado pelos atletas universitários é considerado na FADU, a federação do desporto universitário.

Tal como no Modelo Europeu de Desporto a estrutura nacional de produção do associativismo desportivo tem a forma de uma pirâmide em que se encontram na base os clubes e as empresas de venda de bens e serviços de grande consumo, no nível intermédio estão as associações de clubes que regulam a actividade dos clubes e no topo situam-se as federações cuja actividade incide sobre todas as organizações associativas. O COP e a GDP são organizações que representam as federações, encontrando-se acima destas últimas, e são um interlocutor aceite pelas federações, pelo Estado e pelas instituições internacionais.

1.2.2.3 AS ESTATÍSTICAS DOS SUBSISTEMAS DESPORTIVOS

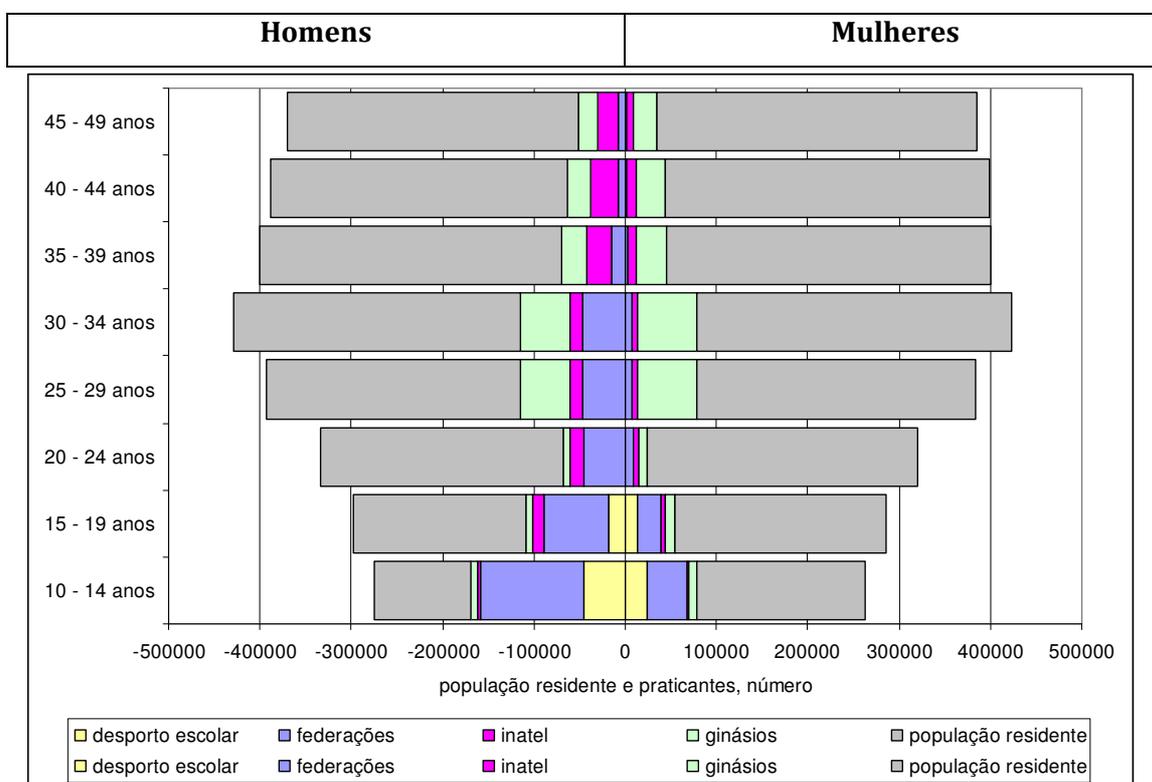
A análise que se apresenta mostra que no início do século XXI o desporto português tem características distintas, para melhor, da realidade dos anos noventa do século passado, sugerindo que se verifica um crescimento sustentado dos praticantes e dos factores de produção destinados à prática desportiva.

O estudo mais recente sobre a prática desportiva dos portugueses data de 1998, de Marivoet (1989) e indica que 27% da população pratica desporto. Outros dados mais recentes e com diferente metodologia são os do Eurobarómetro de 2004 e de 2009 que dão um valor mais elevado alcançando os 45% da população, ou seja 4.786.971 praticantes. A partir dos dados das instituições que oferecem desporto é possível dividir a participação nacional em dois grupos: aqueles que praticam no desporto federado, no desporto escolar, no INATEL e nos ginásios com 1.256.942 praticantes (12%) e os praticantes ocasionais relacionados com a maior informalidade da prática desportiva 3.530.029 (33%).

Os 12% dos praticantes formais aparecem como valores muito baixos sugerindo a incapacidade das estruturas formais públicas e privadas para captar a actividade da maior parte da população que pratica desporto, os 33% restantes para os 45% do Eurobarómetro.

A análise por escalões etários apresentada na Figura 1-1 mostra a importância relativa por escalão etário das práticas desportivas do desporto federado, desporto escolar, INATEL e ginásios. As características desta figura são:

1. A possibilidade de crescimento da prática desportiva da população observada na diferença entre a participação desportiva e a população residente.
2. O potencial do trabalho do desporto escolar e do desporto federado nos escalões dos jovens em idade escolar se perder com a entrada na idade adulta.
3. A importância da prática nos ginásios entre os 25 e os 34 anos.



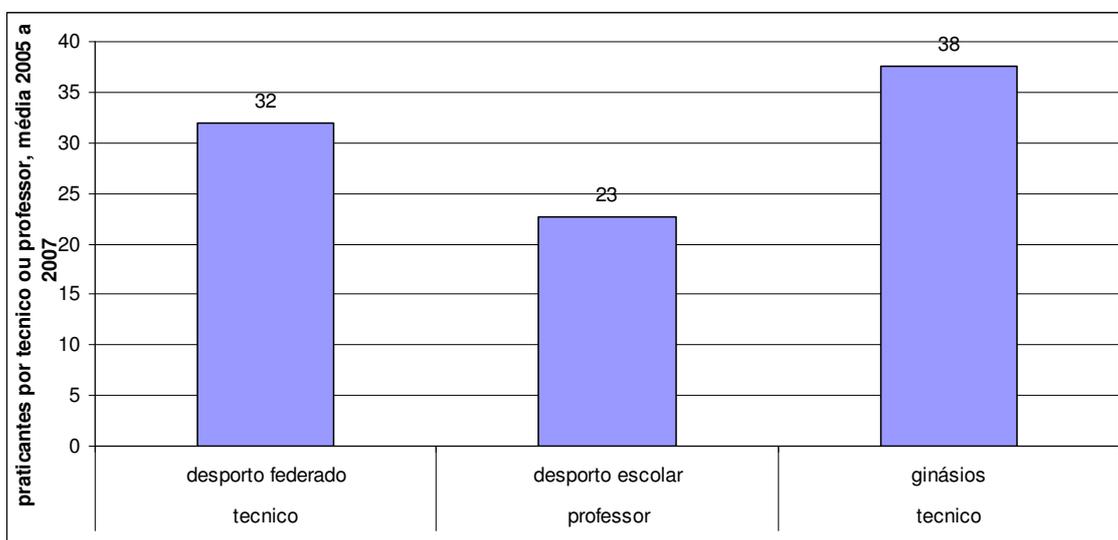
Fonte: IDP, I.P., DGIDC-GCDE, INATEL, AGAP

FIGURA 1-1 – PRÁTICA DESPORTIVA POR ESCALÕES ETÁRIOS, POPULAÇÃO RESIDENTE E PRATICANTES, 2007

O número de praticantes desportivos por técnico varia em cada um dos subsistemas considerados, Figura 1-2. No caso dos ginásios o número médio de praticantes sobe aos 38 como forma de satisfazer o critério de maximização

do lucro do ginásio. Segue-se o desporto federado o qual trabalhando com custos abaixo da actuação lucrativa trabalha com uma média de 32 praticantes por técnico. O valor mais baixo encontra-se na actuação do Estado que no Desporto Escolar garante a qualidade de turmas de 23 praticantes por professor.

A análise por modalidade também fará variar o número de praticantes como as actividades colectivas e as individuais possuindo estas últimas menos praticantes por técnico, enquanto a prática de alto rendimento exigirá rácios de praticante por técnico mais baixos e também com técnicos e preparadores mais qualificados.



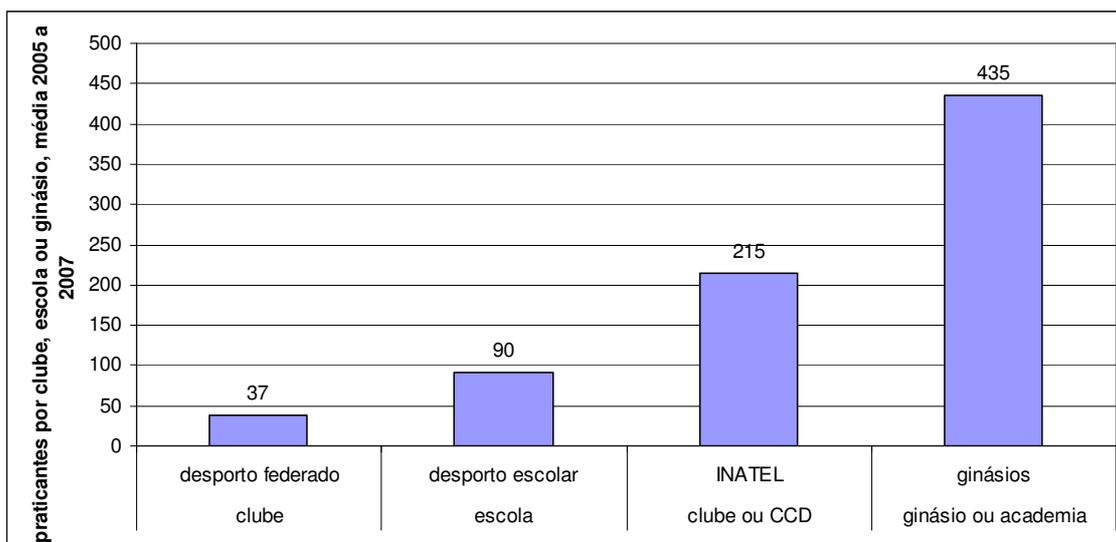
Fonte: IDP, I.P., DGIDC-GCDE, INATEL, AGAP

FIGURA 1-2 – PRATICANTES POR TÉCNICO OU PROFESSOR, MÉDIA 2005 A 2007

Os clubes federados apresentam o menor número de praticantes porque em Portugal dedicam-se à alta competição cujo critério de decisão é a qualidade da prática. No desporto escolar a dimensão relaciona-se com o alcance da oferta das actividades desportivas cuja média por escola apenas alcança os 90 alunos por escola. Os valores mais elevados de praticantes por organização produtora de desporto estão no INATEL e nos ginásios. Os clubes e CCD's prosseguindo actividades recreativas alcançam um maior número de

praticantes e os ginásios que maximizam o lucro fidelizam os seus praticantes ultrapassando os quatrocentos praticantes por ginásio, ver a Figura 1-3.

Estes valores surgem muito baixos quando se sabe que o número de praticantes por clube em muitos países europeus está acima dos 1000 praticantes.



Fonte: IDP, I.P., DGIDC-GCDE, INATEL, AGAP

FIGURA 1-3 – PRATICANTES POR CLUBE ESCOLA OU GINÁSIO OU ACADEMIA, MÉDIA 2005 A 2007

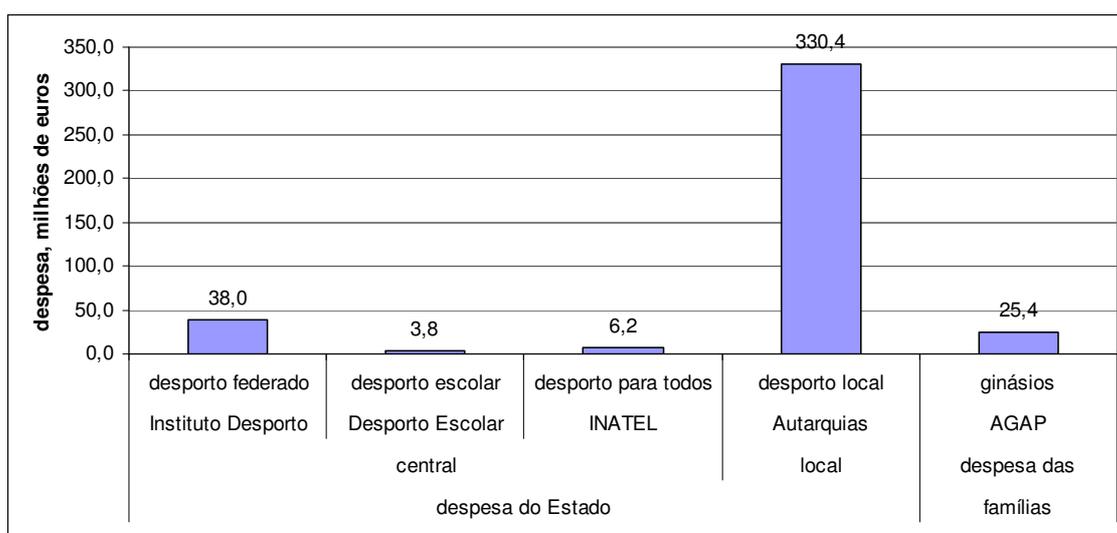
A informação económica sobre a actividade desportiva é escassa em Portugal. A fim de estabelecer a comparação entre os valores da produção dos diferentes sub-sistemas desportivos usa-se a informação disponível para obter uma fotografia instantânea da realidade nacional. O mesmo acontece com os conceitos económicos aplicados que poderão não corresponder exactamente quando se comparam os diferentes segmentos de produção desportiva.

Com esta nota cauteloso refira-se que os resultados económicos desportivos são alcançados com duas fontes principais de financiamento directo: o Estado e as famílias. Na Figura 1-4 observa-se que as Autarquias, enquanto parte do Estado, são o principal financiador com um valor aproximado a 330 milhões de euros, seguindo-se o IDP com 38 milhões de euros. Este financiamento não esgota o total da despesa destas instituições com a actividade desportiva

existindo outros montantes com despesas para o desenvolvimento desportivo local e nacional com as federações desportivas.

As famílias têm uma despesa de 25 milhões de euros, apenas na produção privada de desporto através dos ginásios. Mais uma vez se faz notar que as famílias gastam mais em desporto seja com actividades correlacionadas com o consumo das actividades informais e com os ginásios, como com o transporte, alimentação, alojamento e equipamento, quer com outras actividades também consumidas pelas federações como as actividades oferecidas pelos departamentos da administração central referenciados nesta análise e com outras actividades como com a actividade desportiva profissional.

Por ordem de grandeza, do volume absoluto de participação, segue-se o INATEL com 6 milhões de euros e, por último, o Desporto Escolar com cerca de 4 milhões de euros.



Fonte: IDP, I.P., DGIDC-GCDE, INATEL, AGAP

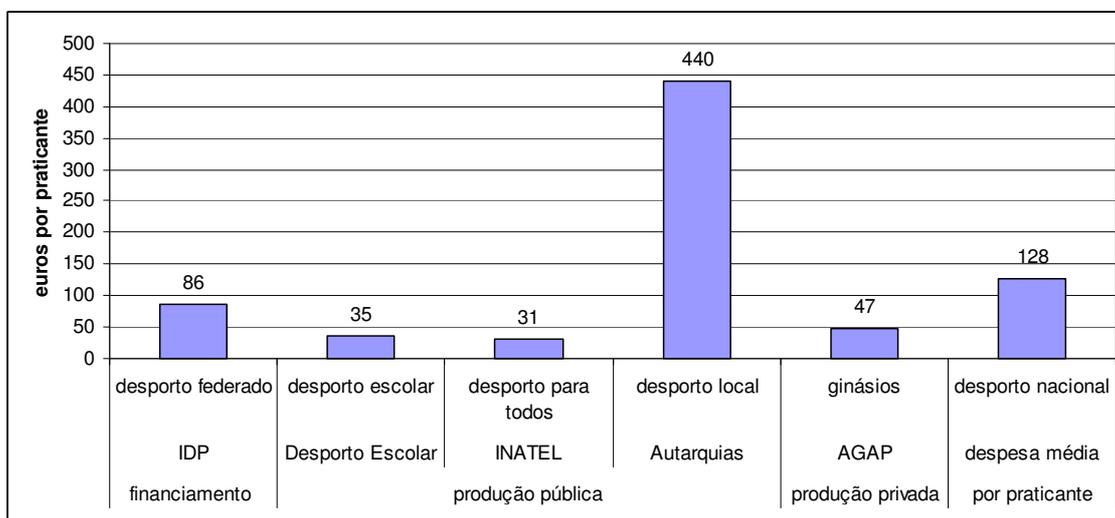
FIGURA 1-4 – DESPESA EM DESPORTO PELO ESTADO E PELAS FAMÍLIAS, MILHÕES DE EUROS, MÉDIA DE 2004 A 2007

Estes valores totais permitem identificar o montante monetário aproximado da despesa de cada segmento de produção desportiva.

Assim, dividindo os montantes da despesa pelo número de praticantes respectivo obtém-se o custo por praticante. Em termos totais, o custo por praticante nacional é de 128 euros/ano. O praticante federado pelas suas

características de intensidade da prática desportiva tem o custo para o Estado mais elevado no valor de 86 euros/ano, o desporto escolar surge com 35 euros/ano e o do INATEL com 31 euros/ano. Ver a Figura 1-5.

Os ginásios têm um custo médio para o praticante de 47 euros.



Fonte: IDP, I.P., DGIDC-GCDE, INATEL, AGAP

FIGURA 1-5 – DESPESA POR PRATICANTE SEGUNDO O SUBSISTEMA, EUROS/ANO, MÉDIA DE 2004 A 2007

No respeitante às autarquias considera-se que a sua despesa deve ser dividida pela soma dos praticantes federados, dos escolares e do INATEL, obtendo-se uma despesa por praticante de 440 euros por ano. As autarquias criam condições para que a nível local seja possível a prática desportiva alargada das populações, sendo que os praticantes que beneficiam desse investimento são toda a população independentemente da sua preferência para o consumo da prática desportiva e dentro desta independentemente do segmento de prática preferido.

1.2.2.4 A PRODUÇÃO DESPORTIVA FEDERADA

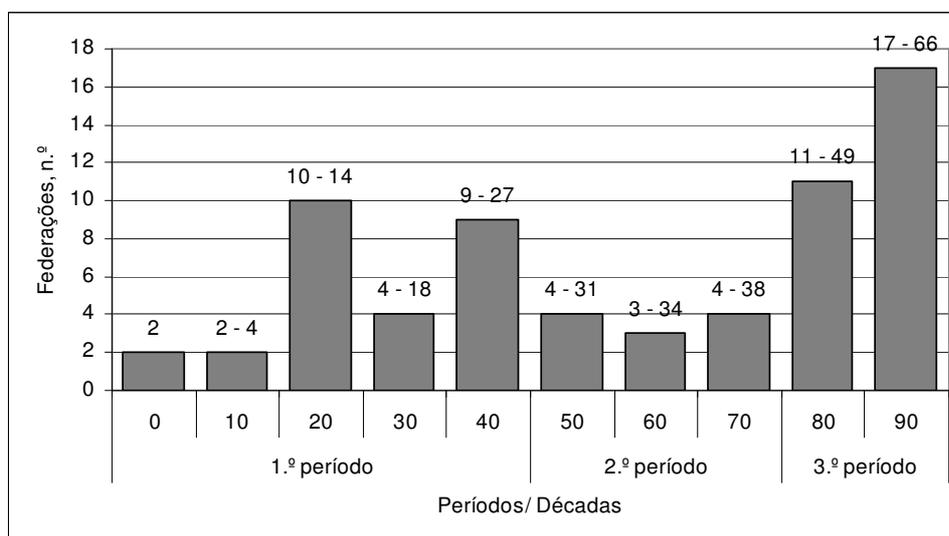
As federações são a principal estrutura de organização desportiva privada durante todo o Século XX. Actualmente existem em Portugal 60 federações desportivas, assistindo-se periodicamente ao surgimento de federações com

novas actividades que a prazo conseguem manter a sua actividade enquanto outras acabam por falir.

As federações mais antigas e as integradas no programa olímpico são as federações que oferecem actividades desportivas a um maior número de praticantes.

O movimento de criação das federações variou nos últimos cem anos.

Distinguem-se, na FIGURA 1-6, três períodos: o *primeiro período*, mais longo, com cinco décadas até à de 40, formou 27 federações; o *segundo*, de três décadas (40, 50 e 60), surge com 11 federações; o *terceiro*, com as duas décadas finais, tem 28 federações.



Fonte: IDP, I.P.

Nota: os números nas colunas são o total de federações criadas na respectiva década e o valor acumulado com as federações criadas nas décadas anteriores. Assim, na primeira década (0) formaram-se duas federações, uma das quais ainda no século XIX, na segunda década formaram-se duas federações e existiam um total de quatro federações.

FIGURA 1-6 – DÉCADA DE FUNDAÇÃO DAS FEDERAÇÕES DE MODALIDADE

A década de vinte foi produtiva na criação de federações, seguindo-se a década de 40. Também a revolução de 1974 teve uma repercussão positiva, neste caso nas duas décadas de 80 e de 90 no respeitante à criação de novas federações desportivas.

As três décadas de 50 a 70 são as menos produtivas na formação de federações desportivas.

Nas décadas mais recentes, a transformação do associativismo desportivo pela criação de novas federações foi mais rápida. A última década mostra um desenvolvimento forte na criação de novas federações, alcançando as 28, enquanto as cinco primeiras décadas tinham criado 27. Num intervalo de tempo de duas décadas criaram-se mais federações do que nas primeiras cinco décadas do século.

As federações possuem dimensões diferenciadas e o seu agrupamento é útil para compreender a repartição do domínio do mercado do desporto entre todas. Ver o Quadro 1-1. Com os dados dos praticantes de 2008 foram criados 5 agrupamentos de federações em que a distância entre as federações do mesmo grupo é menor do que a distância entre as federações do agrupamento anterior ou do posterior. O futebol é o caso da federação que é tão grande e tem uma distância da federação seguinte que representa o grupo um com perto de 142 mil praticantes.

QUADRO 1-1 – AGRUPAMENTO DE FEDERAÇÕES E DIMENSÃO MÉDIA POR GRUPO, PRATICANTES DE 2008

Grupo	Federações	Praticantes federados	Média por federação
1	1	141.958	141.958
2	4	149.502	37.376
3	8	107.850	13.481
4	19	70.047	3687
5	28	22.438	801
<i>Total</i>	<i>60</i>	<i>491.795</i>	<i>8197</i>

Fonte: IDP, cálculos próprios

Seguem-se quatro federações somando 150 mil praticantes e uma dimensão média de 37 mil praticantes. No terceiro grupo estão 8 modalidades com 13 praticantes de média. A média seguinte do grupo 4 passa para 3,7 mil praticantes com 19 federações e no último grupo estão 28 federações com uma média de 800 praticantes.

Em síntese, a média de 48 federações, que representam 78% do mercado é de menos de 3700 praticantes, o que representa um valor muito baixo quando

alguns países europeus possuem uma média de praticantes por clube de pouco menos desta ordem de grandeza. Significa este valor que não só a dimensão das federações em praticantes é muito baixa como é acompanhada pela dos clubes.

Observe-se a estruturação das federações segundo a sua fundação. Ver o Quadro 1-2.

QUADRO 1-2 – IDENTIFICAÇÃO DAS FEDERAÇÕES EM CADA AGRUPAMENTO POR DÉCADAS E POR DIMENSÃO DA PRÁTICA

Décadas		Grupos 1 a 3	Grupos 4 e 5
00 a 40	<i>Olimpicas</i>	Futebol, Andebol, Atletismo, Basquetebol, Natação, Ténis, Voleibol	Boxe, Ciclismo, Equestre, Esgrima, Hóquei, Lutas Amadoras, Pentatlo Moderno, Remo, Ténis de Mesa, Tiro, Tiro com Armas de Caça, Vela
	<i>Não-Olimpicas</i>	Columbofilia, Golfe, Patinagem,	Aeronáutica, Bilhar, Campismo e Montanhismo, Pesca Desportiva, Xadrez
50 a 70	<i>Olimpicas</i>	Judo, Ginástica	Badminton, Canoagem, Halterofilismo, Tiro com Arco
	<i>Não-Olimpicas</i>		Actividades Subaquáticas, Bridge, Minigolfe, Motonáutica, Rugby
80 e 90	<i>Olimpicas</i>		Esqui, Trampolins, Triatlo
	<i>Paralimpicas</i>		Desporto para Deficientes
	<i>Não-Olimpicas</i>	Karaté	Aerodelismo, Aikido, Arqueiros, Artes Marciais Chinesas, Automobilismo, Budo, Corfebol, Damas, Dança, FADU, Jet Ski, Kickboxing, Motociclismo, Orientação, Paraquedismo, Pesca de Alto Mar, Petanca, Ski, Náutico, Squash, Surf, Taekwondo, Voo Livre

Nota: A criação dos agrupamentos efectuou-se com o valor dos praticantes federados de 2008 apresentado no quadro anterior. Em negrito estão as federações de modalidades praticadas colectivamente.

Organizando as federações pela década da sua fundação, pela pertença ou não ao programa olímpico e pelos grupos de dimensão, encontra-se um padrão que valoriza as federações olímpicas e que são simultaneamente as federações fundadas no início do século. A maior parte das federações fundadas depois dos anos cinquenta estão nos dois grupos mais pequenos.

Apesar de produzir níveis mínimos de produto desportivo pela média europeia o desporto português estagnou resultados na recreação e na produção olímpica e corre actualmente o perigo de manter um lugar inferior no bem-estar desportivo da sua população. Não se assiste no desporto português ao impacto

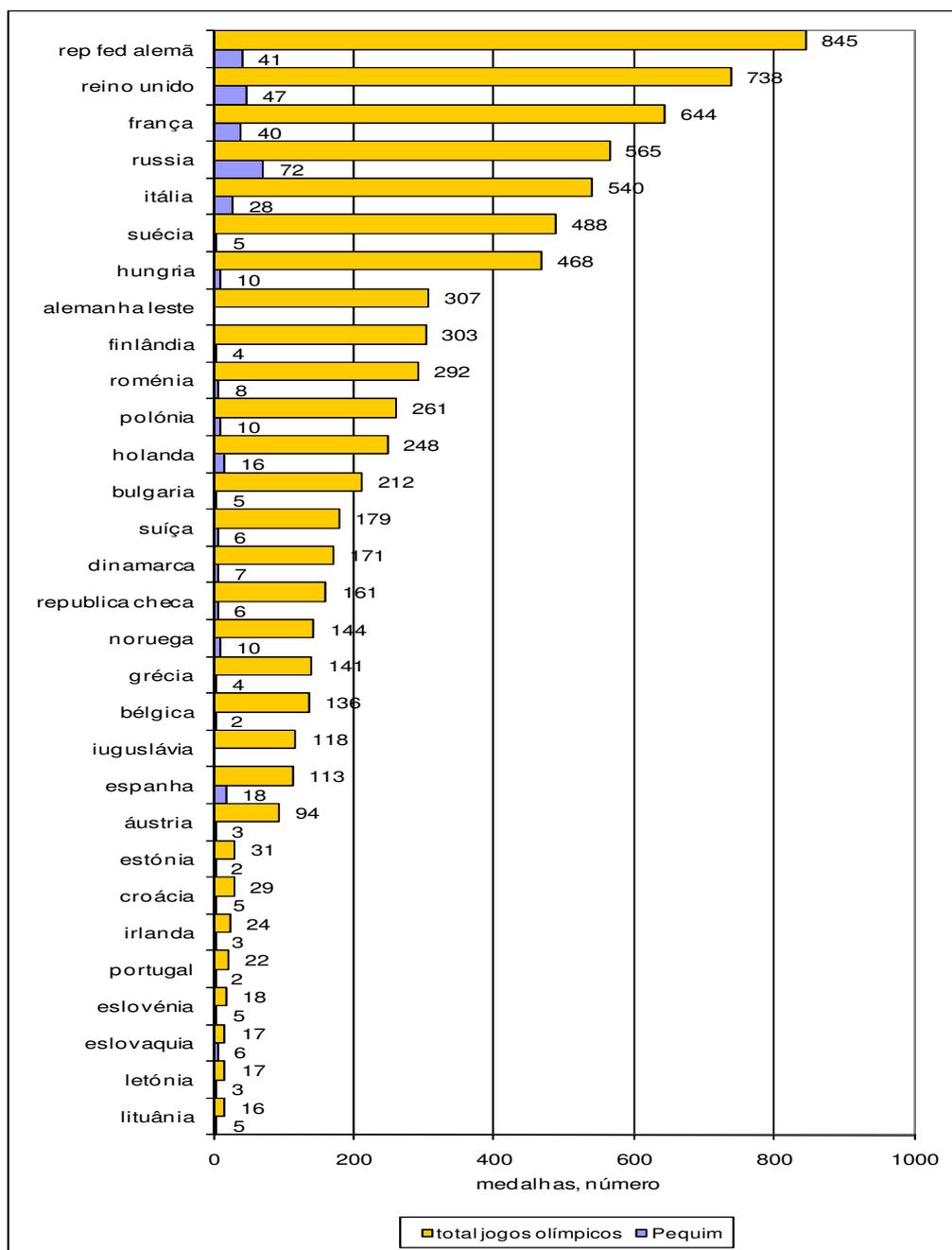
de volumes de crescimento mais do que proporcionais face ao investimento inicial à escala das federações.

Países com a população e o produto económico de Portugal conquistaram mais de cem medalhas nos Jogos Olímpicos, como a Grécia, Suíça e Finlândia enquanto Portugal conquistou vinte e duas. Actualmente outros países com dois e três milhões de habitantes e uma independência recente como a Lituânia, Letónia, Eslováquia e Eslovénia, a manterem a produtividade de Pequim 2008, irão deixar definitivamente Portugal com o registo europeu mais baixo neste indicador desportivo. A situação do produto desportivo português no contexto europeu tem um resultado idêntico noutros segmentos desportivos, como a recreação e o desporto profissional com diferenças que conferem um estatuto consolidado de fraca produtividade desportiva. Considerando o crescimento do produto desportivo europeu durante todo o século XX, a Figura 1-7 indica que a produtividade desportiva portuguesa tem níveis de crescimento de longo prazo abaixo dos países seus concorrentes no continente europeu

A criação de três Leis de Bases, a primeira em 1990 e as duas restantes em 2005 e 2007, o apoio ao alto rendimento e os investimentos em infra-estruturas se bem que facultando melhores condições de produção do lado da oferta, são insuficientes por três razões:

1. Os resultados desportivos nacionais no desporto europeu e mundial foram pontuais e casuais não surgindo de políticas nacionais coerentes e sustentadas;
2. Esperaram-se “efeitos automáticos” desportivos e sociais dos resultados desportivos produzidos pelas maiores federações, protegidas pelas políticas e por financiamentos públicos. Pelo contrário estas medidas proteccionistas impediram as condições da maior competitividade nacional e internacional;
3. As federações mais pequenas e os clubes de bairro foram incapazes de sozinhos e sem *policies* públicas ultrapassar as dificuldades encontradas. Como noutros países os efeitos económicos automáticos,

denominados *trickledown effects* falharam também ao nível da produção desportiva de base.



Fonte: Site do Comité Olímpico Internacional em inúmeros momentos ao longo de vinte anos:
www.olympic.org

FIGURA 1-7 – DISTRIBUIÇÃO DAS MEDALHAS OLÍMPICAS PELOS PAÍSES EUROPEUS DESDE O INÍCIO DOS JOGOS OLÍMPICOS DA ERA MODERNA E NOS JOGOS DE OLÍMPICOS DE PEQUIM 2008, NÚMERO DE MEDALHAS

Nos Jogos Olímpicos de Londres em 2012 com o ritmo europeu de produção de medalhas, o desporto nacional terá menos medalhas olímpicas no continente europeu. Portugal tem uma produtividade inferior a países que têm um quarto a um quinto da sua população e do seu PIB. Apesar de concorrerem desde 1990, aos Jogos Olímpicos, os novos países de leste já possuem um número de medalhas próximo de Portugal que durante o século XX pôde competir individualmente em todos os Jogos Olímpicos.

A partir da década de oitenta o desporto português teve um crescimento anual inferior impedindo o país de alcançar a média europeia situada nos vinte por cento da população federada. O Quadro 1-3 apresenta a evolução dos praticantes federados no período de 1944 até 2008 e o défice para uma taxa de crescimento média de 7%. Em 2008 Portugal possui 500.000 praticantes federados, 5% do total da população, quando deveria ter 20%, segundo a média europeia.

Existem condicionantes que influenciam marcadamente o desporto português. O futebol é a modalidade cuja performance tem realce no trajecto do desporto nacional e que condiciona pelo exemplo e por projectos, a situação descrita anteriormente.

QUADRO 1-3 – PRATICANTES FEDERADOS EM PORTUGAL

Períodos	Anos do período	Crescimento médio anual, %	Valor real, praticantes	Crescimento de 7% anual	Diferença, real - 7%
44 a 69	25	7,3	95.648	146.177	50.529
70 a 79	9	10,0	245.592	287.552	41.960
80 a 94	14	3,2	389.847	793.366	403.519
95 a 03 (1)	8	4,4	376.465	1.458.571	1.082.106
04 a 08	4	5,7	491.564	2.045.721	1.554.157

(1) - Excluindo 1995 acerto estatístico

Fonte: IDP, I.P.

O próximo ponto analisa os aspectos económicos da competitividade desportiva nacional e a competitividade do futebol português.

1.2.2.5 A COMPETITIVIDADE DESPORTIVA É INSUFICIENTE

Este ponto interroga que desafios desportivos foram resolvidos durante 30 anos e se a ausência de competitividade económica dos agentes desportivos será uma das razões que impedem Portugal de alcançar a média europeia em inúmeros indicadores de benchmark.

Entre os desafios resolvidos, no futebol, a modalidade mais competitiva do mundo, Portugal tem resultados extraordinários como o terceiro lugar no ranking da FIFA, em 2010; organizou o Euro 2004 e tem duas estrelas reconhecidas globalmente, José Mourinho e Cristiano Ronaldo. Noutros indicadores, o produto desportivo nacional é mínimo, como os resultados nos Jogos Olímpicos, durante o século XX e, mais recentemente, os indicadores da prática recreativa da população são baixos, conforme o Eurobarómetro (2005 e 2009). Porém, o benchmark de Portugal na Europa deve fazer-se com um conjunto de indicadores desportivos para assegurar a sustentabilidade da análise e não apenas um indicador como o dos resultados do futebol.

Três pontos sugerem um paradigma para o desporto português:

1. *Terá tido um padrão de produção desportivo insuficiente que se manteve ao longo do século XX*, como muitos outros sectores da actividade económica e social portuguesa. A partir de 1974 a produção desportiva cresceu mas, em termos consolidados, em 2010 permanece longe da média europeia;
2. *O comportamento, da política desportiva, terá sido aleatório* quer iniciando projectos que abandona mesmo apesar de primeiros resultados positivos, quer protegendo as federações, o que prejudica, simultaneamente, a produção associativa de base pelos clubes de bairro e a competitividade internacional da produção federada;
3. *Não terá retirado as ilações das novas políticas que marcaram a União Europeia* durante os últimos quinze anos, as quais teriam incentivado a competitividade das federações em todos os seus segmentos de produção e alavancado a convergência do país para a média europeia.

1.2.2.5.1 CEM ANOS DE PRODUÇÃO DESPORTIVA INSUFICIENTE

Durante mais de cem anos, em todo o século XX, Portugal não acompanhou o ritmo europeu de produção desportiva e nas décadas mais recentes tem uma aproximação que é inferior à de outros países europeus no mesmo período.

Os exemplos de afastamento europeu e de descontinuidade dos modelos e dos projectos, por vezes exemplares, fazem a história do desporto português:

- 1) Portugal não acompanhou a competitividade olímpica da Europa no século XX, o que o produto das medalhas olímpicas demonstra, marcado pelo frágil desenvolvimento económico e social do país em grande parte deste período;
- 2) Depois, em 1974, Portugal iniciou o investimento na recreação, cujo projecto e filosofia de desenvolvimento desportivo abandonou nos primeiros anos da década de oitenta, ver Carvalho (1975 e 1978);
- 3) Durante os trinta anos seguintes continuou políticas que esperariam por efeitos automáticos da conquista de resultados no alto rendimento e da economia nacional e promoveu mega estruturas desportivas, ver o investimento nos estádios para a prática do futebol profissional e nos Centros de Alto Rendimento¹⁵, sobre uma massa crítica de prática recreativa inexistente, ver dados do Eurobarómetro (2004 e 2009);
- 4) O atletismo beneficia e goza do trabalho empírico e fundamental, de experimentação e erro de Moniz Pereira e não investe nesse modelo para o replicar de imediato nas restantes disciplinas do atletismo, nem o promove exemplarmente noutras modalidades e disciplinas. Mais de trinta anos depois sobre os primeiros resultados de Moniz Pereira e Carlos Lopes inaugura um Centro de Alto Rendimento para o Atletismo em 2010;
- 5) Quando se defronta com o trabalho inovador de cariz mais científico de Carlos Queiroz incompatibiliza-se com o treinador sem acautelar as mais-valias que garantissem o prosseguimento do projecto e dos resultados já alcançados com a conquista de dois mundiais em juniores;

¹⁵ O desporto português apesar de investir montantes significativos em infra-estruturas desportivas não apresenta estatísticas desse investimento quanto aos montantes iniciais e características técnicas e quanto à gestão dos espaços desportivos criados.

- 6) No caso particular da recreação, durante a década de oitenta a Direcção-Geral dos Desportos tinha uma Divisão de Recreação e depois disso o órgão desapareceu. Com José Constantino a recreação foi retomada sob o nome de Programa Mexa-se. Após a sua saída, de presidente do Instituto do Desporto de Portugal, o futuro do Programa Mexa-se permanece incerto e apagado;
- 7) A Europa, através do Conselho da Europa e do Parlamento Europeu, diversifica as áreas do conhecimento desportivo e coloca-as ao serviço dos agentes desportivos, na sociologia, engenharia e arquitectura, medicina e dopagem, voluntariado e economia. A Direcção-Geral dos Desportos destacou dezenas de técnicos para acompanhar os trabalhos do Conselho da Europa nos anos oitenta e noventa. Esta atitude já não se pratica em Portugal quando a União Europeia intensifica as suas políticas desportivas sustentadas em estudos e análises técnicas e científicas e as políticas desportivas são acompanhadas pela teoria TBE de Weiss (1997).

Portugal não acompanhou com eficácia desportiva a produção desportiva da Europa no século XX e não interioriza os procedimentos e os objectivos da União Europeia para o século XXI.

1.2.2.5.2 TRINTA ANOS DE POLÍTICA DESPORTIVA E SEM *TRICKLEDOWN EFFECTS*

Na base da política desportiva portuguesa, implementada durante as últimas três décadas em Portugal, está o paradigma de que o desporto beneficiará do desenvolvimento económico nacional não sendo necessários programas desportivos estruturais, nem o investimento distinguindo as áreas da recreação e do alto rendimento, que bastam políticas desportivas direccionadas para o alto rendimento e para as federações desportivas, para que as populações se predisponham a praticar e a consumir desporto segundo as suas necessidades ou a resposta aos indicadores de bem-estar comuns na União Europeia.

A estratégia de desenvolvimento desportivo teve duas características:

1. Na primeira o Estado investe directamente, na produção de actividades desportivas do alto rendimento através das federações, e, indirectamente, nas infra-estruturas que as federações e as autarquias solicitavam. Desta forma as federações são protegidas no mercado desportivo nacional pelo financiamento público independentemente do produto desportivo gerado pelas suas actividades de alto rendimento e de recreação;
2. Na segunda característica as políticas públicas encolheram o investimento público nos clubes da base da pirâmide de produção desportiva, separando os resultados gerados pelos clubes, dos resultados alcançados pelas federações. A minimização do investimento nos clubes de base impediu a produção da massa crítica de capital desportivo para alavancar a competitividade do alto rendimento de Portugal. Com um desequilíbrio forte no acesso ao consumo desportivo pela população carenciada, que em Portugal atinge valores que ultrapassam os vinte por cento da população, Bruto da Costa (2008), a massa crítica para o sucesso e a viabilidade competitiva do mercado do desporto nacional para o nível europeu soçobrou.

Os resultados desportivos que se observam em múltiplos indicadores das federações desportivas¹⁶, nos anos oitenta e noventa ficaram-se a dever aos impactos automáticos, o *twickledown effect*, do maior investimento desportivo e do desenvolvimento económico nacional. Na presente década o ímpeto inicial perde-se e não aproxima o produto desportivo português da média europeia. No mesmo período Portugal está a ser ultrapassado por outros países europeus com menor produto económico, como os pequenos países de leste, ver a análise de contexto da tese referente ao benchmark europeu.

Uma primeira explicação para o esgotamento dos dois *twickledown effect*, o da economia e o do alto rendimento, está na natureza das políticas desportivas de que se esperavam resultados automáticos. Sem indicadores de referência

¹⁶ Segundo as estatísticas produzidas no IDP desde meados dos anos noventa.

entre o produto recreativo da base da pirâmide e agindo independentemente do produto do alto rendimento do topo, o Estado não introduz os factores de competitividade no mercado das federações nacionais, relacionando a recreação e o alto rendimento, que aumentariam o produto desportivo por via de políticas desportivas e aproximariam Portugal da média europeia.

Os resultados da prática desportiva avaliados nos estudos sociológicos feitos por Marivoet (1985 e 1995) denotam que 27% da população praticava desporto. Dez anos mais tarde o Eurobarómetro (2004 e 2009) indica um valor da prática informal de 45%¹⁷.

Dando por comparáveis os dois resultados citados, de Marivoet (1995) e do Eurobarómetro (2009), Portugal cresceu a prática informal passando de 27% para 45% mas mantendo-se entre os países europeus de resultados mais pequenos.

Em consequência da diminuição dos apoios aos clubes de bairro os benefícios das suas actividades desportivas foram externalizados e geraram a criação da tragédia dos comuns, pela fragilização do tecido associativo de base.

As políticas públicas incentivaram a externalização dos benefícios da actividade desportiva quer para os parceiros com finalidade lucrativa, como os ginásios, quer para os sectores industriais do turismo e da construção civil. Estes dois sectores motivam a criação de projectos desportivos visando a geração de lucros a jusante da produção desportiva, a saber: o turismo incentiva a realização de mega-eventos desportivos; a construção civil, as infra-estruturas desportivas de capital intensivo com dimensões superiores às necessidades sociais e desportivas.

Ou seja, as externalidades desportivas sem a acção de internalização do Estado beneficiam outros parceiros no exterior da pirâmide desportiva e fragilizam a produção acentuando a *tragédia dos comuns* na produção recreativa e de capital desportivo nacional. A tese discutirá a acção do Estado

¹⁷ A tese utilizará os dados do Eurobarómetro devido à proximidade temporal e por incluírem resultados da prática desportiva de todos os Estados membros da União Europeia.

segundo os princípios pigouvianos e os couseanos visando ambos a internalização dos benefícios externos da produção desportiva.

1.2.2.6 A PRODUÇÃO DE FUTEBOL EM PORTUGAL

Este ponto de caracterização económica do futebol português foi investigado no âmbito dos estudos preparatórios para o Relatório Independente da União Europeia e da UEFA.

As questões que a análise do futebol português responde relacionam-se com:

1. Os custos e benefícios do Euro 2004;
2. A distinção entre a regulação pública e a privada do desporto e do futebol.

Portugal tem uma posição contraditória entre os resultados internacionais do seu futebol de excelência enquanto noutros indicadores desportivos Portugal está atrasado face à média europeia.

Os resultados do futebol português são superiores aos de outros países europeus da mesma dimensão de Portugal.

A especialização no futebol da FPP de Portugal é proveniente de:

1. Políticas desportivas nacionais de construção de três clubes, Benfica, Sporting e Porto, para competir nas provas da UEFA desde há 50 anos;
2. Apoio público central e local significativo e legislação promovendo as condições de trabalho dos clubes profissionais e das selecções nacionais;
3. Abertura do mercado de trabalho profissional para jogadores e treinadores;
4. Apoio nacional crescente para a participação nas provas europeias e mundiais;
5. Desenvolvimentos científicos no treino ao futebol por parte das universidades portuguesas;

6. Apoio para organizar mega-eventos da FIFA e da UEFA como o Campeonato do Mundo de Juniores de 1991, o Euro 2004 e a fase final do campeonato da Europa de sub-21 de 2006 e a candidatura conjunta ao Mundial de 2018 com Espanha.

A situação do futebol coloca o sistema desportivo nacional sob grande stress que pode ser observado em:

1. Destruição de capital humano em salários e direitos de contratos não pagos aos jogadores e a clubes amadores;
2. Má regulação pública e privada e ruína dos médios, pequenos e micro clubes de bairro;
3. Ineficácia reguladora e de governance devido aos interesses estabelecidos e no limite à corrupção, negligência e procedimentos sem ética;
4. Privatização do capital cultural e social dos grandes clubes representativos da cultura popular portuguesa;
5. Destruição de capital humano dos jovens que são motivados para fazer percursos de futebolistas profissionais e que desde muito cedo abandonam os estudos e são desagregados das famílias e dos locais de crescimento.

Poderia Portugal produzir mais futebol de alto rendimento? Os portugueses atingiram o seu máximo de bem-estar social de output desportivo que poderiam produzir com a sua população e a sua riqueza? Existe uma ameaça do futebol português vir a não produzir novos resultados como os já produzidos no passado? Existe um círculo vicioso ou é possível a Portugal alcançar níveis mais elevados?

1.2.2.6.1 O EURO 2004

A criação deste mega-evento em Portugal trouxe consequências contraditórias e nem sempre as obviamente esperadas.

A promessa feita ao mercado do desporto foi que o Euro 2004 seria uma oportunidade para modernizar todo o desporto português porque os clubes de futebol teriam novas instalações e condições de trabalho, diminuindo as dependências sobre as instituições públicas e racionalizando o mercado privado.

As consequências foram de quatro ordens de razões:

1. *A imagem internacional.* Portugal respondeu positivamente ao esperado internacionalmente criando um excelente evento que promoveu a imagem do futebol português no mundo, as suas instituições, FIFA e UEFA, e Portugal. Para além disso, Portugal e a federação portuguesa de futebol honraram os contratos realizados produzindo um benefício livre de riscos de seiscentos milhões de euros para a UEFA;
2. *O custo de oportunidade.* O investimento capturado para o Euro 2004 foi retirado às restantes actividades financiadas pela administração central e local de 1998 até 2004 e continuou até 2006. O montante de fundos da administração central retirado ao desporto é avaliado em mais de trezentos milhões de euros. As despesas das empresas privadas realizadas em Portugal foram atraídas pelo mega-evento como uma melhor janela de oportunidades para o marketing dos produtos que antes eram encaminhados para o mercado do desporto em geral. Não houve incentivos públicos para alterar o comportamento privado;
3. *Os benefícios desportivos imediatos.* Os espectadores beneficiaram de melhores condições nos novos estádios e centros comerciais construídos à sua volta, a prática desportiva também beneficiou de novas infra-estruturas desportivas e a população teve benefícios urbanos como novas estradas, entre outros;
4. *O factor surpresa.* Os três maiores clubes portugueses realizaram até 2006 uma performance formidável nas competições da UEFA. O Porto conquistou a taça UEFA e a dos Campeões com José Mourinho, em 2003 e 2004, respectivamente, o Sporting organizou a final da taça UEFA em 2005, e o Benfica chegou aos quartos de final da Champions League em 2006.

Está por fazer a avaliação económica dos custos e benefícios do Euro 2004 nos seus aspectos contraditórios. A avaliação financeira feita pelo governo apresenta resultados positivos na perspectiva da administração pública central.

1.2.2.6.2 O ALTO RENDIMENTO PORTUGUÊS E O FUTEBOL PROFISSIONAL COMO INDÚSTRIAS JOVENS

Gratton and Taylor (1985 e 2000), sugeriram que o Desporto era uma indústria jovem para justificarem o apoio público tal como acontece com as novas indústrias de outros sectores económicos. O aumento dos clubes profissionais e das selecções nacionais justificaram um investimento dos Estados durante décadas.

Os rankings europeus de competições do futebol mostram que Portugal construiu desde os anos sessenta excelentes posições apesar de crises nacionais e internacionais que atrasaram a realização das reformas e medidas de política desportiva eficientes.

Hoje os resultados principais sugerem que Portugal produz um futebol de primeira classe baseado em:

1. Estruturas de formação de jovens coordenada pela federação que mais tarde se integram nos clubes profissionais;
2. Um mercado de trabalho de jogadores profissionais aberto ao exterior introduzindo competitividade e regulando por baixo o preço dos contratos dos jogadores e dos direitos os jogadores nacionais;
3. O comportamento liberal das autoridades públicas em relação aos direitos dos jogadores relacionados com a dificuldade dos clubes médios e pequenos para internalizarem o trabalho desportivo e social realizado com uma elevada presença e uma rotação de jogadores estrangeiros através dos três clubes de topo;
4. Apoio público às infra-estruturas e aos eventos realizados em Portugal.

Por excelentes que estas situações pareçam para responder à questão “Existe uma crise?” colocada pelo Grupo de Rimini, pode afirmar-se que a crise portuguesa é maior devido à regulação nacional do que ao impacto da reconfiguração da Champions League e da dificuldade maior que os grandes clubes dos pequenos países passaram a ter para sobreviverem nos mercados nacionais.

Duas questões feitas pelo primeiro Relatório Rimini¹⁸ identificam crises sistémicas como:

1. “Um conjunto de problemas afligindo todos os clubes e com implicações financeiras negativas para todos;
2. A crise de um clube ou grupo de clubes ameaça a estabilidade financeira dos outros clubes.”

O conjunto de problemas comum que afecta os clubes portugueses amadores e profissionais relaciona-se com as falhas de governance e eficiência da federação de trabalhar as crises dos clubes como:

1. A regulação da estrutura das federações não responde ao interesse dos espectadores e falha o encher das bancadas dos estádios cujos jogos dos campeonatos nacionais estão vazios. Poucos ou escassos espectadores por jogo, com a excepção dos três maiores clubes. Os grandes clubes deixaram de encher os estádios como outrora;
2. A existência de demasiados clubes impede a acumulação de receitas como as televisivas pelos clubes mais viáveis;
3. A falta de pagamentos aos jogadores contra os termos dos contratos e os princípios de governance dos campeonatos europeus;
4. Os novos estádios são sobredimensionados e prejudicam os clubes e as autarquias, gerando despesas de manutenção elevadas para cobrir as necessidades de entretenimento crescentes.

¹⁸ O grupo Rimini para o futebol europeu juntou especialistas de oito campeonatos europeus Itália, Portugal, Bélgica, Reino Unido, França, Grécia, Escócia e Espanha, em 2004.

Estes problemas sugerem um cuidado a ter na indústria do futebol português, em relação à maximização do output e não particularmente em relação às estrelas, ao mercado de jogadores e ao futebol profissional.

Mesmo que insuficiente e compreendendo o passado do futebol português o Euro 2004 abriu novas expectativas para a excelência do alto rendimento e destaca a importância das boas políticas públicas para o mercado do desporto. Os agentes privados tomaram a oportunidade do curto prazo mas no longo prazo, os benefícios tornaram-se insuficientes para todos e medíocres em certos aspectos como os relacionados com a saúde desportiva e económica dos clubes portugueses.

Mais importante ainda esta especialização do futebol português tem custos públicos. Devido às oportunidades perdidas, torna-se mais difícil aumentar o bem-estar porque as políticas perdidas tornam-se mais difíceis de implementar no novo contexto pós-Euro 2004.

A situação do futebol português sugere, e talvez outros países europeus tenham o mesmo problema, que é desaconselhável para os governos nacionais a regulação directa da modalidade. A União Europeia promove a descentralização na UEFA e nas federações nacionais a regulação do comportamento dos agentes privados sem e com finalidade lucrativa e a geração do bem-estar social através do mercado do desporto.

1.2.3 CONCLUSÃO

O crescimento da prática desportiva nacional tem de aumentar e esse maior crescimento permitirá a Portugal alcançar a média europeia mais rapidamente existe, em todo o período, um défice de prática desportiva, que aumentou a partir da década de 80 e se acentuou nas duas décadas seguintes alcançando actualmente os 1.500.000 de praticantes federados. Estes dados sugerem que a prática federada está a divergir da média europeia a partir da década de 80 o que coincide com o período das políticas virtuais do *twickledown effect*.

O exemplo do futebol português sugere que a dupla regulação pública e a regulação privada pelas federações têm objectivos e custos e benefícios a avaliar separadamente. No caso do futebol português e do Euro 2004 existiram processos de regulação privada pela federação que ficaram escondidos na regulação pública consubstanciada na dimensão do projecto público. Os resultados financeiros da regulação pública foram capturados pela federação de futebol e pelos clubes grandes e médios obliterando tanto as responsabilidades públicas como os direitos dos restantes parceiros do futebol e das restantes modalidades desportivas.

O Euro 2004 e a candidatura do Mundial 2018 organizada em parceria com a Espanha em 2010 são a fuga recorrente dos líderes de futebol e públicos para evitarem trabalhar o mercado do produto desportivo e a maximização do bem-estar social como realizam os países mais desenvolvidos do norte da Europa com o sucesso que se observa no ponto seguinte.

Este quadro de actuação pública nacional levou à protecção das federações pelos subsídios públicos garantidos independentemente dos resultados de produção desportiva e da divergência europeia do output da estrutura federada nacional.

O modelo de produção económica sugerido na tese preocupa-se com as características da economia do desporto europeu cujos benefícios permitem a Portugal aproximar-se da média deste mercado e beneficiar do valor acrescentado desportivo em rede que a União Europeia cria. A economia do desporto é uma área cuja investigação científica é decisiva na competitividade da produção desportiva nacional e quanto às necessidades de desenvolvimento sustentado do desporto como a UE tem preconizado.

A integração de Portugal na União Europeia não teve consequências na política desportiva nacional quanto à performance económica dos agentes públicos e privados. Noutros sectores da actividade económica a integração nacional implicou a redefinição nas linhas de desenvolvimento industrial, nomeadamente, quanto às relacionadas com a protecção aduaneira, as

condições de concorrência das indústrias nacionais e do papel do Estado na gestão do sector industrial, ver Santos (1989).

No caso do desporto, o Estado foi incapaz de promover a competitividade desportiva e económica do mercado privado gerador de bens públicos desportivos para levar Portugal a convergir para a média dos países da União Europeia. Estes são os dois pontos complementares a que a tese dará ênfase: primeiro, a competitividade das federações desportivas no mercado do desporto nacional na produção de bens desportivos públicos e, segundo, em consequência do primeiro ponto, a convergência de Portugal no contexto do mercado desportivo europeu.

1.3 ANÁLISE EMPÍRICA AO DESPORTO EUROPEU

Olhar para a Europa do desporto é observar a distância da competitividade do desporto português para a competitividade dos outros países.

A comparação empírica da comunicação é categórica em demonstrar que os atletas, as equipas, os treinadores e os líderes desportivos portugueses conseguem competir com todos os outros e vencê-los se possuírem condições equivalentes.

A questão colocada neste capítulo é a medição em termos agregados da recreação e alto rendimento e verificar se os resultados do produto desportivo português são superiores ou inferiores aos restantes países que com ele competem.

1.3.1 A EUROPA É O MAIOR MERCADO DESPORTIVO

Depois de ter compreendido as características institucionais do desporto europeu nas políticas desportivas europeias analisam-se as dimensões desportivas do desporto mundial e do europeu em que Portugal compete.

É importante compreender, por um lado, se Portugal compete no maior mercado desportivo mundial ou se o mercado europeu é um mercado desportivo como outro qualquer e, por outro, se no mercado europeu existem grupos de países com resultados distintos e homogéneos e em que agrupamento se encontra Portugal.

Na tese considera-se que o modelo de produção do desporto moderno é semelhante nos países mais desenvolvidos de todo o mundo. Na Europa e nos Estados Unidos o Estado, como administração pública central e local, financia a produção de actividades recreativas as quais contribuem para o aumento das externalidades com impactos positivos no capital humano e social nacional.

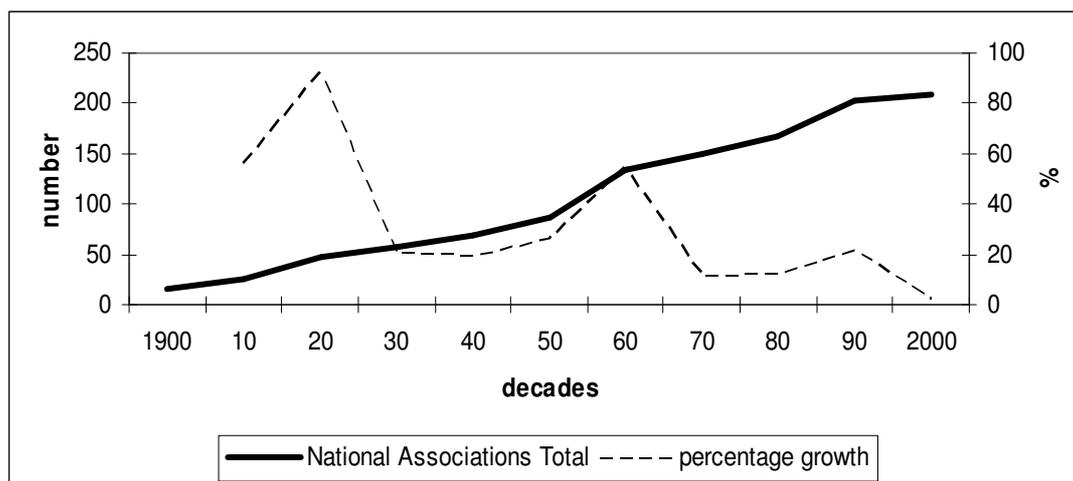
A produção de desporto em todas as actividades desportivas é padronizada pelos direitos de propriedade da federação mundial. A diferença entre a prática informal, recreação e o alto rendimento é a universalidade da prática informal, a massa crítica da recreação que potencia a intensidade de capital desportivo alcançado pelo alto rendimento.

A actividade informal é um co-produto e uma externalidade da produção desportiva, privada e da pública. O capítulo irá tratar a prática formal do desporto europeu e que se realiza no seio das suas federações.

A relevância das federações nacionais no desporto mundial ao longo do século XX observa-se no exemplo do futebol na evolução da adesão das federações nacionais à federação mundial, a FIFA, Figura 1-8.

As actividades da FIFA consolidaram-se no mundo, ao longo do século XX, até alcançarem 208 federações representativas da maior parte dos países do mundo e organizadas em seis confederações continentais: Europa, Ásia, África, Oceânia, América do Sul, América do Norte e Central.

O crescimento das federações aderentes à FIFA tem início em 1900 para alcançar a totalidade dos países do mundo no ano 2000. O crescimento marginal é decrescente no mesmo período com taxas de crescimento iniciais de 80% das adesões nos anos vinte para uma taxa de crescimento residual no final do século. Os dois picos correspondem às décadas depois das duas grandes guerras mundiais.



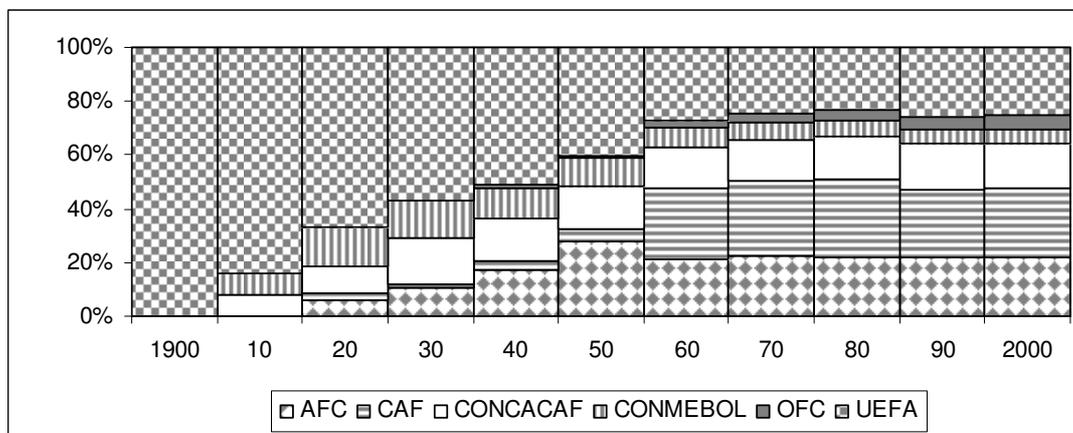
Fonte: Site da FIFA e cálculos do autor.

FIGURA 1-8 – ADESÃO DAS FEDERAÇÕES À FIFA, DÉCADAS

O que se passou no futebol terá acontecido nas outras actividades desportivas e em todos os países o processo também terá sido semelhante, por exemplo, a criação das federações portuguesas com diferenças próprias de cada um dos processos nacionais. Existem países com mais federações do que Portugal atingindo as cento e vinte, e outros países organizam o seu desporto com menos federações todas reconhecidas nacional e internacionalmente. Ver a Figura 1-9.

A Europa, enquanto fundadora da FIFA em 1900 com a França, Bélgica, Dinamarca, Holanda, Espanha, Suécia e Suíça, tinha 100% das federações e perdeu até à década de quarenta a sua primazia, aumentando ligeiramente nos anos noventa com a criação dos novos estados no leste europeu. Hoje a concorrência no mercado do futebol é global existindo uma política de realização de mundiais e taças continentais de futebol, para além dos jogos

olímpicos, que garantem a estrutura de produção e consumo do futebol em todos os países do mundo.



Nota: Continentes das abreviaturas AFC – Ásia, CAF – África, CONCACAF – América do Norte e Central, CONMEBOL – América do Sul, OFC – Oceânia, UEFA - Europa

Fonte: Cálculos do autor dos valores do site da FIFA.

FIGURA 1-9 – IMPORTÂNCIA DAS FEDERAÇÕES CONTINENTAIS, POR DÉCADAS E PERCENTAGEM DE FEDERAÇÕES

A UEFA que no início era a única confederação continental é hoje uma das maiores possuindo 53 federações a par da de África e acima da asiática com quarenta e seis federações. No Quadro 1-4 a UEFA conquista a maior pontuação total com 45%, seguida da africana com 23%, a qual possui o dobro da asiática, e da América do Norte e do Centro e do Sul enquanto a Oceânia nada conquista. A América do Sul com apenas dez países é a confederação com maior pontuação unitária por país. Em termos médios, a América do Sul é o concorrente mundial mais próximo da supremacia europeia com somente 10 países, enquanto a Europa e África competem 53 países diluindo os pontos ganhos pelo maior número de federações. A pontuação média dos países da América do Sul é mais elevada do que a europeia, respectivamente 799 pontos contra 665 pontos. A Ásia tem 46 países que conquistaram 8.601 pontos, aproximadamente mais seis centenas do que América do Sul e uma média de 187 pontos por país em competição.

QUADRO 1-4 – A EUROPA NA FIFA, RANKINGS EM 2007

Continente	Federação continental		FIFA total		
	Nome	Federações nacionais, número	Pontos	%	Pontos por federação
Ásia	AFC	46	8.601	11	187
África	CAF	53	17.571	23	332
América Norte e Central	CONCACAF	35	8.058	10	230
América Sul	CONMEBOL	10	7.988	10	799
Oceania	OFC	11	0	0	0
<i>Europa</i>	<i>UEFA</i>	<i>53</i>	<i>35.242</i>	<i>45</i>	<i>665</i>
Total	FIFA	208	77.460	100	372

Fonte: Cálculos do autor sobre dados da FIFA, (2007).

Um resultado semelhante ao futebol encontra-se na distribuição das medalhas olímpicas como se observa no Quadro 1-5, onde a Europa constitui o continente com o maior produto desportivo acumulado e com uma das maiores produtividades. A Europa produziu, nos Jogos Olímpicos de Pequim 2008, 39% das medalhas em competição o que, juntando à participação desportiva da população em valores superiores a 59%, a coloca no topo da produção desportiva mundial.

O saber fazer da conquista de resultados olímpicos dos países de leste que lhes permitiu conquistar resultados extraordinários nas décadas de setenta e oitenta do século XX teve um decréscimo com os acontecimentos que acompanharam a queda do Muro de Berlim. Actualmente, passados vinte anos, esses países estão em vias de reconquistar o lugar que conquistaram nos Jogos Olímpicos passados, transmitindo agora à Europa o brilho dessas realizações extraordinárias. O Quadro 1-5 mostra na parte superior as medalhas conquistadas a partir de 1988 nos Jogos Olímpicos de Seul, depois Barcelona em 1992, Atlanta 1996, Sydney 2000, Atenas 2004 e Pequim 2008. O número de oportunidades de conquista de medalhas cresceu no período passando de 738 para 958, mais duzentas e vinte medalhas ou uma percentagem de trinta por cento em relação a Seul. África e a Ásia são os continentes que apresentam os maiores ganhos em Pequim 2008 embora a maior queda da Europa de Leste em relação à Europa ocidental possa vir a ser suplantada no futuro.

QUADRO 1-5 – MEDALHAS E JOGOS OLÍMPICOS, VALOR ABSOLUTO E PERCENTAGEM

Valores absolutos						
Medalhas, n.º	Seoul88	Barcelona92	Atlanta96	Sydney00	Atenas04	Pequim08
Europa	449	441	426	475	454	377
- Ocidental	253	241	256	268	250	237
- Leste	196	200	170	207	204	140
América Norte	104	126	123	111	115	128
América Central	8	40	37	50	41	47
América Sul	14	10	25	25	28	24
Ásia	254	175	202	239	262	282
África	14	25	35	35	35	40
Total	738	815	842	927	929	958

Percentagem						
Medalhas, %	Seoul88	Barcelona92	Atlanta96	Sydney00	Atenas04	Pequim08
Europa	60,84	54,11	50,59	51,24	48,87	39,40
- Ocidental	34,28	29,57	30,40	28,91	26,91	24,70
- Leste	26,56	24,54	20,19	22,33	21,96	14,60
América Norte	14,09	15,46	14,61	11,97	12,38	13,40
América Central	1,30	5,00	4,50	5,20	4,40	4,90
América Sul	1,90	1,23	2,97	2,70	3,01	2,50
Ásia	34,42	21,47	23,99	25,78	28,20	29,40
África	1,90	3,07	4,16	3,78	3,77	4,20

Fonte: Comité Olímpico Internacional.

Será de esperar que em termos continentais a Ásia, América do Sul e África no futuro conquistem mais medalhas obrigando a América do Norte e Central e a Europa a ajustar os seus ganhos tradicionais.

Em síntese o mercado do desporto europeu é o mais competitivo desportivamente e lucrativo economicamente e no momento em que a competitividade de todos os continentes cresce justifica-se investigar o futuro do mercado em que Portugal compete.

1.3.2 OS RESULTADOS DESPORTIVOS E OS ECONÓMICOS

É importante notar que a produtividade é diferente nos blocos desportivos europeus correspondendo a produtos desportivos e económicos distintos. Por exemplo, enquanto o Leste produz mais resultados no alto rendimento com dimensões económicas inferiores, Portugal, que é o país com menor eficácia

desportiva na União Europeia, tem dimensões económicas mais elevadas sugerindo um grau de ineficiência económica elevado para o produto desportivo alcançado, dado que com uma maior despesa produz resultados desportivos inferiores aos países de leste.

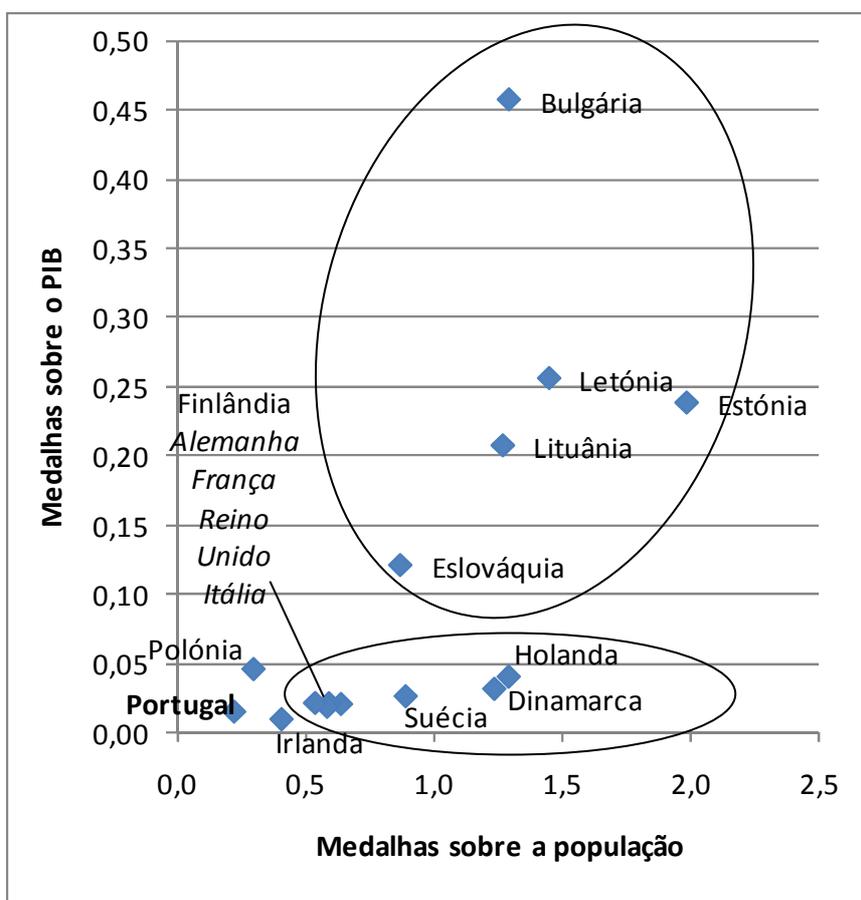
O sucesso da performance dos países de leste começou a ser analisado por altura dos Jogos Olímpicos de Moscovo em 1980 por Riordan (1970) e por Shneidman (1979) os quais consideraram que os regimes políticos eram os determinantes da performance olímpica segundo Poupax (2006) a qual analisa a performance económica e as transformações do desporto nos países de leste.

Para além de símbolos de excelência dos modelos políticos e económicos na segunda metade do século XX, para os países que ganhavam as medalhas, os Jogos Olímpicos tornaram-se instrumentos de validação da produtividade dos sistemas desportivos nacionais em executar bem as trinta e três actividades desportivas do programa olímpico (o número actual de actividades em competição olímpica) sugerindo competências mundiais nos domínios humano, científico, institucional, organizacional, etc. No Modelo Europeu de Desporto os países grandes e pequenos competem em igualdade e todos mostram ser igualmente competitivos.

A Figura 1-10 distingue a produtividade dos países de leste dos países do norte e centro da Europa na conquista de medalhas segundo a população e o PIB. A literatura sobre a economia dos Jogos Olímpicos sugere que os países de leste criaram condições que geraram medalhas olímpicas concorrenciais com os países economicamente mais desenvolvidos. Ver Poupax (2006) e Bosscher et al (2008).

A Figura 1-10 sugere duas produtividades diferentes na produção europeia de medalhas olímpicas, os quais coincidem com dois tipos do Modelo Europeu de Desporto: o ocidental, incluindo apenas os países do norte, sendo Portugal o único do sul, e o de leste. A unidade de medalha é produzida com menos população e produto. Se a Bulgária produz 0,45 de uma medalha com uma unidade de PIB e Portugal produz 0,01 de uma medalha com a mesma unidade

de PIB, então Portugal é menos produtivo do que a Bulgária. Segundo os indicadores de produtividade, da relação das suas populações e do seu Produto Interno Bruto em dólares em paridade de poder de compra, os países ocidentais são menos eficientes do que países orientais porque estes produzem uma medalha com valores de população e de produto económico mais baixo. Os países do ocidente chegam a ser mais produtivos quanto à população mas os sistemas desportivos de leste produzem cada medalha com um PIB mais baixo.



Notas: Média dos Jogos Olímpicos da Coreia aos Jogos Olímpicos da Grécia.

Fonte: Comité Olímpico Internacional e Eurostat.

FIGURA 1-10 – PRODUÇÃO DE MEDALHAS OLÍMPICAS NA EUROPA, POPULAÇÃO E O PIB

Em ambos os sub-modelos há países grandes e pequenos e são estes que possuem maior produtividade. Portugal é a excepção e um caso extremo com uma posição longe dos perfis desportivos elevados da competição e da

competitividade dos outros países em particular dos mais pequenos situando-se pior que os maiores países que possuem níveis de produtividade inferiores aos países da dimensão de Portugal.

1.3.3 MODELOS EUROPEUS EM COMPETIÇÃO

O sucesso europeu encontra-se nas características do seu modelo de produção desportiva que cruza e internaliza benefícios externos das três funções de produção da prática informal, a recreação e o alto rendimento pela dupla regulação privada e pública visando a maximização do bem-estar social.

Segundo o modelo teórico analisado no Capítulo 2, da revisão da literatura, a procura social, promovida pelas instituições públicas, maximiza a procura nacional e faculta às federações nacionais maiores bases de capital desportivo acumulando a base para o sucesso das suas actividades de alto rendimento.

As sociedades europeias beneficiam de um processo de valorização sustentável do seu capital humano e social através da sua produção desportiva.

A análise da Presidência Austríaca de 2006, a partir da definição de desporto de Vílnius, definiu três dimensões do produto desportivo para determinar a dimensão do valor acrescentado do desporto europeu. A definição estatística de desporto de acordo com a classificação 92,6 da NACE, é uma definição restrita e dá ao desporto europeu um valor de 45 biliões de euros, cerca de 0,51 por cento do valor acrescentado. A partir da definição restrita inclui-se os produtos necessários à actividade desportiva e o valor acrescentado do desporto sobe para 313 biliões de euros, aproximadamente 3,52% do valor acrescentado total. Na definição ampla encontram-se os sectores com uma relação indirecta com a actividade desportiva, mas não sendo necessária para fazer desporto e que o usa como input, o valor acrescentado do desporto alcança 407 biliões de euros, representando 4,58% do total do valor acrescentado europeu.

O modelo prosseguido na Europa é interpretado pelos países europeus segundo diferentes orientações da política desportiva pública. O projecto EOSE e os projectos Amnyos (2008 e 2010) oferecem duas soluções de categorização da produção e da performance

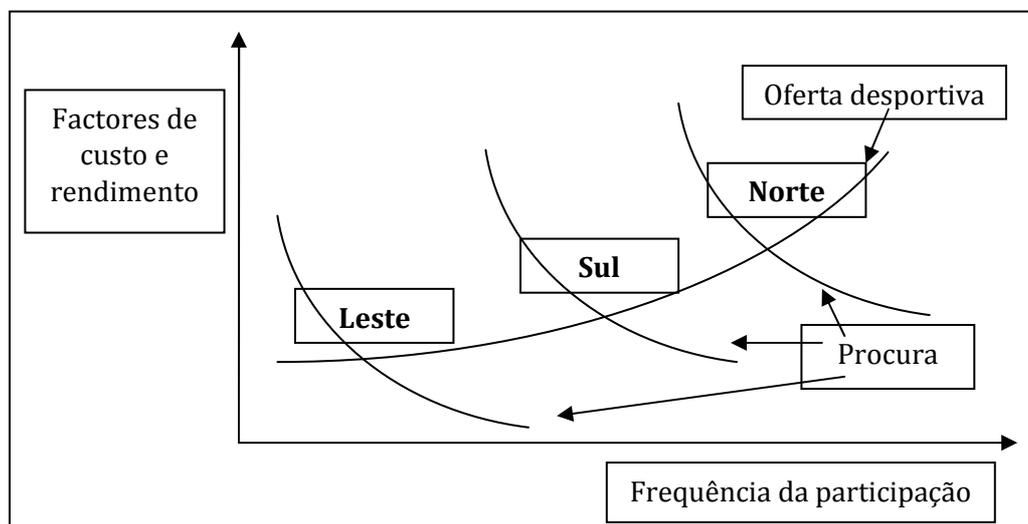
Os sub-modelos de produção desportiva definidos pelo projecto EOSE em missionário (Áustria, Dinamarca, Alemanha, Luxemburgo, Suécia), empresarial (Irlanda, Reino Unido), multiparceiros social (Holanda), burocrático de oeste (Bélgica, Finlândia, França, Grécia, Itália, Malta, Portugal, Espanha, Chipre) e burocrático de leste (República Checa, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia, Eslováquia, Eslovénia) correspondem a categorias institucionais que demonstram uma maior variabilidade de organização privada e das relações estabelecidas com o Estado. A classificação económica Amnyos (2010) considera três sub-modelos que abrangem comportamentos do Estado promotor do bem-estar social e de objectivos diferenciados entre o financiamento da prática informal, da recreação e do desporto de alto rendimento.

Segundo o projecto Amnyos (2010) formaram-se na Europa três sub-modelos de desenvolvimento desportivo: o dos países do norte e centro da Europa, o do sul e o do leste. Dados económicos preliminares e os da participação desportiva da população sugerem segundo Szymanski (2010) que a oferta e a procura de desporto na Europa se distribuem segundo a Figura 1-11.

A produção desportiva em cada um dos grupos da Europa, na Figura 1-11, tem as seguintes características:

- *Norte e centro* (Finlândia, Suécia, Dinamarca, Reino Unido, Alemanha, Holanda, Áustria, Irlanda, Luxemburgo, França, Bélgica): alto nível de participação reflectindo a provisão social, reconhecimento das externalidades, subsídios à participação população;
- *Sul* (Portugal, Espanha, Itália, Grécia, Malta, Chipre): nível inferior de subsidiação pública à procura privada, fraco reconhecimento das externalidades, financiamento significativo do desporto profissional e da elite;

- *Leste* (Hungria, República Checa, Polónia, Bulgária, Letónia, Lituânia, Estónia, Eslovénia, Eslováquia, Roménia): colapso da oferta de infra-estruturas depois de 1990, procura recreativa limitada devido aos rendimentos familiares baixos.



Fonte: Szymanski, 2010.

FIGURA 1-11 – PROCURA E OFERTA DOS SUB-MODELOS EUROPEUS

As características dos três grupos referidos têm proporções de prática desportiva que se realçam a seguir como indicadores das respectivas políticas públicas.

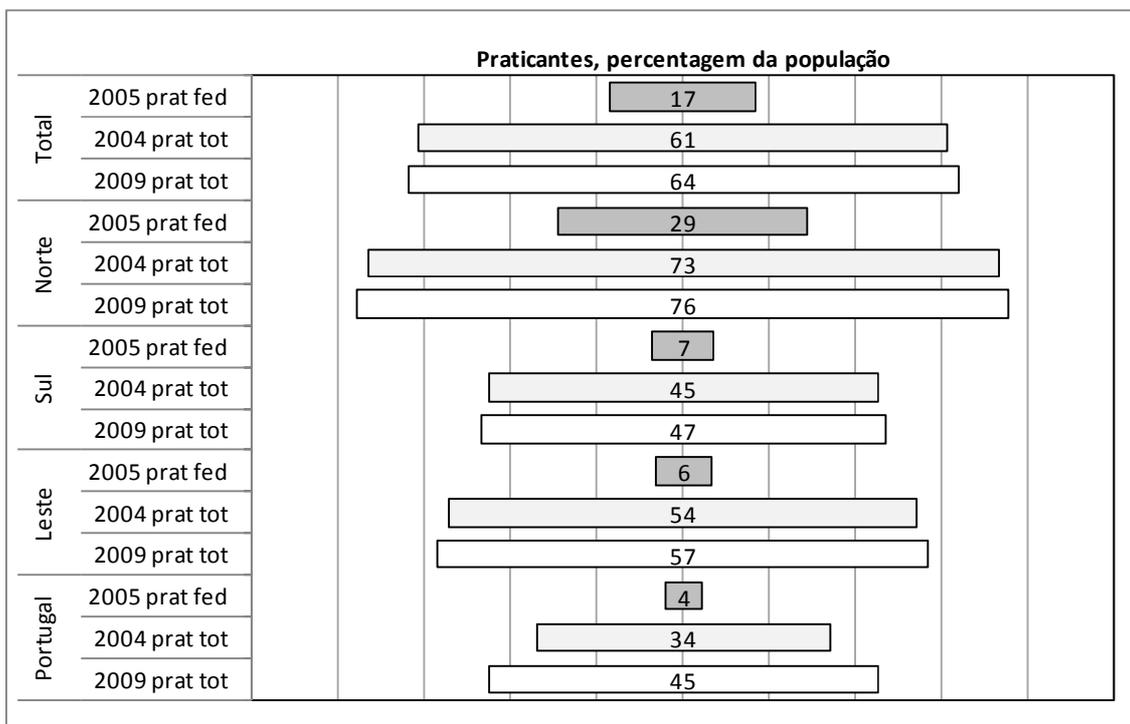
A informação estatística do Eurobarómetro e do relatório Amnyos de 2009 permitem construir a pirâmide de participação desportiva em dois níveis: os praticantes inscritos nas federações para a prática das suas actividades regulares e todos os que praticam uma actividade física até àqueles europeus que, segundo as estatísticas europeias, têm pelo menos uma participação desportiva esporádica, ver a Figura 3-1. O Eurobarómetro teve duas edições para este indicador que nos diz que entre 2004 e 2009 a participação desportiva aumentou na Europa de 61% para 64%. Dividindo o valor da participação total pela da prática formal nas federações obtém-se em termos europeus o valor 2,8 vezes, significando que quase um terço dos praticantes desportivos estão inscritos nas estruturas produtivas das federações. As pirâmides dos grupos norte, sul e leste, aparecem a seguir na mesma figura. O

grupo dos países do norte são os que possuem a prática superior à média europeia alcançando 76% dos europeus com uma participação desportiva e pelo menos 29% dos habitantes destes países consomem a actividade desportiva das federações. A proporção entre a prática alargada e a federada é de 1,6 vezes. O grupo do sul tem a menor participação alargada com 47%, alcançando os 7% de praticantes federados e a relação de 5,6 vezes entre as duas participações desportivas. O grupo de leste apresenta valores de participação total de 57%, mais 10% do que o grupo do sul e a proporção de 7,8 entre a prática informal e a federada.

Há que destacar que os países com a melhor estrutura de produção desportiva são os países e os grupos de países com a maior base de produção informal, aproximando-se dos cem por cento da população, e da possibilidade da produção federada abarcar a maior proporção de praticantes de actividades desportivas. Os países do norte da Europa são os únicos acima da média europeia. Os países do sul tem a menor participação alargada e os do leste conseguem um valor intermédio entre o norte e o sul o que sugere a possibilidade destes países terem no futuro uma estrutura de produção desportiva superior aos países do sul.

Na Figura 1-12 o caso de Portugal é o mais frágil. A sua participação alargada é baixa com 45% da população enquanto apenas 4% destes estão nas federações. O valor de 45% em 2009 corresponde a um crescimento de 11% da participação alargada que deverá corresponder ao aumento do consumo da população portuguesa verificado nos últimos anos. Esse aumento teve uma expressão no crescimento da participação federada de 4% para 5% que não aparece na Figura 1-12. A proporção entre os dois níveis é igualmente o maior na Europa do sul com o valor de 9,5, de acordo com o critério de cálculo utilizado para os grupos de países europeus. Outros países poderão conter valores inferiores a Portugal mas para o objectivo da tese constata-se que nalguns indicadores a posição de Portugal não é a dos países mais avançados. Os resultados encontrados em Portugal sugerem que a sua estrutura federada não beneficia do aumento da prática desportiva quando o consumo e a prática

desportiva dos portugueses aumentam em termos gerais como indicam os resultados do Eurobarómetro.



Fontes: Eurobarómetro 2004 e 2009, Relatório Amnyos 2009

FIGURA 1-12 – PIRÂMIDE DESPORTIVA EUROPEIA, PERCENTAGEM DE PRATICANTES

O Quadro 1-6 quantifica os valores de cada um dos grupos segundo outra informação desportiva como o financiamento público e das famílias, a percentagem de trabalho voluntário, a participação desportiva da população e o número de praticantes por clube. Particularizam-se uma vez mais os dados de Portugal. Nos cinco indicadores as médias de cada grupo são distintas dos restantes quase duplicando ou sendo várias vezes superiores os valores do grupo de leste para o sul e, depois, para o Norte.

A posição de Portugal parece contraditória por aparecer com um financiamento público acima da média do seu grupo e com indicadores desportivos inferiores. A interpretação real é que Portugal produz menos desporto com mais financiamento público. Note-se que a participação da população nas actividades federadas é metade da média do grupo apenas 5% e o número de praticantes por clube é menos de um terço da média do grupo de leste.

QUADRO 1-6 – FINANCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DESPORTIVA NOS PAÍSES DOS SUB-MODELOS EUROPEUS

	Financiamento público, euros por habitante	Financiamento famílias, euros por habitante	Trabalho Voluntário, %	Participação população, %	Praticantes por clube, nº (1)
Norte	>70€	>200€	>6% pop >100€ hab	25%	1318
Sul	40€	77€	<2% pop	10%	700
Leste	<20€	<10€	<1% pop	3%	632
Portugal	45€	36€	2%	5%	193

Nota: (1) refere-se à procura desportiva sobre o número de clubes.

Fonte: Amnyos (2010) e dados estatísticos nacionais.

As estatísticas da prática desportiva dos países de leste mostram, por exemplo, que a Lituânia, Eslovénia e Estónia têm valores de praticantes por clube equivalentes à oferta ocidental com mais de 1000 praticantes por clube e a estrutura de base do desporto português é 5 vezes mais pequena com 193 praticantes por clube de média do que estes países. Este valor destaca a falta de massa crítica dos clubes portugueses e a sua dificuldade em fugirem à falência e à subsídio-dependência crónica.

A generalidade dos países do norte possuem uma forte despesa pública em desporto. Esta política tem um efeito de incentivar o consumo e a predisposição a consumir desporto por parte das respectivas populações. A Figura 1-13 relaciona a despesa pública com a percentagem de despesa privada, famílias e empresas, sobre a despesa pública o somatório da despesa da administração central e da local.

O Reino Unido é o país em que os privados gastam até dez vezes mais do que os entes públicos, seguindo-se a Suécia com sete vezes mais e a Alemanha com cinco vezes mais. Dois factores são de considerar: o primeiro, é o alto nível de vida das populações do norte da Europa e o segundo, é o facto do Estado nestes países investir na predisposição a consumir desporto da sua população. O facto de a Dinamarca ter uma relação inferior é de momento inexplicável e pode dever-se a questões de insuficiência dos actuais dados estatísticos.

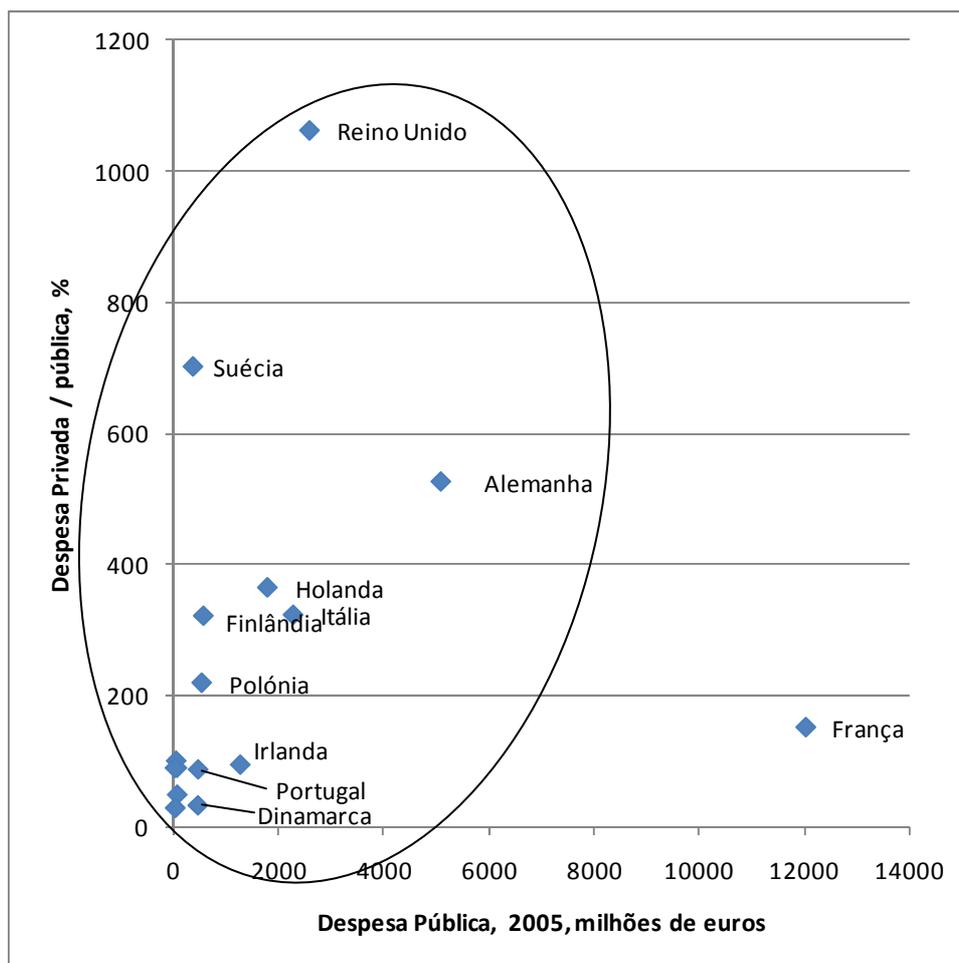


FIGURA 1-13 – DESPESA PÚBLICA E RELAÇÃO ENTRE A DESPESA PRIVADA E A PÚBLICA

1.4 CONCLUSÃO

A análise empírica do contexto desportivo europeu sugere que Portugal apresenta durante o século XX e o início do século XXI uma enorme dificuldade de acompanhar a política desportiva europeia e a gerar resultados desportivos convergentes com a competitividade dos restantes países.

A Europa destaca-se como o mercado do desporto mais produtivo no domínio da recreação e do alto rendimento. Os países do norte da Europa com melhor produto desportivo apresentam os melhores resultados recreativos e nas

actividades de alto rendimento sejam as actividades profissionais sejam as de alto rendimento de conquista de medalhas nos Jogos Olímpicos.

Já Portugal apresenta em termos consolidados um sistema produtivo de actividades desportivas descoordenado entre vários departamentos públicos e com um associativismo desportivo dependente do Estado e com resultados na recreação e no alto rendimento marcadamente insuficientes para atingir a média europeia.

Na elaboração do Relatório Independente pela União Europeia e pela UEFA colocavam-se desafios como a resposta a dar aos interesses dos grandes clubes de futebol europeus do G-14. Todas as outras modalidades tinham parceiros com finalidade lucrativa interessados em partilhar os benefícios do associativismo desportivo europeu e esperavam uma resposta para avançarem na captura deste imenso bolo económico. A resposta do Relatório Independente foi clara na sustentação daquela que se caracteriza nesta tese como a economia das federações desportivas.

No relatório de Portugal para o Relatório Independente retiram-se elementos que são retomados pela sua actualidade. Por particular que seja a situação do futebol português, ela relaciona-se com o interesse do futebol e do desporto europeu. Se o modelo europeu abdicasse dos grandes clubes, dos países mais pequenos, renunciaria aos consumidores de desporto de todos os seus países de pequena e média dimensão. Renunciaria aos países de leste e ao impacto do futebol europeu nas antigas colónias da Holanda, Bélgica e Portugal e a importância no século XX dos países nórdicos como a Dinamarca, Suécia e Noruega em todo o mundo. Considerando também a importância específica da Suíça e da Grécia não é apenas o interesse dos pequenos países mas o benefício futuro da Europa para compreender a presença dos pequenos países e dos seus clubes profissionais em igualdade com os agentes dos maiores países.

Um dos maiores produtos desportivos, o campeonato europeu de selecções da UEFA em 2004 tornou-se uma possibilidade para um pequeno país e abriu a oportunidade à Suíça e à Áustria para o organizarem a seguir.

Os campeonatos europeus ganhariam em abrir-se a transformações para produzirem um output superior como proposto pelo Grupo de Rimini.

A experiência portuguesa coloca a necessidade de governance, a eficácia social e a eficiência económica como uma necessidade europeia global. O mercado de futebol europeu requer políticas de regulação para maximizar os benefícios privados e os voluntários como uma exigência social e económica do modelo europeu.

Três valores levam à racionalização e desenvolvimento do mercado do futebol europeu:

1. A exigência de preservar os conseguintes da produção económica do século XX e as características desportivas e sociais do modelo de desporto europeu;
2. Identificar novos direitos de propriedade desportivos, económicos e sociais e parceiros desportivos, voluntários e com finalidade lucrativa, compreendendo o desporto como um produto único integrado e regulado num contexto de governance europeia, pública e privada;
3. Criar instrumentos para internalizar os benefícios gerados pelos mercados locais, regionais e nacionais nomeadamente os relacionados com as falhas da produção desportiva eficiente.

A Figura 1-12 mostra que é possível conceber uma pirâmide desportiva de 3 degraus incluindo na base a prática informal, seguindo-se como práticas formais a recreativa e o alto rendimento, no topo. Os valores encontrados no desporto europeu sugerem dinâmicas de co-produtos e externalidades cruzadas fundamentais para a sustentação do desenvolvimento desportivo e competitividade do alto rendimento.

Teoricamente a pirâmide de 3 degraus responde às críticas de Coalter (2007) demonstrando a estruturação da produção desportiva e através da análise do produto, co-produtos e externalidades permite compreender as relações e os impactos cruzados e conceber e executar melhores *policies* do desporto europeu, como sugerido na teoria TBE de Weiss (1978).

2 REVISÃO DA LITERATURA – DESPORTO UMA ECONOMIA PECULIAR

Este capítulo identifica o quadro da teoria económica que responde às interrogações colocadas no objecto da tese e que actuará sobre o contexto europeu e nacional descrito no capítulo anterior.

O mundo do desporto e o mundo da economia desafiam-se mutuamente e é nos fundamentos do desporto que a economia maximiza o seu output desportivo, segundo Neale (1964).

A questão interessante referida por Neale (1964) é que a concorrência perfeita não existe na produção do desporto. A análise da economia das ligas profissionais fez-se independentemente da análise da economia pública da produção da recreação, segundo referem Gratton e Taylor (2000) impedindo o melhor conhecimento do mercado do desporto como um todo. Os economistas seguindo os princípios neoclássicos criaram modelos de desporto profissional *ceteris paribus*, ou seja, mantendo todas as variáveis não analisadas fixas. Esses modelos representam parte do mercado do desporto com o qual as competições profissionais possuem relações. É o caso da recreação com quem as actividades profissionais possuem relações cruzadas de produtos, co-produtos e externalidades desportivos, económicos e sociais abundantes.

A questão económica de resposta ao projecto desportivo da União Europeia é se a teoria económica pode maximizar a produção do desporto em três funções de produção integradas, considerando uma pirâmide de 3 degraus. Economicamente que tipos de produtos, produção e que regulação tem o mercado do desporto? A resposta a esta questão seria simples se se considerasse que o desporto é um mercado de concorrência perfeita.

O capítulo começa por identificar os conceitos de produto, eficiência e produtividade aplicado na tese. Num segundo ponto, o capítulo debruça-se sobre o conceito de produto desportivo, de produção desportiva considerado relevante para o funcionamento eficiente do mercado e, no último ponto, identifica as falhas de mercado e a actuação das federações e do Estado, para

maximizarem o produto desportivo e o económico, e para minimizar os factores contrários ao bem-estar social através de uma dupla regulação, respectivamente, privada e pública.

2.1 A TEORIA ECONÓMICA SUBJACENTE À TESE

Os economistas do desporto Neale (1964), Fort (2003), Kesenne (2007) e Downward et al (2009) dizem que o sector é um mercado peculiar diferente dos demais de concorrência perfeita e Gratton e Taylor (2000), Coalter (2007) e Collins (2010) acrescentam que o desporto é um mercado ideal para a maximização do bem-estar social.

Nesta tese conclui-se que a economia das federações desportivas incluindo a totalidade das funções de produção do sector é um mercado de concorrência monopolista.

Procura-se demonstrar que sendo um mercado peculiar, o mercado do desporto pode ser tão produtivo como um mercado de concorrência perfeita considerando os seus 3 segmentos de produção desportiva.

No entanto, respondendo à razão porque o mercado das federações desportivas não é um mercado de concorrência perfeita, o capítulo sugere qual deve ser o comportamento dos agentes económicos para maximizar o produto desportivo e o bem-estar social enquanto monopólios em concorrência.

O capítulo para analisar a estrutura do mercado do desporto subdivide-se na análise da relevância económica do produto, da eficiência e da produtividade para o mercado do desporto e da sua regulação.

2.1.1 PRODUTO E EFICIÊNCIA

A abordagem de Saari (2006) permite conhecer e potenciar o conceito de produtividade e outros a ele subjacentes como os de actividade económica e eficiência aplicado na tese segundo o método DEA Malmquist de Coelli (1998).

O produto e a produtividade são parte intrínseca de um todo identificado como actividade económica. Assim, a produtividade não pode ser considerada independentemente do contexto económico em que se insere. A produtividade é um factor dinâmico e crítico de sucesso da economia. A eficiência, se bem que, transmitindo informação relevante sobre o comportamento dos mercados é um instrumento estático.

O texto definirá a actividade económica e a eficiência seguindo-se a definição de produtividade e o cálculo segundo o método de Malmquist.

A principal questão do comportamento económico é o interesse de satisfazer o máximo de necessidades com um mínimo de sacrifícios. A busca da eficiência torna-se deste modo uma actividade económica comum. Eficiência é, em termos gerais, a relação entre a produção de um bem e o sacrifício de o produzir. A ideia central da eficiência é o valor do bem produzido ser maior do que o sacrifício dos inputs usados para o oferecer e utilizar. A diferença entre o valor do produzido e o valor dos sacrifícios realizados é o valor da mais-valia.

Encontrada a relevância da eficiência para a criação de uma mais-valia com um valor superior do que o existente inicialmente, aborda-se o conceito de performance e a relevância da tecnologia para a função de produção adoptada, segundo Saari (2006).

A performance é uma expressão comum que necessita ser melhor explicada para a compreender exactamente. A capacidade de um instrumento para realizar as suas tarefas é a sua performance. Usualmente a performance refere-se à capacidade de realização da função básica do instrumento. A performance de um instrumento depende da sua qualidade e quantidade. Melhorar a performance realiza-se desenvolvendo a qualidade e aumentando a

sua quantidade e também fazendo evoluir a sua utilização. As qualidades do instrumento são as suas características. Tanto a qualidade como a quantidade desenvolvem-se usualmente na base do conhecimento e experiência mais recente e realiza-se através de projectos de investimento e desenvolvimento. O processo de uso evolui no tempo através do ensino. Baseados na distribuição de trabalho, a actividade económica pode ser identificada como produção e consumo. A produção é o processo de combinação de vários inputs materiais e imateriais de forma a produzir bens de consumo. A forma de combinação dos inputs de produção no processo de fabricação dos outputs chama-se tecnologia. A tecnologia pode ser representada matematicamente pela função de produção que descreve a relação entre input e output. A função de produção é a medida da performance de produção.

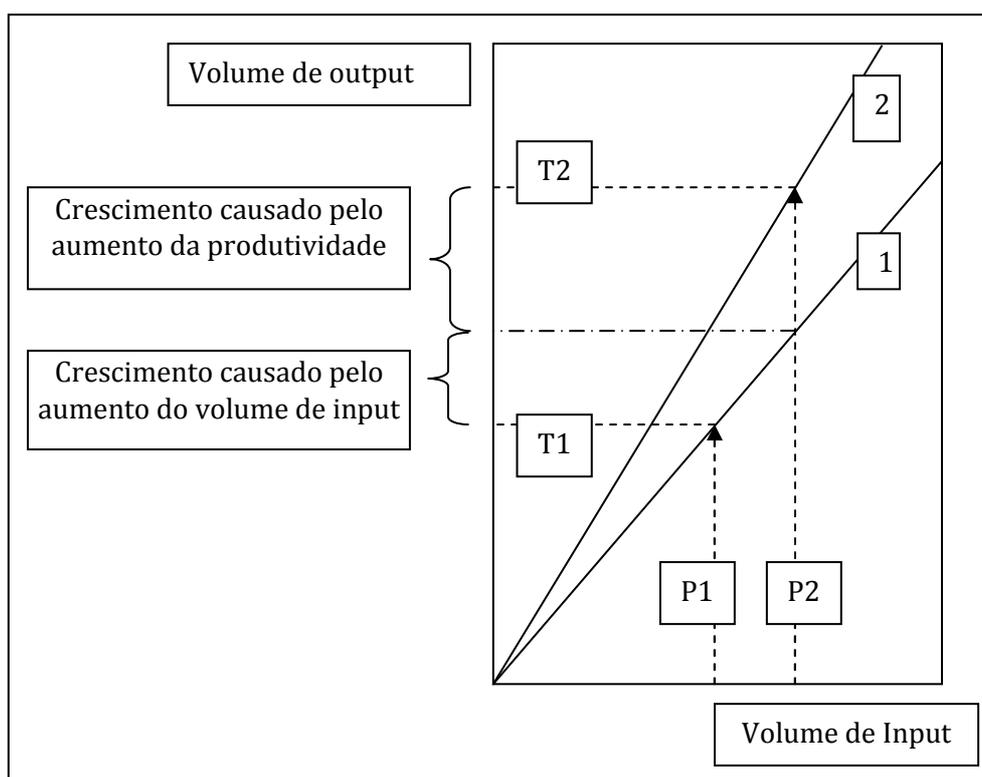
2.1.2 PRODUTIVIDADE

Com a ajuda da função de produção é possível descrever com simplicidade o mecanismo de crescimento económico. O crescimento económico é o aumento de produção alcançado por uma comunidade económica. É habitualmente expressa como uma percentagem de crescimento anual descrevendo o crescimento (real) do produto nacional.

O crescimento económico é criado por dois factores de forma a justificar-se falar de componentes de crescimento. Estes componentes são um aumento no input de produção e um aumento da produtividade.

A Figura 2-1 representa o processo de crescimento económico. Devido à figura as proporções da Figura 2-1 são exageradas. Revendo o processo em anos subsequentes, um e dois, torna-se evidente que a produção aumentou do valor T1 para o valor T2. Medido em termos absolutos, o valor do crescimento económico é $T2 - T1$, enquanto proporcionalmente é igual a $(T2 - T1) / T1$. Ao mesmo tempo, um aumento do valor P1 para o valor P2 mediu o uso do input

de produção. Agora, ambos os anos são descritos por um gráfico de funções de produção, cada função identificada segundo o número do ano, por exemplo, um e dois. As duas componentes são distinguidas no aumento do output: um crescimento causado pelo aumento do input de produção e o crescimento causado pelo aumento da produtividade. O aumento causado pelo crescimento dos inputs determina-se ao longo da função de produção para o respectivo aumento de input: por exemplo, do valor P1 para o valor P2. A característica do crescimento suportado por um aumento do input é que a relação entre output e input não se altere. Um aumento do output significa uma variação da função de produção simultânea com a variação da relação output/input. Por outras palavras, o crescimento do output correspondendo a uma variação da função de produção é gerado por um aumento da produtividade.



Fonte: Saari (2006).

FIGURA 2-1 – COMPONENTES DO CRESCIMENTO ECONÓMICO

Assim, um aumento na produtividade caracteriza-se por uma variação da função de produção e a variação consequente da relação output/input. A fórmula da produtividade total é escrita normalmente da seguinte forma:

$$\textit{Produtividade total} = \frac{\textit{Quantidade de output}}{\textit{Quantidade de input}}$$

De acordo com esta fórmula, as variações no input e no output são medidas incluindo tanto as variações de quantidade como as de qualidade. Na prática as variações quantitativas e qualitativas ocorrem quando as quantidades e os preços relativos dos diferentes factores de inputs e outputs se alteram. A fim de acentuar as variações no output e no input, a fórmula da produtividade total será escrita como segue:

$$\textit{Produtividade total} = \frac{\textit{Quantidade e qualidade de output}}{\textit{Quantidade e qualidade de input}}$$

Segundo Saari (2006), Davis (1955) definiu a produtividade como um fenómeno de gestão, medida de produtividade, distribuição de ganhos de produtividade e quantificação de tais ganhos. Refere num artigo (1947, Journal of Accountancy, Feb. p. 94) que a medida de produtividade na gestão se desenvolverá de forma que “indique os aumentos ou diminuições na produtividade da empresa e também da distribuição dos ‘frutos da produção’ entre todos os interessados”.

Davis analisa a medida da distribuição dos ganhos de produtividade como uma parte importante do fenómeno da produtividade, e define em profundidade os problemas dessa medida. De acordo com Davis, o sistema de preços é um mecanismo através do qual se distribuem os ganhos de produtividade, e também a empresa de negócios, os beneficiários podem ser os seus consumidores, empregados e os fornecedores dos inputs de produção.

As medidas de produtividade são usadas para ligar os seus recursos humanos e físicos e gerar o crescimento económico. As medidas de produtividade são indicadores de performance económica e existe o interesse de os comparar internacionalmente.

Um dos indicadores da produtividade mais usados na performance económica dos países é a produtividade do trabalho que relaciona o output com o input do trabalho. O número de empregados é utilizado para calcular o input do

trabalho. No caso do desporto, a população será um factor de produção desportiva da economia, enquanto o número de praticantes federados será o valor do input de capital humano de uma federação desportiva. Um cuidado deve ser assumido: o de considerar que o capital humano é apenas um dos inputs que determinam o output, como a natureza e o montante de capital físico disponível, a disponibilidade de novas tecnologias e as práticas de gestão. O outro indicador usado na análise da produtividade é a produtividade multifactorial que é o rácio do valor real do output em relação ao valor combinado do trabalho e do capital. Esta medida também é chamada total factor productivity (TFP). Em princípio, a produtividade multifactorial é um melhor indicador porque mede a eficiência e a eficácia da combinação dos principais factores de produção – trabalho e capital – para gerarem o output. Nalgumas circunstâncias as medidas robustas de input de capital são difíceis de encontrar.

A produtividade do trabalho e a produtividade multifactor TFP aumentam ao longo do tempo. Habitualmente, o crescimento da produtividade do trabalho excede o crescimento da produtividade multifactor, reflectindo a influência do relativamente rápido crescimento do capital na produtividade do trabalho.

Definido economicamente o produto, a eficiência e a produtividade o próximo ponto analisa o mercado de competição monopolística que corresponde às características das federações desportivas.

2.2 O DESPORTO OBJECTO DE INVESTIGAÇÃO ECONÓMICA

Analisa-se de seguida o desporto como uma área económica.

No âmbito da tese é relevante equacionar três vertentes da produção económica para o desporto:

1. A primeira relacionada com a compreensão do desporto como um produto económico distinto de outros por gozar de propriedades específicas que Neale (1964) apelidou de peculiaridades;
2. A segunda tratando das características e das falhas do mercado onde é transaccionado o qual tem falhas que o distinguem do modelo económico ideal, de concorrência perfeita, identificando o mercado desporto como o da concorrência entre monopólios que são propriedade de federações;
3. A terceira abordando as características da dupla regulação privada e pública que maximizam o bem-estar social produzido pela indústria do desporto.

Como referido anteriormente a economia do desporto é uma área do conhecimento económico mundial relativamente recente à qual o Conselho da Europa e a União Europeia deram um contributo decisivo respectivamente nos anos oitenta e noventa do século passado¹⁹ e na primeira década do século XXI²⁰. Durante os últimos 20 a 30 anos de tempo estes resultados são esparsos e Gratton e Taylor (2000) notam que o desporto não teve a investigação económica que outros sectores da actividade tiveram como a saúde, educação, habitação e o transporte.

Será a falta de investigação que, referindo-se ao desenvolvimento recreativo como desenvolvimento desportivo, notam Houlihan e White (2002)²¹ dizendo “que (a definição de desenvolvimento desportivo) é mais difícil (...) do que noutras áreas de política porque:

¹⁹ Ver Jones (1985) e Andreff et al (1995) e os projectos nacionais de avaliação do impacto económico do desporto realizados com as iniciativas do Conselho da Europa.

²⁰ Ver o Relatório Independente da UEFA e União Europeia (2005), o Livro Branco do Desporto (2006), o Relatório Amnyos de 2008 e a conferência de Bruxelas sobre “As barreiras ao financiamento do desporto de base na Europa”, (2010).

²¹ Citado por Collins (2010: 3).

1. É uma sub-área da política desportiva;
2. Foi sujeita a muitas alterações de objectivos;
3. Esteve (já não o está) fora do campo de visão do governo britânico (o que ainda acontece em países como Portugal);
4. Está num campo político cheio de outros interesses (educação, saúde, negócios estrangeiros, serviços sociais).”

Se na recreação houve a presença excessiva da educação, saúde, negócios estrangeiros e serviços sociais, o desporto enquanto produto mediático e económico identificou-se com o seu segmento olímpico e profissional. Na realidade o produto desportivo do alto rendimento e do desporto profissional representam menos de 1% dos praticantes de um país como Portugal e os restantes mais de 99% dos praticantes são produção recreativa. O modelo de desporto com três funções de produção, uma da prática informal, outra da actividade recreativa e a última de alto rendimento, é um mercado competitivo nos países mais desenvolvidos de todo o mundo.

O desporto é reconhecido na ciência económica pelos trabalhos pioneiros de Rottenberg (1956) e Neale (1964) sobre o desporto profissional de equipas a que se seguiram os contributos de Noll (1974), Quirk e Fort (1992) e Zimbalist (2001) sobre os desportos profissionais. Na Europa, Sloane (1969) tem o primeiro trabalho na área e, em 2000, é criada a Associação Internacional de Economia do Desporto em Limoges, França, a qual realizaria a sua primeira conferência em Lisboa em 2001, no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa, a partir do qual foi publicado o livro de artigos científicos de Barros et al (2002). Na mesma altura foi criado o *Journal of Sports Economics* na Califórnia, Estados Unidos. Mais tarde Andreff e Szymanski (2006) reuniram uma colectânea de 86 trabalhos de 65 economistas cobrindo uma amostra significativa de temas de economia do desporto. A relevância do desporto profissional foi notada por Mondello e Pederson (2003) que observou que a investigação económica publicada no *Journal of Sports Economics* de 2000 a 2003 era dedicada maioritariamente ao sub-sector profissional do mercado do desporto.

A linha de investigação económica que suporta o Produto Interno Bruto desportivo inicia-se com os estudos do Conselho da Europa nos anos 80 e 90 e, já no novo século, a União Europeia corporiza a constituição de um mercado desportivo continental. O Reino Unido teve a incumbência em 1982, por parte do Conselho da Europa, de liderar um estudo europeu para analisar a importância económica do desporto nos diferentes países depois dos sistemas desportivos nacionais sofrerem o impacto das restrições orçamentais geradas pelos choques petrolíferos dos anos 70 e 80. Desta iniciativa surgiram os estudos de Jones (1989) e de Andreff et al (1994) e Weber et al (1993). Estes primeiros estudos procuraram gerar estatísticas económicas num mercado ainda marcado pelas organizações sem finalidade lucrativa e que ficavam e ainda permanecem à margem das estatísticas oficiais. Stiglitz et al (2008) alertaram para os prejuízos no desenvolvimento sustentado das limitações estatísticas e para a relevância da avaliação dos bens comuns. Outra das características foi o enfoque nacional dado pelos países na ausência de uma política europeia para o desporto. O desporto era então apenas uma responsabilidade nacional de que a União Europeia estava arredada e que ainda não se preocupava com o crescimento da importância económica. As organizações com finalidade lucrativa iniciavam uma maior presença num mercado antes monopolizado pelo associativismo sem finalidade lucrativa.

O benchmark desportivo era bastante e demonstrava que as nações europeias estavam entre as primeiras do mundo. Contudo, os estudos económicos mostravam diferenças entre os países, nomeadamente no caso de Portugal, e a União Europeia tinha preocupações quanto ao nível de financiamento do desporto e quanto aos sectores de base suscitados a partir do Livro Branco do Desporto.

Seriam necessários onze anos para que a União Europeia iniciasse novos estudos que geraram em primeiro lugar análises sobre o futebol com o Relatório Independente (2005) o qual alavancou uma abordagem mais ampla relacionada com a totalidade da acção das actividades desportivas no Livro Branco do Desporto (2006) e com o qual se identificaram todas as federações desportivas. A presidência austríaca da União Europeia, em 2006, suscitou a

criação de uma Conta Satélite do Desporto e, em 2008, a presidência da França elaborou e apresentou, em seis meses o relatório Amnyos (2008), com as contas de 2005 sobre o investimento público e privado dos vinte e sete países da União Europeia. Em 2009 a União Europeia começou um novo inquérito com o consórcio Amnyos²² que está em curso, do qual já existem dados estatísticos preliminares de 2007 analisando as barreiras ao financiamento dos clubes de base nos países da União Europeia.

São estas iniciativas do Conselho da Europa e da União Europeia que suportam a abordagem da tese a qual ao analisar o produto e a produtividade das federações nacionais e dos países da União Europeia procura respostas novas para um sector fracturado entre a visibilidade e relevância do desporto profissional que tem um por cento da sua produção desportiva e a dificuldade do sector recreativo em garantir as condições de produção, produtividade e eficiência que maximizem o bem-estar social num contexto de necessidade de instrumentos de internalização de benefícios externos e forte concorrência de consumos de entretenimento e de crise económica fortes.

2.2.1 O BEM E A PRODUÇÃO DESPORTIVA

O bem e a produção desportivos têm características económicas relevantes que é importante compreender para responder ao objecto da tese.

O modelo de produção desportivo organizado em pirâmide tem sido acusado de estar ultrapassado. Existem, pelo menos, duas tentativas para romper o modelo piramidal de produção desportiva: o primeiro relacionado com os maiores clubes europeus de futebol, organizados à volta do denominado G-14²³, de criarem uma liga independente da estrutura federada da UEFA suportadas em princípios económicos do modelo, as ligas profissionais norte-

²² Eurostrategies, em consórcio com Centre de droit et d'économie du sport, Amnyos e Deutsche Sporthochschule Köln.

²³ Mais tarde chamou-se G-18, de que faz parte o Futebol Clube do Porto desde a sua fundação.

americanas, durante a década de noventa. Esta pretensão foi negada pela União Europeia no Relatório Independente (2005) onde considera não haver direitos de propriedade de produção do futebol para além dos atribuídos à UEFA e que esse direito correspondia ao da maximização do bem-estar, do produto e da criação do emprego do interesse da União Europeia. A segunda tentativa de Kirkeby (2009) sustenta que o topo profissional da pirâmide está separado da base amadora em três dimensões: a solidariedade financeira não funciona, a criação de excelência pela base e do marketing pelo topo não têm impactos reais, as funções de produção da base e do topo são distintas apesar de ser a mesma actividade desportiva como uma economia das federações.

Às duas posições falta o suporte teórico compreendendo a essência do produto desportivo, da existência de co-produtos e externalidades, da tripla função de produção integradas e da dupla estrutura de regulação privada e pública.

Estes elementos são analisados no presente capítulo da revisão da literatura para compreender a peculiaridade da economia do desporto.

2.2.1.1 O BEM DESPORTIVO, A ACTIVIDADE FÍSICA E A COMPETIÇÃO

O bem desportivo é um produto económico notável tanto conceptualmente, como sugerem Neale (1964), Fort (2007), Noll (1974), como nas dimensões alcançadas no mercado europeu e mundialmente, segundo Szymanski e Kuyper (1999), Andreff e Szymanski (2006) e Gerrard (2006).

Apesar da compreensão da excepcionalidade do desporto como bem económico a teoria económica actual pode ser aprofundada para evitar os equívocos como os retratados anteriormente do G-14 e de Kirkeby (2009)

A tese usa a definição do Conselho da Europa apresentada na Carta Europeia do Desporto, na versão de 2001, a qual refere no artigo 2.º que: 'Desporto significa todas as formas de actividade física, de participação organizada ou casual, visando expressar ou promover o bem-estar físico e mental, formando relações sociais e obtendo resultados desportivos em todos os níveis

competitivos.’ Economicamente a Carta Europeia do Desporto define que o bem desportivo inclui produtos principais, co-produtos associados e a geração de externalidades, da seguinte forma:

1. Define dois produtos: a actividade física e as competições;
2. Refere a criação de bem-estar individual por via da educação e da saúde e de relações sociais, os quais são co-produtos produzidos na produção de desporto;
3. Acrescenta as externalidades positivas, como o bem-estar individual do atleta, e noutro ponto refere as externalidades negativas, como a violência e doping de actividades do desporto nos eventos e competições.

Este conceito de desporto é a base de trabalho para conceptualizar o quadro teórico da tese.

A definição de Vilnius do Conselho da Europa permite o desenvolvimento estatístico como no projecto EOSE²⁴ e foi criada e utilizada na Conta Satélite do Desporto²⁵. Partindo de uma base comum relacionada com as actividades de desporto considera as actividades que lhes ficam a montante e a jusante. Assim a definição tem três definições:

1. *Definição estatística*: compreendida na NACE 92.6 Revisão 1.1 “Sporting activities” a única parte do sector do desporto com uma categoria NACE própria;
2. *Definição restrita*: todas as actividades que são inputs para o desporto (por exemplo: todos os bens e serviços que são necessários para praticar desporto) e as actividades incluídas na *definição estatística*;
3. *Definição ampla*: todas as actividades que requerem o desporto como um input (por exemplo: todos os bens e serviços que se relacionam com a actividade desportiva mas sem serem necessários para praticar desporto) e as actividades definidas na *definição restrita*.

²⁴ O Observatório Europeu do Desporto e do Emprego EOSE foi criado em 1994 como parte da European Network of Sport Sciences in Higher Education (ENSSHE) renomeada ENSSEE European Network for Sport Science Education and Employment.

²⁵ European Union Working Group Sport Satellite Accounts, 2010.

A utilidade desta definição observa-se nos valores do produto europeu encontrados para as três definições. O estudo da Presidência Austríaca de 2006 avaliou o valor acrescentado do desporto europeu em 407 mil milhões de Euros em 2004, representando 3.7% do PNB da União Europeia. A análise do projecto austríaco definiu três dimensões do produto desportivo para determinar a dimensão do valor acrescentado do desporto europeu. A *definição estatística* de desporto de acordo com a classificação 92,6 da NACE dá ao desporto europeu um valor de 45 biliões de euros, cerca de 0,51 por cento do valor acrescentado. A partir de uma *definição restrita* em que se incluem os produtos necessários à actividade desportiva o valor acrescentado do desporto sobe para 313 biliões de euros, aproximadamente 3,52% do valor acrescentado total. Na *definição ampla* encontram-se os sectores com uma relação indirecta com a actividade desportiva que não são necessários para a prática de desporto e que o usam como input. Nesta terceira definição o valor acrescentado do desporto alcança 407 biliões de euros, representando 4,58% do total do valor acrescentado europeu.

A definição do Conselho da Europa, do EOSE e da Conta Satélite do Desporto não identificam as relações entre a recreação e o alto rendimento e a relevância para a compreensão do desporto como um sector uno.

A actividade física é a essência da formação, do treino e da competição quando são transaccionados no mercado. Das três formas mercantis, a competição é a mais relevante enquanto a formação e o treino estão presentes tanto na recreação como no alto rendimento. Observando uma estrela como o Cristiano Ronaldo é constatável que, apesar de celebrado como o melhor do mundo, as suas actividades de formação e de treino não acabaram com o título alcançado e que ambas as actividades estão presentes na sua actividade diária, o que é notório e elogiado pelos seus treinadores como Sir Alex Ferguson.

Observemos a relevância da competição. Segundo Fort (2003) e Kesenne (2007) 'desporto é basicamente competição'. Esta constatação não explica a relevância da competição para atrair o interesse dos consumidores como os

praticantes e espectadores. A competição é inerente ao conceito de desporto se se considerar que mesmo correndo sozinho o corredor corre contra o relógio ou de acordo com a sua disponibilidade física para fazer melhor ou para sustentar o nível alcançado anteriormente. Porém, a essência do produto desportivo é a actividade física e o saber consumir desporto dos praticantes os quais permitem a maximização do capital desportivo.

Observe-se a competição desportiva na perspectiva de Akerlof (1970). A questão económica do autor é a interacção entre a heterogeneidade da qualidade e a informação assimétrica que podem afectar a qualidade das transacções e levar o mercado ou no caso do desporto, a competição, a perder qualidade e espectadores quando a qualidade da competição não é clara para os consumidores e espectadores. O espectador tem em consideração a qualidade da competição e as afirmações dos vendedores ou seja dos dirigentes dos clubes quando discutem as qualidades das respectivas equipas. Acontece que no Reino Unido a qualidade do produto desportivo é evidente para o mercado e os dirigentes dos clubes têm intervenções de acutilância inferior ao mercado português onde a qualidade do jogo é inferior. No Reino Unido os estádios, por norma, estão cheios em todos os jogos mas em Portugal os estádios têm uma ocupação inferior à da Escócia cujo clima no extremo norte da Europa desencoraja a presença em espectáculo ao ar livre. A fraqueza do mercado do futebol português dá aos clubes rendimentos inferiores ao de campeonatos onde a qualidade da competição é clara para os seus consumidores. Note-se que a informação que passa nos três jornais desportivos diários é um benefício económico que não reverte para os clubes e para o desporto mas para os empresários da comunicação social que alimentando-se dos factos ou pseudo-factos desportivos vendem notícias que vendem jornais e tempo de antena mas não vendem actividades desportivas. Existe em Portugal um fenómeno de mercado de limões descrito por Akerlof em que a menor qualidade do produto, que é o jogo de futebol, está desvalorizado e desconsiderado pelo consumidor que considera a média da qualidade dos produtos e onde os melhores acabam por ser valorizados. Akerlof diz que o melhor consumidor é o consumidor informado sugerindo a

importância da abundância da informação para valorizar a qualidade da oferta e da procura de bens de um mercado.

No desporto a competição mede a actividade física dos praticantes e das equipas e valoriza os vencedores garantindo que têm a capacidade para aceder a escalões superiores, distinguindo os perdedores que devem descer aos escalões inferiores. A estrutura de competições federada tem a peculiaridade de gerar escassez através de níveis cada vez mais exigentes de capacidade física para se apurar o elemento raro a que se dá o nome de campeão. A estrutura piramidal de competição permite que o alto rendimento formado pelos clusters mais elevados seja formado pelos melhores praticantes que se dedicam em exclusividade à competição com os seus iguais para alcançar qualidades de condição física ainda superiores e incomuns. Na base, é a abundância de oferta e procura de prática desportiva da recreação que faculta o conhecimento popular e a aceitação inequívoca das regras de produção desportivas na função de produção de alto rendimento e que sustenta o seu consumo pela maior parte da população que pratica actividades de recreação de determinada modalidade. Este consumo recreativo alargado consome essa actividade em quantidades que respondem ao custo da raridade gerada pelo segmento de mercado do alto rendimento.

O modelo americano de competições desportivas distingue-se do europeu pela existência de ligas que organizam campeonatos fechados cujo acesso é feito pela negociação entre investidores que estão dispostos a ressarcir as equipas pela perda das receitas que um novo competidor gera. Pressupõe-se nos campeonatos americanos que o critério económico é suficiente para estabelecer um cluster de equipas equivalentes para um campeonato competitivo. Na Europa o critério é desportivo entrando equipas na liga superior que venceram a liga no nível inferior e descendo as equipas classificadas nos últimos lugares da liga superior. Para os investigadores Noll (1974), Szymanski (1999) não é claro que um sistema seja superior ao outro na resposta às preferências dos consumidores / espectadores e patrocinadores.

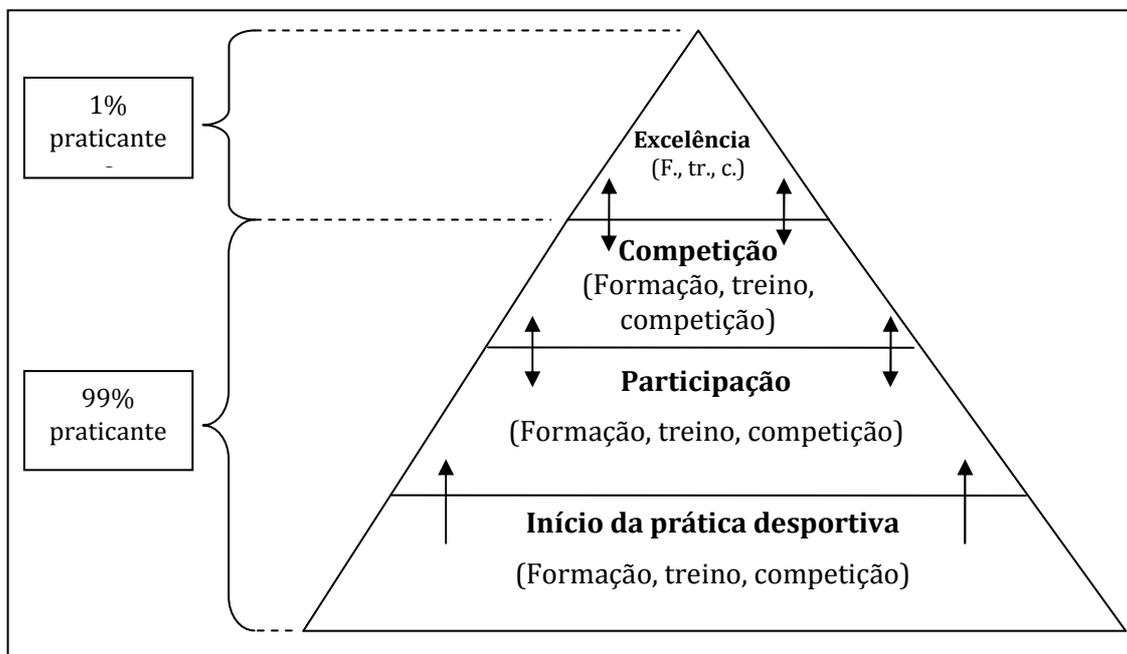
Cada federação para maximizar o seu produto económico possui uma estrutura de competições especializada de uma única actividade desportiva de que possui os direitos de propriedade e compete no mercado do desporto com todas as outras actividades desportivas. A especialização vertical constituída por clusters homogéneos de praticantes de igual condição física e desportiva é a forma das actividades maximizarem o seu produto desportivo e a sua importância no mercado.

Preconiza Schumpeter (1942) que a destruição criativa é no capitalismo através da inovação a forma de desenvolvimento sustentado. As federações elegem um novo campeão desportivo em cada época desportiva. A especialização das ligas e os campeonatos anuais permitem aos agentes económicos do desporto renovarem continuamente o seu produto mantendo o interesse dos consumidores em estrelas e equipas emergentes e em tecnologias desportivas que destruindo o serviço anterior sustentam a predisposição a consumir por novos actos desportivos adequados à inovação mais recente. A pirâmide é a forma usual de exemplificar a estrutura da produção desportiva que corresponde à estrutura de especialização de capital desportivo que demonstrou ser eficaz na produção de excelência enquanto activo renovável anualmente.

A especialização vertical tem características que a Figura 2-2 esclarece. Em cada nível de prática de uma actividade desportiva são oferecidas formas diferenciadas de formação, treino e competição desde a base ao topo.

Os três bens económicos integram as valências de cada cluster que se tornam das mais simples na base às mais complexas no topo. Para além disso, cada federação diferencia a sua actividade segundo o sexo, escalões etários e o nível competitivo. Nas maiores actividades desportivas, como no futebol e no atletismo, existem mais níveis competitivos denominados divisões ou ligas amadoras e profissionais. Em actividades desportivas menores como o triatlo a actividade tem uma menor complexidade organizativa e menos níveis de produção. O futebol e o atletismo têm campeonatos do mundo cada quatro anos, enquanto o triatlo produz uma taça do mundo por ano.

A história dos campeões ou da sua destruição é um produto económico intangível e transaccionado em concorrência perfeita a jusante dos mercados desportivos.

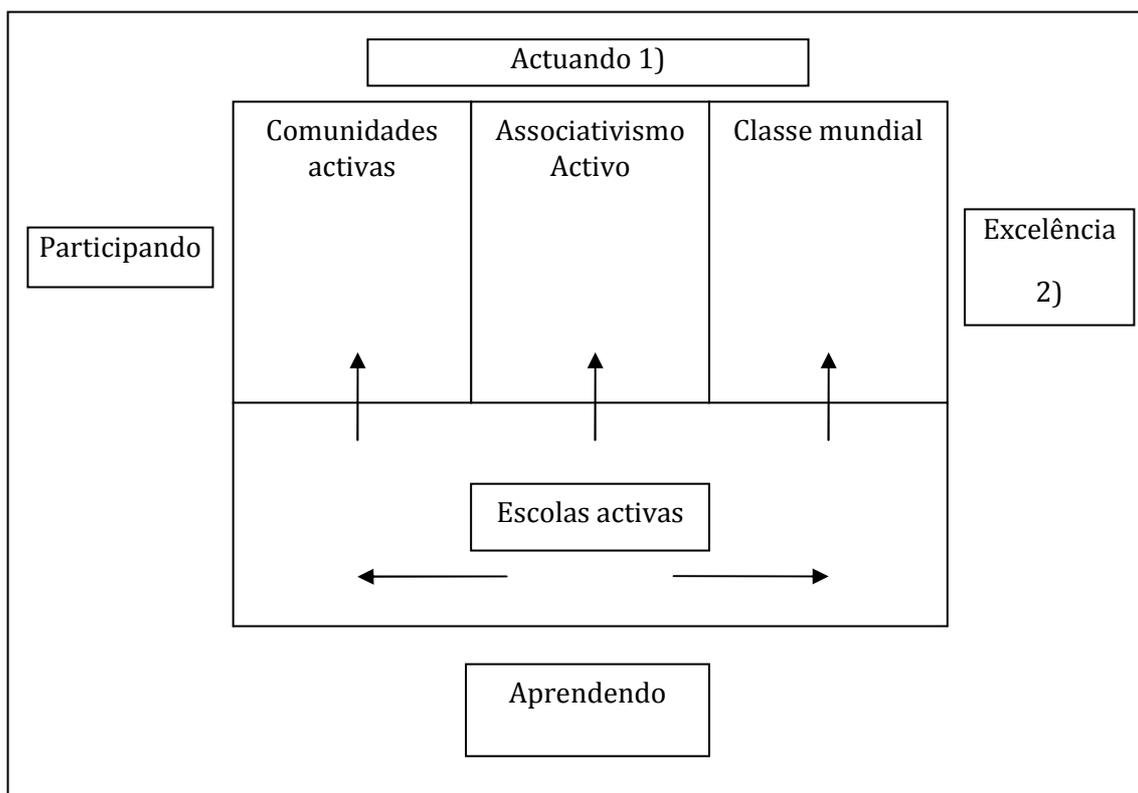


Fonte: Enouch (2010: 46), e quantificação e indicação dos serviços desportivos formação, treino e competição pelo autor.

FIGURA 2-2 – O MODELO DO ESPAÇO CONTÍNUO DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO E MELHORIA E QUANTIFICAÇÃO DO AUTOR

A Figura 2-3 de Enouch (2010) sugere que a actividade das organizações desportivas e públicas na produção de actividades desportivas para os jovens deve possuir uma mobilidade horizontal com valências plurais ao nível local, junto do associativismo e nas organizações que actuam na produção de alto rendimento. Esta figura aponta que a oferta desportiva de actividades juvenis goza de características abertas que complementam a estrutura competitiva vertical organizada pelo associativismo desportivo.

As duas figuras sugerem como o modelo europeu de desporto assume a amplitude de movimentos tanto horizontal como vertical dos produtores e dos consumidores desportivos para a produção e consumo de capital desportivo e dos seus benefícios humanos, sociais e culturais.



Notas: 1) do inglês: performing; 2) do inglês: excelling.

Fonte: Enouch, (2010), page 49.

FIGURA 2-3 – ‘BIG PICTURE’ DO DESPORTO INGLÊS, INTRODUZIDO PELO SPORT ENGLAND, 1998

2.2.1.2 O MERCADO DE PRODUÇÃO DESPORTIVA

A produção privada de desporto é a forma de organização padrão nos mercados desportivos modernos. Nos mercados europeus e no americano a produção do desporto é assegurada por agentes privados. Fort (2000) refere a equivalência entre o mercado europeu e o americano. No desporto europeu a produção privada dominante é das organizações sem finalidade lucrativa e nos Estados Unidos são as empresas com finalidade lucrativa que asseguram o desporto amador nos colégios, universidades e nas ligas profissionais. Os países do leste europeu segundo Poupaux (2006) produziram o alto rendimento, através de clubes dependentes das organizações estatais até ao

início dos anos noventa do século XX. Depois da queda dos regimes comunistas o novo mercado do desporto enfrenta uma transformação profunda para garantir a qualidade desportiva do passado sob condições económicas equivalentes aos países do ocidente.

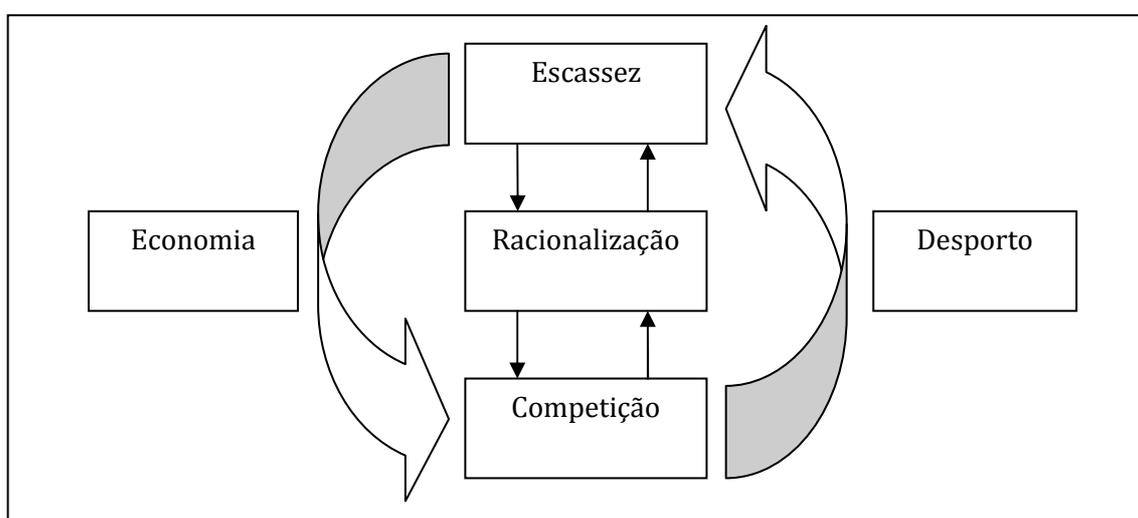
Nos próximos pontos analisa-se qual a estrutura de produção peculiar do desporto face às características do produto desportivo indicado anteriormente.

2.2.1.2.1 A PECULIARIDADE DA PRODUÇÃO INVERTIDA

A literatura económica que caracteriza as peculiaridades e as falhas do mercado do desporto inclui contributos de Neale (1964), Fort (2003) e Kesenne (2007). Neale (1964) realçou a importância das características do produto desportivo para determinar a eficiência económica. O seu exemplo é o do boxeur que para alcançar a receita máxima de bilheteira tem de competir com outro atleta do seu nível competitivo sob pena de perder o interesse e a predisposição a pagar dos seus espectadores potenciais. Esta característica permitiu a Neale (1964) estabelecer que no desporto são duas empresas, dois boxeuses, a produzirem um espectáculo que é o jogo entre os dois melhores praticantes e que a produção do desporto é invertida em relação a outros produtos em que uma empresa individual produz múltiplos bens. A peculiaridade da produção invertida de bens desportivos foi analisada do ponto de vista do espectáculo desportivo e da acção das ligas, ver Szymanski e Kuiper (1999).

Sugeriu Fort (2003) que a 'escassez faz a economia andar' notando que a escassez de bens desportivos leva à sua racionalização e que esta gera competição. Fort (2003) chama trindade económica à escassez, racionalidade e competição. Desenvolvendo este princípio económico geral com a produção de desporto verifica-se que a competição quantifica a actividade física que permite racionalizar uma estrutura de competições sucessivas dos melhores praticantes, apura o campeão que é capaz de excelência desportiva e que

esta, como resultado da pirâmide de competições, é única e, portanto, escassa. Ou seja, é possível conceber uma trindade desportiva que é inversa e complementar da económica. Fort (2003) sustenta que a actividade desportiva é uma via de dois sentidos: os adeptos procuram resultados desportivos, estão dispostos a pagar por esses resultados e em termos produtivos a eficiência económica apenas se concretiza com a melhor produção desportiva. As duas trindades, a económica e a desportiva, são inversas e sobrepõem-se porque se referem à essência da cadeia de criação de valor que é económica e desportiva, ver a Figura 2-4.



Fonte: Fort (2003: 13 e sobreposição do autor.

FIGURA 2-4 – A TRINDADE ECONÓMICA E A DA PRODUÇÃO DE DESPORTO

O desenvolvimento da trindade económica de Fort (2003) com a estrutura de produção desportiva funciona na pirâmide competitiva. A compra por noventa e quatro milhões de euros de Cristiano Ronaldo pelo Real Madrid, em 2009, é um valor elevado suportado pela estrutura competitiva de actividade desportiva que o produziu e elegeu como produto de excelência único e pela racionalidade económica do futebol mundial que inclui os milhões de consumidores recreativos mundiais que são os consumidores finais dos feitos desportivos da estrela desportiva adquiridos pelo Real Madrid.

A literatura económica do desporto apenas valoriza a função de produção das modalidades de equipa profissionais por permitir criar modelos económicos

eficientes e com abundância de informação. Ao distinguir a recreação do alto rendimento Kesenne (2007) dá um passo para a compreensão das funções de produção do desporto da indústria recreativa e da profissional. Para Kesenne na indústria profissional o “consumidor é o espectador”, “o produtor é o clube” e “o factor principal da produção é o jogador”. Nas indústrias recreativas “o consumidor é o jogador”, “jogar é consumo” e “o output da produção é o serviço oferecido pelo clube desportivo aos participantes”. Esta definição tem o objectivo de distinguir duas funções de produção que de acordo com o modelo da tese são funções de produção interligadas e interdependentes.

Existe uma terceira função de produção relacionada com a actividade informal que é sugerida por Downward et al (2009) mas que não é definida. Gratton e Taylor (2000) refere a participação geral da população e a eficiência económica do seu funcionamento como bem público. A função de produção informal pode definir-se como “o consumidor é o jogador”, “jogar é consumo” e “o output da produção é o serviço oferecido pelo praticante a si mesmo” ou pelo grupo de voluntários que organiza informalmente a actividade.

Com estas definições a tese identifica três funções de produção integradas na pirâmide associativa e social de 3 degraus de produção de desporto.

A produção recreativa é responsável pela produção de praticantes amadores e pelo perfil do consumo da prática desportiva profissional de toda a população. Para o objectivo da tese, a eficácia de resultados desportivos deve ser encontrada na regulação das federações para a produção desportiva amadora e profissional. As duas funções de produção são interdependentes. A primeira é responsável por 99,5% dos praticantes desportivos e que genericamente se identifica como desporto para todos ou recreação e a segunda que trabalha 0,5% dos praticantes desportivos identifica-se por alto rendimento ou desporto profissional. Mediática, financeira e economicamente a importância dos décimos percentuais do alto rendimento multiplica-se geometricamente em termos económicos sem, contudo, alcançar a dimensão económica da recreação. O PIB da recreação é superior ao PIB do alto rendimento segundo Gratton e Taylor (2000). A comunicação social e a imagem popular do desporto

atribuem ao alto rendimento e ao sector da competição de equipas profissionais uma relevância superior que obrigou os reguladores públicos a actuarem sobre as suas falhas e que os parceiros do desporto profissionais aproveitaram para maximizar o seu produto e o seu nicho de mercado. A falta de estatísticas e estudos económicos e a importância mediática do alto rendimento e do futebol profissional, assim como, a investigação económica de suporte ao mercado referido por Mondello e Pederson (2003), alimentaram o mito que o produto económico do alto rendimento é superior ao da recreação.

A chamada de atenção dos custos de transacção de MacDonald (2010) é o reconhecimento de outputs das organizações amadoras que são seus direitos de propriedade e possuem custos de produção e de transacção disputados pelos parceiros profissionais europeus e mundiais. A definição ineficaz dos direitos de propriedade da actividade amadora cria fracassos de mercado. A “tragédia dos comuns” no mercado recreativo europeu é um desses problemas. Os direitos de propriedade são tão importantes que o Tribunal de Justiça Europeu protege os direitos de propriedade intelectual relacionados com o desporto profissional. Os direitos de propriedade tratados na tese relacionam-se com a actividade dos produtores de desporto, clubes de bairro e jogadores, por exemplo, que na ausência de protecção e na presença de custos de produção e de transacção das externalidades e dos benefícios dos co-produtos de terceiros, impede a interiorização de benefícios da actividade amadora e dificulta a maximização do óptimo social e o bem-estar nacional pelas federações. São direitos de propriedade das federações desportivas não só a imagem do desporto profissional como também os outputs amadores, sejam co-produtos ou externalidades.

O próximo capítulo analisa o produto desportivo e as falhas de concorrência perfeita relacionadas com os co-produtos e as externalidades, para que o mercado funcione com eficiência e promova o bem-estar social.

2.2.1.2.2 PRODUTOS, CO-PRODUTOS E EXTERNALIDADES

O processo produtivo da recreação e do alto rendimento produz mais do que um produto principal, que são denominados co-produtos, e também gera externalidades. A identificação dos co-produtos, relacionados com factores de produção de outros sectores como a educação, a saúde e a segurança social, permite a interiorização dos benefícios gerados com a produção desportiva e para o exterior do processo produtivo enquanto a geração de externalidades não permite essa internalização, ver Krugman e Wells (2007). Ou seja, no desporto a produção de recreação produz vários factores de produção como o capital desportivo, que alimenta a função de produção do alto rendimento, e como o capital humano e o capital social dos seus praticantes que alimentam a produtividade das populações noutros sectores e na sociedade. A função de produção de alto rendimento para além do seu produto económico e a criação de emprego especializado gera externalidades relacionadas com a promoção da imagem local, nacional e internacional e induz a prática recreativa das populações.

No caso dos co-produtos os seus produtores conseguem internalizar os benefícios externos gerados através de acordos com parceiros desportivos e sociais, no caso dos benefícios externos, a internalização não se realiza e o produtor desportivo terá de optar por continuar a produzir desporto abaixo do óptimo social.

As características das três funções de produção do desporto, que incluem co-produtos e externalidades, têm consequências para a eficácia da decisão da federação proprietária da actividade desportiva que compete no mercado e para o governo que regula a maximização do bem-estar produzido pelo desporto.

Por exemplo, a co-produção de adeptos e as externalidades desportivas antes existentes deixam de se fazer ao nível económico socialmente desejável, se o financiamento das actividades amadoras se fizer abaixo do óptimo social. Sem o apoio público e sem a manutenção da oferta de factores de produção, como o capital desportivo e o social vital, para a produção de desporto informal e da

recreação, o mercado do desporto deixa de ser auto-sustentável. Os recursos deixam de ser encaminhados para os clubes e sectores da população com menor rendimento, para se concentrarem nas mãos dos maiores clubes e dos empresários. Os clubes profissionais que melhor pagam os factores de produção do desporto profissional substituíram o capital humano gerado pelos clubes amadores nacionais e europeus pela aquisição de capital humano e desportivo com custos mais baixos de outros países, quer no interior da União Europeia, quer de outros continentes. Nos países mais pequenos, a equidade de competição e a auto-sustentação do mercado do desporto europeu, razão do equilíbrio anterior, foi alterada. As ligas de desporto de equipas profissionais tornaram-se indiferentes à erosão dos financiamentos que provocavam na actividade amadora.

A acumulação de capital desportivo, humano e social nos países europeus gerou externalidades de que beneficiam os países de todo o mundo através da participação nos Jogos Olímpicos e na exportação de atletas e de bens e serviços consumidos pela população europeia e fabricados em todo o mundo.

A globalização do sucesso do Modelo Europeu do Desporto tem a marca dos benefícios e do 'saber fazer desporto' apropriados pelas populações e organizações desportivas mundiais.

É através do modelo institucional definido em 2006 pela União Europeia no Livro Branco do Desporto que a actividade desportiva ultrapassa o limite da acumulação nacional de benefícios públicos, para um novo estádio essencial de sustentabilidade das sociedades globais através da geração de bens públicos continentais. A dimensão económica do desporto tornou-se incontornável principalmente com o impacto das externalidades negativas cuja evolução Andreff (2008) e Bourg e Gouguet (2007) traçam.

O sucesso do Modelo Europeu de Desporto é reconhecido pela União Europeia e observa-se nos significativos valores económicos gerados pela actividade recreativa e que a actividade profissional e de alto rendimento se apropria criando por vezes uma 'tragédia dos comuns', enquanto as indústrias europeias do entretenimento, da comunicação social, do turismo e dos bens desportivos

correntes, entre outras, obtêm lucros significativos derivados do consumo desportivo moderno.

Se bem que, o sucesso das ligas profissionais, se observe nas externalidades negativas relacionadas com as posições neoliberais, o crescimento exponencial dos mega-eventos, a acumulação de capital financeiro, a dopagem, a corrupção e a violência, o impacto do desporto mundial e o sucesso Europeu mede-se nos seus resultados mediáticos e os valores da auto-estima nacional e sentido de pertença a novos conceitos globais como a União Europeia são a face oculta do complexo industrial do desporto regulados pelas federações. Ver Bourg e Gouguet (2007)

Na base do sucesso, não só do desporto de alto rendimento mas do desporto como sector económico e social, está a consolidação ao longo do Século XX, com a promoção dos valores da prática desportiva e a formação dos valores desportivos na vida das populações europeias, de um mercado de consumo desportivo exigente na recreação e no alto rendimento e no desporto profissional.

Identificado o produto desportivo, os seus co-produtos e as externalidades do ponto de vista económico é relevante compreender a sua importância.

2.2.1.2.3 FACTOR DE PRODUÇÃO

A compreensão do desporto nos seus fundamentos como produtor de capital desportivo, de capital humano e de capital social é uma das características inexploradas da economia do desporto como foi parcelarmente sugerida por Downward et al (2009: 85) que cita Becker (2007) em relação ao capital humano, Putnam (2000) em relação ao capital social e Bourdieu (1986) ao capital cultural. Destes três conceitos de capital considera-se o capital humano como mais significativo, no âmbito da tese.

O capital humano é um conceito que classifica as capacidades dos indivíduos e é utilizado no mercado de trabalho, o qual segundo Becker (1964) é equivalente aos meios de produção como as fábricas e as máquinas ou as instalações desportivas e os seus equipamentos. Becker, Murphy e Tamura (1990) consideram que as taxas de retorno dos investimentos em capital humano crescem mais à medida que o seu stock aumenta. Referem que esse efeito é mais elevado no capital humano do que no capital físico, porque o primeiro é utilizado mais intensamente e, por isso, o retorno é superior. Os países mais pobres investem em famílias mais numerosas e os países mais prósperos investem na educação dos seus agregados familiares obtendo maiores taxas de retorno do investimento realizado. Os argumentos para melhorar o capital humano relacionam-se com a sua regeneração por exemplo através da melhoria da condição física, na educação e na saúde. A condição física da população, avaliada pelos valores da saúde psíquica e física, é um capital que se cria e se deteriora como outro capital material ou organizacional. A boa forma física nomeadamente a obtida através da actividade física é uma forma de valorização; a doença e a má forma física são a desvalorização. A educação e a saúde surgem como investimentos capazes de valorizar o capital humano, considerando que, ao longo da vida a sua construção começa nos bancos da escola com a aprendizagem do conhecimento, de hábitos de prática desportiva, de prazer por uma condição física adequada, de sociabilidade local e identidade nacional. A criação de hábitos desportivos para a criação de uma boa condição física para toda a vida é um activo que se ganha em todo o período da idade escolar, da infantil à universidade. A boa condição física obtém-se pelo tratamento do corpo através da medicina e da educação física e do desporto. O trabalho voluntário apesar de não ser um emprego formal é considerado como capital humano e quando incluído numa organização ou rede social toma a forma de capital social.

Apesar dos benefícios de capital humano descritos anteriormente há limites económicos à valorização do desporto nesta perspectiva.

O desporto enquanto capital desportivo, humano e social é um factor de produção intermédio que não é quantificado no produto final. O capital

desportivo, humano e social esgota-se com a sua aplicação num determinado período e não é usado em períodos subsequentes, ver Frank e Bernanke (2007). Os produtos finais do desporto são o ensino, o treino e a competição. O capital humano e social é formado pela educação, pelo treino e pela experiência ao longo da vida e que são as externalidades intangíveis não quantificadas e não internalizadas pelos direitos de propriedade regulados na estrutura desportiva privada ou promovidos pela regulação pública.

Para Downward et al (2009) a produção de uma equipa desportiva profissional é economicamente a combinação de trabalho (principalmente dos jogadores), capital e terra (estádios e outras instalações) e clubes que fornecem as equipas para produzirem um produto vendável – o jogo ou a competição. O interesse desta definição é a referência aos elementos básicos da produção como capital humano, capital físico e recursos naturais para a produção de um bem desportivo profissional. O quarto factor que não é referido é a tecnologia, um elemento fundamental no desporto de todas as épocas. Hoje, a luta entre Messi e Ronaldo, mostra como o título de melhor futebolista do mundo é entregue ao que melhor coloca no terreno de jogo qualidades desportivas que se relacionam com as características de inovação tecnológica individuais e colectivas com as equipas que integram.

Deste ponto concluiu-se que o desporto é um capital rico em campeonatos desportivos, humanos e sociais essencial para as sociedades e economias modernas e para a globalização das relações de todas as nações da humanidade.

Como maximizar economicamente a produção de um mercado peculiar como o do desporto será analisado no próximo ponto.

2.3 A DUPLA REGULAÇÃO PRIVADA E PÚBLICA

Em virtude das peculiaridades do produto desportivo e da sua produção, as instituições determinantes para maximizar o produto desportivo e a dimensão económica são a federação, enquanto monopólio competitivo proprietário do direito de produção das actividades desportivas, e as instituições públicas como os governos nacionais e a União Europeia a nível continental.

O capítulo analisa em primeiro lugar a actuação das federações seguindo-se a acção das instituições públicas.

2.3.1 A PROCURA PRIVADA E A PROCURA PÚBLICA

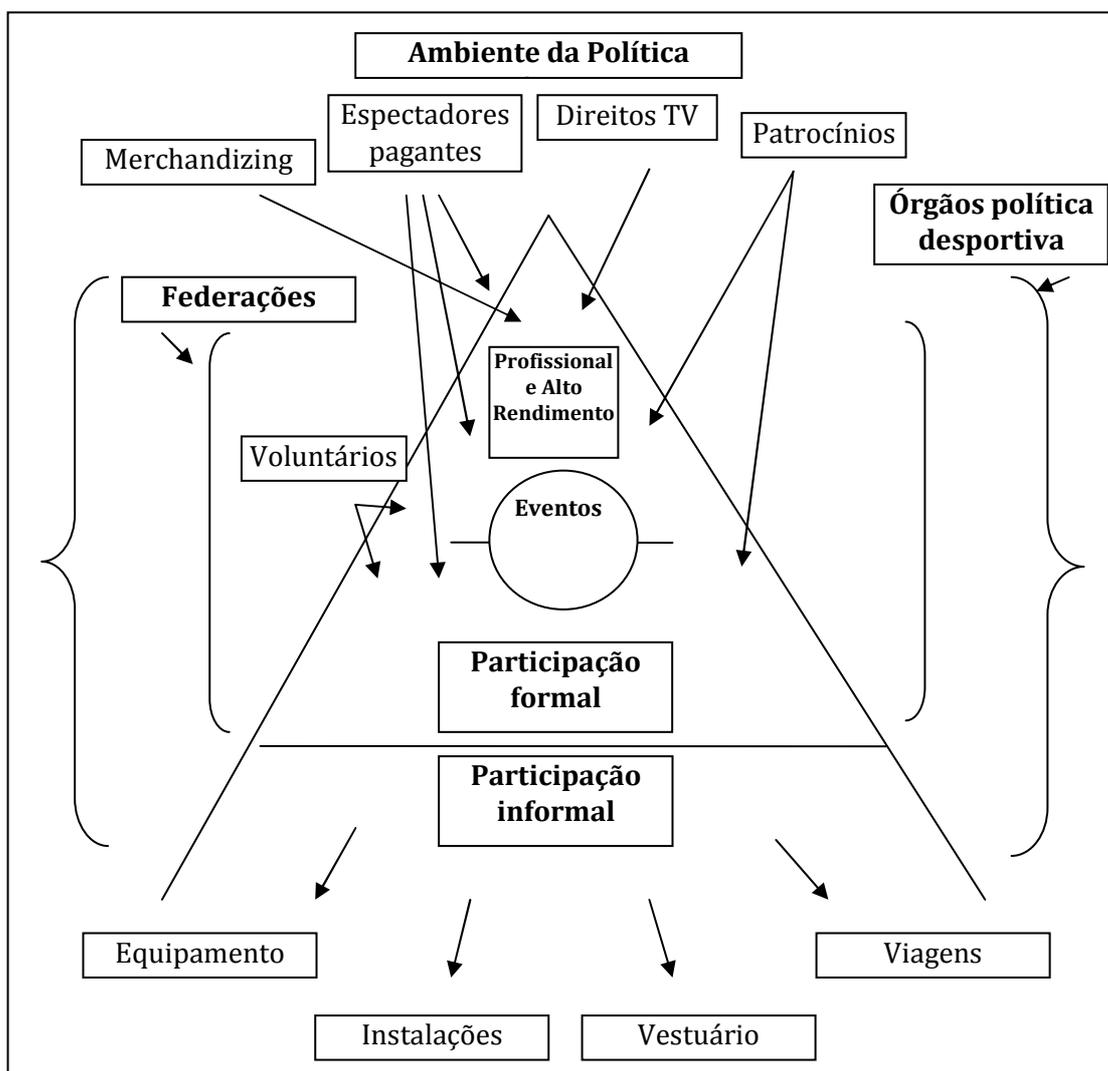
A Figura 2-5 de Downward et al (2009) distingue a pirâmide fechada de produção desportiva formal, da informal situada na sua base. Simultaneamente compreende que a pirâmide possui uma oferta e uma procura privadas enquanto a produção informal tem uma vertente de benefícios públicos regulada ou promovida por instituições públicas.

A perspectiva de Downward et al (2009) centra-se no ambiente de política desportiva que sem reconhecer ou explicitar os direitos de propriedade das federações reforça a procura pública. Quanto à procura privada o prolongamento para além da pirâmide é o desenvolvimento interessante por trazer à colação a importância da participação informal e a sua dependência da actuação das federações. Outra limitação do modelo é a falta de distinção entre a procura privada e a procura pública, as quais poderão ser reguladas pela acção privada das federações e pela actuação das instituições públicas.

A participação informal a recreativa e o alto rendimento enquanto funções de produção sobrepostas dependem tanto da regulação privada da federação como da regulação pública visando a promoção de bens públicos que as três funções de produção geram.

Sendo este exemplo do lado da oferta, Downward e Riordan (2007) apresentam a estrutura da procura da população britânica, através da análise de clusters e do modelo de Heckman tendo formalizado 3 clusters onde identifica lazer, recreação e desporto e sugerindo uma equivalência empírica entre a oferta e a procura.

É importante analisar os mecanismos económicos da procura privada que integram a pirâmide de produção desportiva e os da procura pública que reforçam a privada e a potenciam.



Fonte: Gratton e Taylor (2000) com melhorias de Downward, et al (2009: 38) distinguindo a actividade formal da informal e sugerindo a actuação das federações e dos órgãos de política desportiva.

FIGURA 2-5 – AMBIENTE DA ECONOMIA DO DESPORTO

Observe-se agora a distinção entre a procura desportiva privada e a procura desportiva pública em termos económicos.

A procura desportiva é a relação entre os preços e a quantidade procurada. Os factores que determinam a procura dos serviços desportivos relacionada com as ligas profissionais americanas, segundo Fort (2003: 20), são:

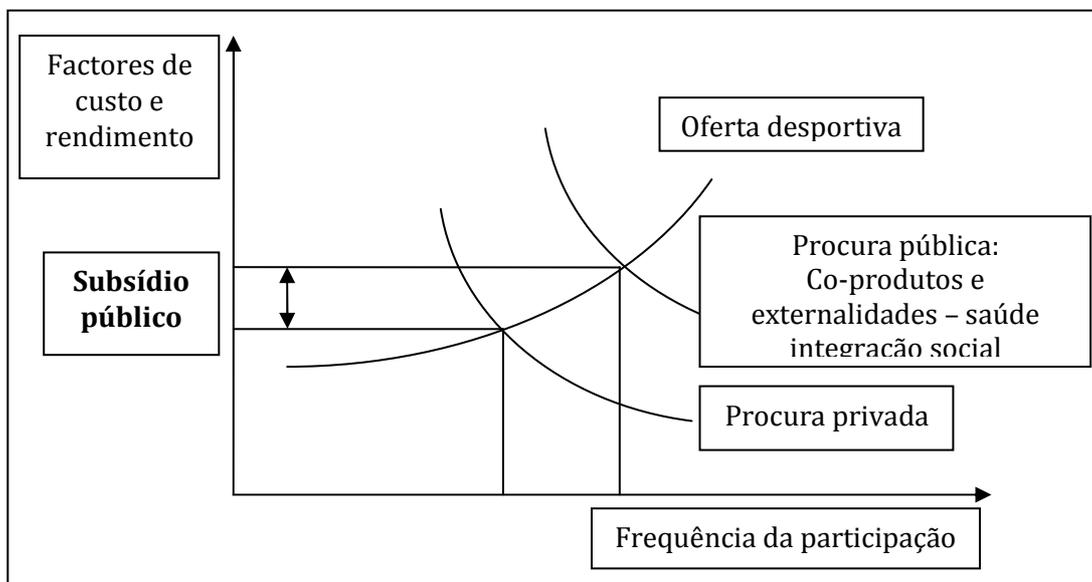
- Preferências ou gastos dos adeptos desportivos;
- O rendimento dos adeptos;
- Os preços de outros bens que os adeptos apreciam;
- A expectativa do adepto para o futuro;
- A população da cidade.

Uma perspectiva mais ampla de Gratton e Taylor (2000) relaciona a procura social da prática informal e recreativa que identificam com a procura de desporto como investimento e o desporto como inspirador de estilo de vida activo. Desde Rodgers (1977) foram definidos filtros sociais relacionados com a idade, sexo, rendimento, educação, classe social, mobilidade e outras características dos consumidores e a existência de um mercado desportivo potencial definido pela literacia desportiva, perfil de especialização desportiva, motivação, contacto com o desporto, perfil de oportunidades, imagem do desporto, acesso às instalações, tempo livre, custo dos bens e serviços desportivos.

As abordagens de Rodgers, Gratton e Taylor e Fort ilustram as condicionantes das preferências individuais que são explicadas na curva da procura privada que gera co-produtos como a aprendizagem das actividades desportivas pelos jovens e que quando crescem continuam a consumir outros produtos dessa mesma actividade enquanto adultos e ao envelhecer. Existe, por isso, em teoria uma curva de procura social superior relativamente à procura privada e que para um mesmo nível de despesa privada corresponde a uma frequência desportiva superior referida por Szymanski (2010). A produção privada de desporto é inferior às necessidades sociais como se observa na Figura 2-6.

A necessidade de produção social justifica-se porque gera um produto superior, principalmente na produção recreativa para maximizar o alto rendimento e a

geração de externalidades humanas, económicas e sociais. O óptimo social do desporto alcança-se com a regulação pública que através de subsídios permite um consumo superior à respectiva população. A Figura 2-6 mostra a dimensão do subsídio público para aumentar a procura privada para o nível de procura pública financiando os custos dos factores de produção.



Fonte: Szymanski (2010).

FIGURA 2-6 – PROCURA PRIVADA E PÚBLICA E SUBSÍDIO PÚBLICO

2.3.2 ACTUAÇÃO DAS FEDERAÇÕES

A superioridade da racionalidade das ligas na produção de competições profissionais que medem a actividade física especializada e padronizada é a razão para a preferência pelos investigadores económicos por modelos de produção desportiva que sintetizam a realidade económica das ligas. Ver Kesenne (2007).

A perspectiva da produção desportiva nacional baseada na competitividade das federações exige que se justifique a razão pela qual as federações podem assumir a racionalidade da produção desportiva constituída por actividades informais, recreativas e profissionais.

Seguidamente discutem-se os direitos de propriedade e as características da regulação privada em três pontos:

- O primeiro ponto descreve os direitos de propriedade do mercado de agentes desportivos que lidam com a escassez económica sobre a qual pretendem alcançar benefícios através da racionalidade dos seus actos e da competitividade;
- Os dois últimos pontos são essenciais porque estabelecem que a eficiência das federações na internalização cruzada de externalidades e na competição entre estruturas federadas concorre para a maximização do bem-estar social nacional e europeu.

2.3.2.1 DIREITOS DE PROPRIEDADE

Economicamente, uma das condições fundamentais para que um mercado seja eficiente é que os direitos de propriedade dos agentes que nele actuam sejam bem definidos.

Os direitos de propriedade da produção desportiva passaram da dimensão de política pública nacional, que o próprio tratado fundador da União Europeia, o Tratado de Roma, não equacionava, para a da eficiência de mercados multilaterais com corporações globais²⁶ com finalidade lucrativa e instituições sem finalidade lucrativa.

Os direitos de propriedade são relevantes na determinação dos custos de transacção no interior da cadeia de valor acrescentado de cada modalidade, dentro do mercado do desporto nas relações entre as diferentes federações e, para o exterior do mercado, a montante e a jusante e horizontalmente entre sectores da actividade. O Relatório Independente da UEFA e da União Europeia, em 2005, é o primeiro documento a estabelecer a nova

²⁶ Sobre o crescimento da importância das corporações desportivas transnacionais ver Andreff (2008), Bourg e Gouguet (2007) e Manzenreiter (2007).

complexidade das relações e dos comportamentos no seio das federações ao reconhecer os direitos de propriedade dos parceiros do futebol.

O estudo sobre a Conta Satélite do Desporto iniciada pela Áustria em 2006 indica que “uma parte crescente do valor económico desportivo está ligada a direitos intelectuais de propriedade”. Esta parte do valor económico relaciona-se com o alto rendimento e actividades desportivas profissionais e a digitalização e mediatização da sua imagem. Outra parte dos direitos económicos de propriedade relaciona o desporto amador e as externalidades e o reconhecimento destes direitos são o desafio real para a economia do desporto regulada pelas federações.

Os direitos de monopólio exercidos pelas federações que competem entre si pelo consumo das populações seriam impossíveis sem direitos de propriedade bem definidos. O direito de propriedade das federações desportivas no mercado de competição monopolística é reconhecido a nível europeu e mundial por governos, empresas e instituições variadas, segundo Downward et al (2009).

Chapellet (2010) distingue vários tipos de leis que regulam a produção da actividade desportiva e que importa abordar brevemente. Existem três tipos de ‘regras desportivas’ segundo Chapellet (2010) as regras do jogo, as regras de competição e as regras dos clubes.

As *regras do jogo* são as regras técnicas de acordo com as quais um dado desporto é jogado. Para o objectivo da tese estas regras são as que permitem, por exemplo, que um jogo de futebol seja praticado ou produzido da mesma forma em Portugal e nos antípodas, na Nova Zelândia. São definidas pela International Football Association Board (IFAB) e adoptadas pela federação mundial proprietária dos direitos de produção da actividade desportiva globais, no caso do futebol, a FIFA. Para uma federação, um clube, uma empresa ou um jogador nacionais produzirem um jogo de futebol, têm de se cingir a estas regras sob pena de estar a produzir outro produto desportivo e, nesse caso, são excluídos da estrutura da FIFA. Esta tem regras de descentralização da aplicação das regras e dos modos formais e informais de resolver os litígios

emergentes. Para o espaço da União Europeia as regras do jogo são da exclusiva responsabilidade da estrutura institucional da actividade desportiva como reconhecido primeiro pelo Relatório Independente e depois pelo Livro Branco do Desporto, desde que não choquem com as leis fundamentais da União Europeia, o mesmo se passando genericamente nos países em relação às federações nacionais.

As regras dos clubes são os estatutos de toda a organização desportiva que obriga os seus membros e gozam de graus de autonomia equivalentes às regras anteriores. O seu objecto são a forma como o clube se constitui e dissolve, como actua, como elege os dirigentes, resolve os seus conflitos e participa em campeonatos desportivos entre outras actividades de carácter associativo ou empresarial. Há diferenças entre os clubes e empresas dos diferentes países devendo estes contudo responder às regras emanadas da FIFA para garantir a igualdade de capacidade competitiva entre todos os participantes nas suas actividades.

As regras de competição referem-se à organização das competições as quais possuem uma estrutura básica definida pela FIFA e que têm em cada continente e em cada país características nacionais assegurando a autonomia e a sustentabilidade da produção nacional. Estas regras de competição possuem no Comité Olímpico a excepção de uma competição que é propriedade não de uma federação mas de um Comité Internacional para organizar de quatro em quatro anos o conjunto de competições desportivas de topo de vinte e seis actividades desportivas de verão e sete de inverno, ver o site do COI (2010). As regras das competições são importantes porque é através delas que parte significativa das receitas desportivas é obtida em competições de todos os tipos em toda a estrutura competitiva de cada actividade. Os parceiros privados das federações, sem e com finalidade lucrativa, dependem destes direitos para a sua viabilidade económica.

Perante a complexidade de harmonização das leis desportivas e dos princípios europeus a União Europeia, depois de elaborado o Livro Branco do Desporto (2007), discute com dezasseis modalidades colectivas questões como as

seguintes: estrutura dos campeonatos e calendários, o carácter nacional dos campeonatos, o movimento dos jogadores entre as equipas, a participação em eventos desportivos, a participação dos jogadores nas selecções nacionais, a dopagem e outras questões disciplinares, sistema de licenciamento dos clubes, propriedade dos clubes no mesmo campeonato, a actividade dos agentes dos jogadores, treino local dos jovens, venda de direitos comerciais, a estabilidade financeira dos clubes, solidariedade desportiva e financeira, arbitragem como um mecanismo de resolução de disputas, propriedade intelectual e a integridade do desporto em relação às apostas de azar e fortuna.

O debate da União Europeia com as federações incide sobre as funções inerentes aos direitos de propriedade das actividades desportivas e são o reconhecimento da relevância da regulação privada por parte das federações para maximizar o bem-estar social europeu. Recentemente a definição de regras sobre o *fair-play* financeiro surge a par da crise do sistema financeiro mundial, e que se podem considerar integrar a redefinição dos direitos de propriedade da pirâmide de produtos desportivos relativa às actividades desportivas profissionais.

2.3.2.2 FUNÇÕES DESPORTIVAS, SOCIAIS E FINANCEIRAS E ECONÓMICAS

O objectivo da federação como um proprietário e regulador de serviços do desporto com benefícios públicos é maximizar os benefícios dos parceiros privados e também dos objectivos públicos financiados pelas instituições públicas como o governo. Na Europa dos anos noventa, a função das federações alterou-se amplificando as responsabilidades de regulação privada com funções como, por exemplo, as financeiras que levaram à criação do *fair-play* financeiro e simultaneamente a responsabilizar-se pelas funções sociais que antes a actuação pública nacional resolvia. A característica do índice de associativismo referido por Gratton e Taylor (1985) segundo Weisbrod (1978), alterou-se como notaram Andreff e Staudohar (2002) referindo que os clubes de topo assumiram funções financeiras e económicas que levaram a União

Europeia a valorizar o direito de propriedade da estrutura federada do desporto europeu.

As funções sociais relacionam-se com a equidade e o bem-estar social que dependem fundamentalmente da regulação pública. As funções financeiras e económicas como os custos de produção e de transacção são funções reguladas pelas regras do jogo que constituem a regulação privada das federações desportivas e das suas agências bem como as ligas profissionais. As funções sociais assumem eficiências económicas distintas na produção de actividade informais, recreativas e de alto rendimento.

A missão económica das federações toma dimensões privadas e sociais para responder aos seus objectivos de produção desportiva, ao seu produto económico e às externalidades e intangibilidades do alto rendimento relacionando-se com a eficiência económica do seu mercado a saber:

- Produção desportiva comporta:
 - A definição das leis do jogo incluindo os campeonatos, a sua hierarquia e actividades oferecidas, as condições físicas da prática desportiva, a distribuição de pontos, arbitragem;
 - O equilíbrio da competitividade das equipas e dos campeonatos;
 - O movimento dos jogadores e a definição de direitos de propriedade dos agentes sem e com finalidade lucrativa;
- Desenvolvimento e economia engloba:
 - A protecção dos direitos dos parceiros como os jogadores, treinadores, dirigentes, adeptos, investidores, líderes das comunidades, empresários de jogadores, sindicatos de jogadores, gestores, proprietários e patrocinadores;
 - A doação aos contribuintes, aos adeptos e aos consumidores das respectivas modalidades do produto desportivo que procuram;
- Prestígio institucional representado pelos seguintes elementos:
 - A identidade cívica da modalidade;
 - O prestígio da actividade desportiva;
 - O estatuto das estrelas.

A actuação da União Europeia no desporto continental foi alertada por novos factores gerados pelo bem-estar das populações predispostas a consumir os feitos dos atletas de excelência das modalidades desportivas de alto rendimento e profissionais, pelos desenvolvimentos da tecnologia e pelo crescimento da importância financeira dos mega-eventos desportivos e das transacções do mercado mundial de bens e serviços desportivos.

As ligas profissionais, enquanto produtores dos espectáculos desportivos de topo, foram as organizações que assumiram as transformações financeiras e económicas e que a União Europeia decidiu fossem reguladas pelas federações.

Downward et al (2009) distinguem o desporto amador europeu do profissional e do norte-americano, bem como dois períodos de transformação do desporto europeu entre o início do século e os anos oitenta, antes e depois.

As federações europeias incluem, no Quadro 2-1 o desporto amador, na coluna 1, e o profissional, nas colunas 2 e 3. O desporto das ligas norte-americanas, na coluna 4, surge como mais simples não incluindo as competições de nível inferior e os campeonatos escolares e universitários equivalentes ao desporto amador europeu.

O quadro distingue as transformações na propriedade, finanças, redistribuição, formas de competição, estrutura da liga, localização da equipa e mercado de trabalho. A esta concepção de ligas falta a existência de federações com funções de regulação superiores entre o informal, a recreação e o alto rendimento. O modelo prosseguido na análise de Downward et al (2009) é o das ligas norte-americanas cuja racionalidade de produção desportiva está localizada no mercado, numa solução coaseana, enquanto a solução da União Europeia que inclui a amadora e a profissional é uma solução pigouviana na perspectiva de uma instituição reguladora privada. O desporto amador e o desporto de alto rendimento europeus produzem segundo a racionalidade de uma instituição que internaliza os benefícios externos dos seus parceiros desportivos, como sustenta Pigou (1920), a regulação, visando a maximização da procura social.

QUADRO 2-1 – EVOLUÇÃO DAS LIGAS DESPORTIVAS

	Desporto europeu			Estados Unidos
Base de comparação	1 – Amador (tradicional e corrente)	2 – Tradicional (1900-1980s)	3 – Contemporâneo (1980s em diante)	4 – Tradicional e corrente
Propriedade	Membros	Pequeno número de shareholders	Empresas por acções, companhias de media Investimento empresarial	Propriedade privada (previamente algumas colectivas) Companhias de media
Finanças	Quotas dos membros, subsídios e doações, hospitalidade Receitas de bilheteira, alguma publicidade e patrocínios (mais para os melhores)	Receitas bilheteira (p.ex. 68%-96%) Patrocínios industriais e subsídios (p. ex. Fiat, Bayer, Peugeot 4%-21%) Patrocínios (p. ex. 5%-35%) Merchandizing (p. ex. 1,4%-11%) Direitos de televisão (p. ex. 0%-33%)	Receitas bilheteira (p. ex. 50%-20%) Patrocínios (p. ex. 20%-25%) Merchandizing (p. ex. 10%-34%) Direitos de televisão (p. ex. 15%-39%)	Receitas bilheteira Patrocínios Merchandizing Subsídios aos estádios Direitos de televisão locais e nacionais
Redistribuição	Nenhuma	Repartição receitas bilheteira Repartição direitos televisão Salários máximos e limites salariais Sistemas de transferências	Alguns rendimentos de televisão Alguns limites salariais Sistema de transferência modificado	Repartição receitas bilheteira Repartição de direitos de televisão nacional Drafts Opção de reserva (modificado ao longo do tempo) Limites salariais
Formas de competição	Competições tradicionais, taças a eliminar, ligas ao mais alto nível Todas nacionais embora digressões informais	Ligas nacionais Nacionais e internacionais Taças	Ligas nacionais Torneios internacionais de eliminatórias	Ligas nacionais e play-offs
Estrutura da liga	Subidas e descidas verticais	Subidas e descidas verticais	Subidas e descidas verticais	Fechadas Os jogadores desenvolvem-se nas ligas inferiores e nos colégios
Localização da equipa	Tradicional / cidades com mais do que um clube	Tradicional / cidades com mais do que um clube	Tradicional / cidades com mais do que um clube Algum franchising	Franchise / monopólio local
Mercado de trabalho	Voluntários locais	Local desenvolvido em nacional e internacional	Nacional e internacional	Tradicionalmente nacional p. ex. futebol Algum desenvolvimento internacional

Fonte: Downward et al (2009: 198).

Cafferata (2004) resume algumas das transformações significativas que apontam para funções novas a assumir pela regulação das federações:

- Integração crescente entre produtores desportivos (associações desportivas ou companhias, atletas individuais), distribuidores de desportos (tanto os media e outras organizações como as companhias de Internet, agências publicidade, operadores turísticos, escolas e universidades), patrocinadores das actividades desportivas industriais e/ou financeiros (patrocinadores) (alto rendimento);
- Envolvimento directo de empresas multimédia na criação de eventos desportivos e no financiamento e/ou no controle das grandes organizações desportivas: esta participação implica a diversificação dos multimédia (complexidade da estrutura de competição);
- Conversão das instalações desportivas tradicionais em novas instalações atractivas, com valias alargadas no entretenimento dos espectadores (novas actividades de futsal e futebol da praia);
- Transformação de muitas organizações desportivas em empresas cotadas em bolsa, a qual implica o adopção de princípios de gestão desconhecidos destas organizações (finalidade lucrativa);
- Intensificação da competitividade entre desportos diferentes, todos competindo para atrair recursos financeiros e ganharem importância no mercado (competição entre actividades desportivas diferentes);
- Aumento da competição entre patrocinadores que forneçam o apoio técnico e financeiro aos atletas assim como às organizações desportivas (imagem parceiros);
- Nova visão dos jogos e competições desportivas – particularmente onde atletas estrelas e/ou os melhores clubes actuam – o que envolve a gestão de eventos desportivos complexos (luxo no topo);
- Multiplicação das autoridades desportivas regulando nacional e internacionalmente (regulação privada).

As funções definidas por Cafferata (2004) dando uma ideia da complexidade crescente das funções federadas exigem que se avance para distinguir as características distintivas do informal, da recreação e do alto rendimento.

A distinção entre o informal, recreação e alto rendimento observa-se melhor através das características peculiares do mercado do desporto que é equivalente a outros como, por exemplo, o da informação.

2.3.2.3 CONCORRÊNCIA MONOPOLISTA DAS FEDERAÇÕES

Este ponto analisa a actuação das federações no mercado de concorrência monopolista.

A primeira constatação é que as federações tendo direitos de propriedade sobre produtos desportivos diferenciados, principalmente serviços de formação treino e competição, as suas estruturas piramidais de produção, clubes, ligas e associações, competem entre si.

As federações prosseguem princípios económicos segundo o qual a escassez leva à racionalidade da produção e à competição, como referido por Fort (2003).

Observemos em primeiro lugar a evidência científica de Petry et al (2004) e MacDonald (2008) sobre a competição entre as federações. Petry et al (2004) referem que os sistemas do alto rendimento não são apenas parceiros (como por exemplo na luta contra o doping) mas estão também em competição uns com os outros e com os sistemas desportivos exteriores à União Europeia para aumentarem o consumo dos seus produtos desportivos pela população nacional e estrangeira. O artigo de MacDonald (2008) na revista *The Age* de Melbourne noticia a competição nacional entre as quatro modalidades – futebol australiano, liga de rugby, *Rugby Union* e futebol – que tendo expandido a sua participação nos últimos cinco anos e alcançado o valor significativo de 21 milhões de praticantes ponderam crescer nos 5 anos seguintes, para além da alta competitividade do desporto australiano que conta outras modalidades como o cricket, corridas de super carros V8 e corridas de cavalos.

Para competirem com eficiência contra outras actividades desportivas as federações internalizam os benefícios externos intangíveis de ambos os

segmentos, recreação e alto rendimento, e racionalizam a co-produção tanto da actividade amadora como da profissional.

Se bem que o produto desportivo mais apreciado seja a competição de topo, como referem Fort (2003) e Kesenne (2007), as federações produzem múltiplas variantes da mesma actividade desportiva que distinguem verticalmente em ligas com clubes e atletas de igual nível competitivo e económico maximizando a incerteza de resultados que interessam a praticantes de diferentes escalões etários, sexo e capacidade competitiva e aos espectadores de cada nível de especialização de determinada actividade desportiva.

Cada liga²⁷, de acordo com Downward et al (2009) e Fort (2003), regula a actividade desportiva e económica de forma a evitar o aparecimento de clubes demasiado fortes ou demasiado fracos para manterem a incerteza de resultados e o interesse de competições equilibradas entre clubes de igual valia. As ligas são organizações especializadas na produção de uma única actividade desportiva e que se estruturam verticalmente no seio de uma dada federação. As ligas são clusters de competição desportiva entre equipas e atletas equivalentes. Individualmente cada liga tem um valor desportivo superior à liga anterior e um valor desportivo inferior à liga que se lhe segue na direcção do topo da competição.

As federações competem com as suas estruturas piramidais de produção desportiva integrando clubes, empresas e ligas. O seu objectivo é que a sua estrutura competitiva seja em cada nível suficientemente interessante desportivamente para obter benefícios da competição com outras federações que oferecem actividades desportivas alternativas ao consumo da população.

A diferenciação dos produtos do mercado de competição monopolista pode realizar-se segundo o estilo ou o tipo, a localização e a qualidade. No desporto, as federações oferecem as suas actividades desportivas como o futebol,

²⁷ Na tese usa-se o conceito de liga enquanto instituição produtora de um campeonato específico profissional ou amador. As divisões amadoras são aqui consideradas por simplicidade de análise como ligas. A liga de clubes profissionais em Portugal tem 32 clubes que competem em vários campeonatos profissionais: I Liga, II Liga e Taça da Liga. Estes 32 clubes profissionais têm acesso às competições com clubes amadores organizados pela federação como a Taça de Portugal.

atletismo, voleibol, basquetebol, triatlo, canoagem, etc., divididos por disciplinas e adequadas à idade, sexo, e à prática amadora e profissional do praticante. Para cada um destes segmentos cada federação oferece pacotes diferenciados de três serviços básicos:

1. A *formação desportiva* visando a aprendizagem da prática;
2. O *treino da actividade* para conseguir praticá-la melhor após a formação e ter um maior atractivo no seu consumo;
3. A *competição desportiva* que visa aferir a qualidade tanto a formação ministrada quanto os resultados do treino.

Estes três serviços estão presentes em todos os serviços desportivos dos clubes e das empresas que produzem uma determinada actividade desportiva. Por exemplo a formação, o treino e a competição de um praticante recreativo é diferente da formação, do treino e da competição a que está sujeito uma estrela de uma actividade desportiva sendo que ambos jogam futebol e cada um tem uma diferente acumulação de capital humano, físico e desportivo.

Cada federação compete com as outras federações com pacotes de serviços desportivos adequados à predisposição de consumir das populações visando atrair uma maior fracção de consumidores superior à das federações suas concorrentes.

Observe-se agora a estrutura federada como organização económica monopolista. Na concorrência perfeita todos os agentes são de dimensão igual, negociam os mesmos produtos e não determinam o preço do mercado estando em concorrência com todos os outros produtores presentes no mercado. Ver por exemplo Frank e Bernanke (2007) e Krugman e Wells (2007).

Este mercado não existe no desporto porque cada federação possui direitos de propriedade mundiais, continentais e nacionais para a produção da sua actividade e, mesmo que por muito pouco, pode determinar o preço do seu bem desportivo. Outra diferença entre os mercados de concorrência perfeita e os mercados de desporto é que nos mercados de concorrência perfeita não existem externalidades que, como observado anteriormente, o desporto produz

abundantemente e que são um benefício para a sociedade e para a economia. O Estado reconhece esta 'falha' do mercado do desporto e incentiva a produção monopolista e a geração de ainda mais externalidades, o que não acontece no mercado de concorrência perfeita.

Qual é então o modelo económico de cada federação que possui o direito de propriedade de uma determinada actividade desportiva?

Os monopólios em competição diferenciam os seus produtos para conseguirem formar um preço mais elevado através da diversificação do seu produto. O mercado da competição monopolista tem um grande número de produtores em competição com produtos diferenciados e com livre entrada de competidores no longo prazo.

No desporto, cada federação nacional tem dezenas de competidores que são produtores de actividades desportivas diferenciadas por algum atributo. Cada federação tem o direito de propriedade protegido pela lei para produzir ou dar o direito de produzir a um terceiro, clube ou liga, por exemplo, e que é diferente dos produzidos por outras federações. Os produtos desportivos de cada federação são considerados substitutos próximos. A diferenciação do produto que a lei dá à federação permite a si e aos seus agentes definir o preço, tendo um poder de mercado, mesmo que relativo. Ao longo de todo o século XX, as federações foram criadas em todos os países e hoje há países com centenas de federações em competição havendo liberdade de entrada no mercado e também a possibilidade de falência para as federações cujas actividades desportivas deixam de ter a preferência de consumo por parte dos consumidores de bens desportivos.

Outra característica observada do mercado monopolista das federações é que as externalidades geradas produzem relações em rede entre os seus clubes e empresas através das associações e das ligas de clubes. Quanto maior for a rede de externalidades geradas maior é o impacto para que, por exemplo, mais pessoas consumam a actividade dessa federação. Existe assim uma retroacção positiva pela geração de externalidades cruzadas. Com o crescimento das externalidades e dos consumidores as federações ganham

uma maior massa crítica de consumidores assegurando patamares mínimos de massa crítica que lhes permitem oferecer novas actividades com novas características desportivas, de produção e de preço.

Uma federação só consegue aceder a organizar um campeonato profissional com uma base amadora significativa. Para conseguir um campeonato nacional, europeu ou mundial a estrutura mínima de massa crítica cresce e há federações que conseguem criar essa massa crítica mundial e outras federações não o conseguem. O caso paradigmático é o da patinagem que tendo tido a oportunidade em determinada altura nos Jogos Olímpicos de Barcelona em 1992, para ficar no programa olímpico, falhou a captura dos patins de rodas em linha que lhe daria a massa crítica mundial através dos países que possuem desportos de inverno e o respectivo hóquei no gelo. Falhada a alteração tecnológica para os patins em linha, a patinagem voltou a ser uma modalidade de expressão regional e não global. O caso do rugby é o da modalidade que aposta na disciplina do rugby de sete para conquistar os Jogos Olímpicos e a expressão global que o rugby de 15 não consegue. Os dois exemplos mostram a importância da massa crítica para as federações desportivas alcançarem uma expressão global.

Segundo Krugman e Wells (2007) a acumulação de massa crítica é uma necessidade da concorrência monopolista. As grandes federações conseguem produzir atletas, competições e mega-eventos de maior dimensão económica e social do que as federações de menor dimensão. O Estado está atento a esta dimensão crítica das federações e financia o desenvolvimento do consumo desportivo garantindo às federações o desenvolvimento sustentado das suas actividades. Pode acontecer também que as federações em vez de assegurarem a massa crítica para formarem um campeonato nacional competitivo e aceder a competições internacionais, tenham um decréscimo de consumo que lhes retira a possibilidade de desenvolvimento sustentado. Para garantir os desafios do crescimento da massa crítica dos monopólios competitivos, a produção de formação e treino desenvolvido pela actividade informal e pela actividade de recreação é fundamental para assegurar os níveis de consumo adequados à massa crítica de desenvolvimento sustentado. A

competição entre as federações faz-se competitivamente nas 3 funções de produção para lhe garantir alcançar a massa crítica que lhe permite oferecer os seus serviços à maior parte da população e alcançar níveis de resultados internacionais superiores.

Em conclusão, demonstrou-se que o mercado das federações desportivas não é um mercado de concorrência perfeita mas uma competição monopolista entre instituições com direitos de propriedade definidos a nível mundial, continental e nacional. Esta abordagem será a suficiente para compreender a primazia que as federações possuem da regulação do mercado do desporto, o que permitirá suportar a análise da produção em pirâmide das actividades desportivas e a dupla regulação privada e pública peculiar deste importante mercado mundial.

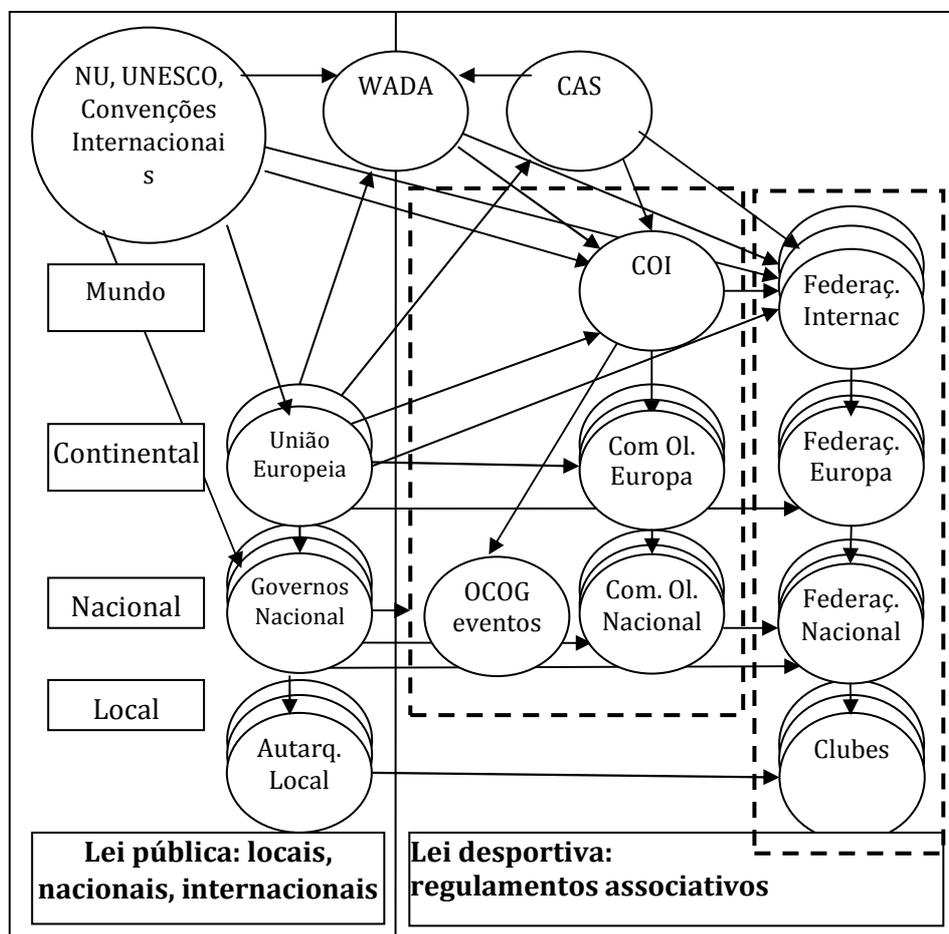
2.3.2.4 OS NÍVEIS NACIONAL, CONTINENTAL E MUNDIAL

A cooperação entre os clubes para articularem actividades recreativas simples e competições de complexidade e grau de exigência físico crescente transforma-se sucessivamente de regional e nacional em continental e, seguidamente, em internacional, cobrindo os cinco continentes. Cada um dos três níveis nacional, continental e mundial correspondem a direitos de propriedade e regras de competição próprias capazes de regular interesses desportivos, económicos e sociais de amplitude crescente gerados por determinada actividade desportiva.

O mercado de competição das federações nacionais é a população nacional. O objecto de decisão nacional é a maximização do seu produto total constituído complementarmente por actividades amadoras e profissionais reguladas pela federação nacional. Ver a Figura 2-7.

No nível institucional imediatamente a seguir, o da federação continental respectiva, o objecto é o consumo da respectiva actividade pela população do continente, somando o valor da procura de todas as federações inscritas na federação continental. Acima das federações continentais, a federação mundial

tem por objecto maximizar da oferta da actividade desportiva à população mundial a fim de capturar a mais-valia das competições de topo sob a sua égide.



Nota: NU – Nações Unidas, WADA – *World Anti-Doping Agency*, CAS – *Court of Arbitration for Sport*, COI – *Comité Olímpico International*, OCOG – *Organizing Committee for the Olympic Games*. O tracejado demarca os direitos de propriedade do Comité Olímpico Internacional e das Federações Internacionais em relação a cada uma das respectivas estruturas de produção de eventos e de prática desportiva.

Fonte: Chappelet 2010 EPAS document restrictions to autonomy / Europe White Paper / European Council

FIGURA 2-7 – ESTRUTURA DA AUTONOMIA DAS ORGANIZAÇÕES DESPORTIVAS

A integração do desporto do continente europeu é a base da competição da União Europeia no mercado desportivo mundial.

2.3.3 A FALÊNCIA DAS FEDERAÇÕES E A ACTUAÇÃO DO ESTADO

Barros (2003) referiu na análise DEA às actividades de treino das federações que a maioria das federações desportivas não melhorava a sua eficiência económica.

A análise da correlação entre a eficiência técnica e a afectação de eficiência nos quatro anos mostrou que existe um grau elevado de correlação e flutuação no período, significando que quando a eficiência técnica cresce também cresce a afectação de eficiência. São estes resultados visíveis na produtividade? A ineficiência técnica é uma consequência de um ou mais dos seguintes factores: a) rigidez sub-estrutural associada ao padrão de propriedade (por exemplo: o padrão não-lucrativo das federações desportivas pode induzir a relação principal-agente (Jensen e Meckling (1976))); b) a rigidez estrutural associada com o mercado de trabalho; c) acesso desigual à informação sobre as actividades; d) as folgas temporais na aquisição de nova tecnologia e o igualmente necessário aumento de perfis de conhecimento; e) sistemas de incentivo diferenciados; f) factores organizacionais associados com a eficiência-X (Liebenstein (1966)); g) factores organizacionais associados com o capital humano, como a falta de incentivo para a melhoria da eficiência; e h) factores dimensionais associados com a escala e as economias de escala. Devido a alguns ou a todos estes factores as federações podem produzir níveis inferiores ao seu potencial, que é o máximo de output possível, dado o contexto de produção que se aplica a uma determinada actividade desportiva. Com cada federação a controlar a estrutura monopolista da sua actividade há pouca competição no interior da actividade e os parceiros podem adoptar controlos mínimos dos procedimentos de gestão. Neste contexto há uma falta de incentivos para a gestão adoptar uma estratégia baseada nos recursos.

A ineficiência de afectação surge quando falha a aplicação dos seus recursos de acordo com os preços de mercado. Os subsídios públicos podem induzir a distorção da percepção dos preços de mercado que impede as federações de alcançar a eficiência de afectação. As restrições legais do mercado de trabalho são contributos para estes resultados de ineficiência.

O padrão que emerge do estudo de Barros (2003) é: 1) modalidades de equipa (por exemplo: andebol e basquetebol) são mais eficientes do que algumas modalidades individuais (por exemplo: triatlo e lutas amadoras); 2) modalidades mais 'caras' (por exemplo: ciclismo) são menos eficientes; 3) federações pequenas (medidas pela sua relevância no mercado) são menos eficientes do que as maiores. O racional deste padrão é que existem economias de escala no treino desportivo, com os desportos colectivos atingindo uma maior eficiência do que os desportos individuais. Para além destes pontos os desportos mais caros têm a participação individual e são também sujeitos a economias de escala e possível indivisibilidade do processo de produção que os impede de alcançarem a eficiência relativa. Finalmente, as federações com maior repartição de mercado são provavelmente levadas a aumentar a sua influência de mercado usando procedimentos eficientes.

Que razões estão por trás das diferentes performances observadas? A razão relaciona-se com a eficiência da competitividade entre clubes que produzem a actividade desportiva de que a federação é proprietária e procuram maximizar o produto do clube. A qualidade da regulação da federação é decisiva para criar condições de competitividade enquanto o fracasso da regulação da federação contribui para a falência dos clubes e do consumo da modalidade e a prazo, para a falência da própria federação.

A função do Estado resulta da resolução das falhas detectadas no mercado desportivo e visando a maximização do bem-estar social.

2.3.3.1 SOLUÇÃO DAS FALHAS DE MERCADO, PIGOU²⁸ E COASE²⁹

Na Europa as peculiaridades da produção desportiva, como os benefícios externos, são internalizadas pelo Estado. A produção de externalidades positivas é promovida com incentivos públicos chamados pigouveanos quando

²⁸ Pigou (1920).

²⁹ Coase (1960).

a definição de preços no mercado não permite a internalização dos benefícios externos produzidos e a procura social. Com a definição e a remuneração pública, complementando as externalidades tornam-se co-produtos cuja racionalidade de produção é regulada simultaneamente pelas federações e pelo governo, ver Gratton e Taylor (2000). A internalização pela regulação privada não substitui a pública porque se referem a externalidades distintas. A internalização de externalidades pelas federações visam incentivar a produção de capital desportivo consumido pelos agentes privados no interior do processo produtivo do desporto. O incentivo do Estado visa a produção de capital humano, social e cultural ao nível da procura social, ver Szymanski (2010). Nos Estados Unidos a produção de externalidades é incentivada por mecanismos coaseanos relacionados com o comportamento dos agentes privados que actuam com finalidade lucrativa, em MacDonald (2010).

A relevância da estruturação vertical e horizontal das funções de produção descritas observa-se nas falhas de mercado da produção recreativa e da produção de alto rendimento. Borland (2006) e Késenne (2007) para definirem a actividade das equipas desportivas profissionais consideram que as equipas profissionais não têm custos de transacção com as ligas inferiores no mercado de desporto europeu ou no americano. Por exemplo Borland (2006) sugere que a liga secundária aparece como um fornecedor de força de trabalho livre de custos para as equipas profissionais. Entretanto as ligas secundárias produzem também os espectadores e os consumidores e todos os co-produtos e externalidades que beneficiam as ligas profissionais. Também Vrooman (2007) identifica em ligas secundárias americanas como escolas de formação³⁰ para a produção sem custos de talento desportivo. É uma estrutura similar aos campeonatos amadores que no mercado europeu de desporto se encontra dentro da estrutura produtiva de cada federação. Vrooman (2007) constata a existência de um input proveniente da produção amadora como uma externalidade livre de custos. A solução couseana implica que as externalidades produzidas no mercado de desporto americano sejam transaccionadas no mercado. O talento produzido pelos colégios e ligas

³⁰ Na literatura anglo-saxónica: “Farm system”.

secundárias é um input sem custos que os clubes e ligas profissionais transaccionam no mercado, nomeadamente através dos acordos entre as ligas principais e secundárias. Na Europa a transformação financeira dos grandes clubes e a liberdade de circulação dos jogadores jovens permitindo aos clubes profissionais adquirir capital desportivo em África e na América Latina, retirou receitas das ligas secundárias e gerou um resultado semelhante à tragédia dos comuns.

2.3.3.1.1 TRAGÉDIA DOS COMUNS E A TAXA COUBERTOBIN

As políticas de desenvolvimento desportivo e económico automático, baseados no *trickledown effect*, geram efeitos que se traduzem na erosão acentuada do capital desportivo, humano e social de um determinado país particularmente nos agentes desportivos menos apetrechados organizacional e financeiramente e incapazes de internalizar os benefícios gerados na sua actividade produtiva. O poder financeiro e económico que os segmentos do alto rendimento ligados aos jogos olímpicos e ao desporto profissional do topo das competições por equipas e individuais, permitem controlar toda a fileira através da apropriação dos benefícios positivos ao mesmo tempo que geram uma ‘tragédia dos comuns’ nas actividades amadoras do associativismo e dos países com instituições menos competitivas.

Como acontece a tragédia dos comuns no desporto moderno? A economia das ligas profissionais baseia-se na combinação óptima de factores como jogadores e treinadores especializados para realizar competições da modalidade da sua especialização que atraiam o interesse de espectadores e de consumidores de bens e serviços desportivos, ver Kesenne (2007) Szymanski e Kuypers (1999). Na contratação dos melhores jogadores, o seu custo corresponde ao custo da sua produção pelos clubes amadores que se encontram no percurso de criação de um praticante de alto rendimento. Estes clubes contam com as receitas dos clubes profissionais que contratam os

jogadores jovens dos clubes amadores para equilibrarem as suas receitas e cobrirem as despesas de formação e treino desde uma altura em que o jovem se destaca dos demais e concita a atenção dos orientadores e treinadores. A apropriação de jogadores a custo zero pelos clubes profissionais rompe a cadeia de produção de capital desportivo ao deixar de cobrir a produção de co-produtos e externalidades desportivos que beneficiam a actividade profissional em termos gerais. Os almoços grátis do desporto profissional vivem da apropriação de valor monetário e desportivo produzido pelo desporto amador. O rompimento da cadeia da apropriação combate uma falha de mercado conhecida como 'tragédia dos comuns' que é a falência dos clubes de bairro e amadores. Outra consequência da captura de jovens estrelas é a *tragédia dos comuns* na sociedade por via do surgimento de situações de abandono de jovens atletas para fora do tecido social e desportivo de onde são originários. Andreff (2005) sugeriu a internalização de benefícios através de um mecanismo pigouviano que chamou de *Coubertobin Tax*. A taxa definida pelo Estado seria paga pelos clubes profissionais e o montante arrecadado seria canalizado para os clubes e as regiões afectados pela saída dos jovens talentos desportivos. Este é o caso dos jovens de África abandonados na Europa depois de se aventurarem na conquista de um lugar nos campeonatos europeus de futebol. Também no caso português a formação dos jovens que antes era assegurada por clubes e agremiações de bairro foi apropriada pelos maiores clubes, numa primeira fase, retirando por vezes os jovens prematuramente dos seus ambientes locais e familiares e, numa segunda fase, clubes como o Benfica, Sporting e o Porto começaram a contratar talentos jovens e formados em África e na América Latina exportando os recursos que antes se dirigiam para a base da cadeia de valor do desporto português. Esta realidade é a negação dos automatismos do *trickledown effect*. Exigindo a aquisição de praticantes estrangeiros especializados, o dinheiro do financiamento privado e autárquico foi exportado contribuindo para situações de falência do associativismo de base nos campos desportivo, económico e social. A tragédia que se abate sobre o associativismo de base também se faz notar na formação da população portuguesa para o consumo desportivo de

qualidade afastando-se da média europeia tanto na prática desportiva quanto do consumo do espectáculo desportivo de alto rendimento.

2.3.3.2 OPÇÕES PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

Na Europa o apoio à actividade de recreação pelo Estado manteve-se importante em todo o Século XX segundo as políticas *infant industry* referidas por Gratton e Taylor (2000). Ao mesmo tempo, as ligas profissionais beneficiaram de receitas financeiras extraordinárias da revolução tecnológica da comunicação social, as federações criaram mecanismos de solidariedade para ajudar os clubes que baixavam para as competições amadoras com menor dimensão financeira e reforçaram os mecanismos de pagamento da actividade de formação dos escalões desportivos de base. A actividade recreativa europeia conta com um apoio público cada vez mais significativo para a produção de capital humano e social e a actividade de alto rendimento beneficia do apoio público para alcançar benefícios de curto prazo relacionados com a visibilidade internacional de cada país. A acumulação de capital desportivo social e cultural ao longo das décadas gerou um nível de predisposição ao consumo de desporto elevado nos países com a melhor regulação privada e pública justificando a transformação da estrutura de capitais dos clubes desportivos profissionais, ver Andreff e Staudohar (2001).

2.3.3.2.1 *INFANT INDUSTRY*

Na Europa e nos Estados Unidos, a administração pública assume o investimento da criação de consumidores de desporto ao longo de toda a vida que constituem a massa crítica essencial para o consumo sustentado do alto rendimento. O Estado investe no serviço público de educação e treino nos

clubes e agremiações de bairro que garantem o capital de conhecimento que ajudam o cidadão a consumir desporto ao longo das suas vidas. Particularmente na Europa, sem essa actuação dos Estados nacionais o óptimo social induzido pelo desporto seria inferior, segundo Szymanski (2010).

O argumento da 'infant industry' visa proteger a produção de um determinado sector por exemplo face à produção externa. Esta teoria proteccionista foi seguida na Europa com a oposição do associativismo dos países do norte da Europa que reclamava a sua liberdade discordando do apoio do Estado como intromissão na acção do associativismo. Segundo Gratton & Taylor (1985 e 2000) o desporto como bem de mérito, que a população não reconhecia, exigia que o Estado apoiasse a produção desportiva em inúmeros factores humanos e físicos para a produção do óptimo social através do desporto. De facto, na década de 90, o desporto atingiu o seu apogeu com as modalidades profissionais e com finalidade lucrativa a atingirem os níveis de rendibilidade mais altos de sempre e a atrair os investidores privados habituados ao mercado de desporto americano, cujos princípios se baseiam principalmente no comportamento de agentes com finalidade lucrativa e na internalização das externalidades do desporto através do mercado.

A acumulação de massa crítica desportiva e financeira e de consumidores de desporto, nos anos 90, permite às federações europeias alcançarem mercados de consumidores mais vastos e atletas com maior perfeição de prática. O investimento feito na defesa do mercado recreativo e dos seus direitos de propriedade possibilita ao desporto de alto rendimento melhores factores de produção desportivos, humanos e sociais para sustentação dos seus nichos de produção especializada, assim como, a formação de consumidores informados e exigentes predispostos a consumir os melhores produtos do alto rendimento.

Os aspectos críticos da 'infant industry' relacionam-se com o desconhecimento que o Estado possui da situação de cada sector para determinar se o deve apoiar e até que limite. Esses apoios podem constituir barreiras à entrada de outros agentes e constituir oportunidades de retaliação. Este aspecto crítico pode ser complementado pela regulação privada nomeadamente com as

confederações de desportos e os comités olímpicos nacionais que no norte da Europa são responsáveis pela formulação de critérios de atribuição de subsídios públicos e pela sua afectação.

2.3.3.2.2 O *TRICKLEDOWN EFFECT*

A concepção dos automatismos do investimento no alto rendimento tem uma ponderação elevada na política desportiva portuguesa que se manteve desde os anos 80. Este aspecto da política desportiva pública e privada justifica que se explique economicamente as suas características e limites conceptuais e práticos.

Em Portugal, após 1974, foram desenvolvidas políticas de massificação da prática recreativa e, no início dos anos 90, assegurou-se em Portugal que o investimento no alto rendimento teria um efeito demonstração na população, fomentando a prática recreativa. O primeiro modelo, dos anos 70, equivale genericamente à *infant industry* enquanto a segunda, da aposta do efeito demonstração do alto rendimento dos anos 80, ao *trickledown effect* e que prevalece na actualidade. As políticas direccionadas prioritariamente para o alto rendimento deram como adquirida a competitividade automática do mercado recreativo e o apoio da administração central direccionava-se para as federações de modalidade as quais produziavam as actividades destinadas às selecções nacionais vocacionadas para a competição internacional.

Segundo a Enciclopédia do Marxismo, a base desta teoria está no chamado *Trickledown Effect* que advogava que a concentração de meios nos mais ricos, teria como consequência o aumento da procura de produtos que seriam produzidos pelos sectores desfavorecidos permitindo a estes beneficiar e acompanhar a riqueza dos primeiros. O presidente norte-americano Ronald Reagan utilizou esta doutrina promovendo benefícios fiscais para os ricos num discurso em Janeiro de 1981, referindo-se ao efeito automático para os desfavorecidos que a acumulação da riqueza nos ricos permitia. Esta teoria

baseou-se na *supply-side economics* e na teoria de Rostow de estádios de acumulação de riqueza que permitiam automaticamente aos países pobres aceder, a partir de determinada altura, ao nível de desenvolvimento dos países ricos.

Tal como na realidade mundial os defensores do *trickledown effect* no desporto esperavam que o investimento no alto rendimento trouxesse benefícios à medida que os seus resultados começassem a aparecer. Na realidade económica mundial e no desporto de países como no Reino Unido, na Austrália e em Portugal o efeito virtuoso não existiu. Enquanto o Reino Unido e a Austrália rapidamente alteraram as suas políticas desportivas encaminhando para o desporto recreação políticas activas de incentivo, em Portugal a expectativa do *trickledown effect* continua após trinta anos de resultados desportivos consolidados inferiores à média europeia.

2.4 CONCLUSÃO

Os desafios ao sucesso do mercado do desporto são os mesmos nos cinco continentes. As soluções económicas encontradas, colocaram-se na microeconomia, surgindo as soluções neo-liberais marcadas pela retirada do Welfare State e a presença crescente de oligopólios da comunicação social e do entretenimento como fontes alternativas de financiamento. Os desafios globais desportivos, éticos e sociais foram notados por autores como Manzenreiter (2007), Andreff e Szymanski (2006) e Bourg e Gouguet (2007).

A economia do desporto enquanto instrumento central da análise desta tese é uma área do conhecimento de fronteira entre a economia e o desporto. Enquanto área do conhecimento o objecto da economia do desporto é o funcionamento económico de um sector da actividade que se chama desporto. A definição distingue a economia como instrumento de análise e o desporto como sector da actividade que é o visado pela análise económica.

Uma das questões científicas que os investigadores económicos responderam é que o mercado do desporto não é de concorrência perfeita, segundo Noll (1974). Porém, ao focar a sua análise preferencialmente no mercado das competições de equipa perderam a noção do conjunto do mercado composto por três funções de produção inter-relacionadas sujeitas aos direitos de propriedade das federações desportivas as quais são instituições multilaterais visando o bem-estar social e o desenvolvimento sustentado. A resposta à questão inicial é que o mercado do desporto é constituído por monopólios em concorrência trabalhando segundo relações de agenciamento entre principais e agentes sobrepostos pelo menos em três níveis territoriais o nacional, o continental e o mundial.

A peculiaridade do mercado do desporto regulado pelas federações privadas tem falhas que o Estado também regula ao nível nacional e na Europa a União Europeia cumpre as funções de regulador público continental.

A medida do produto desportivo preconizada no método da tese é ditada pelos objectivos de maximização do produto que depende da estrutura do mercado de concorrência monopolista definido no presente capítulo

3 MODELO E HIPÓTESES

O objecto do capítulo é o de apresentar um modelo de economia das federações desportivas recorrendo à síntese da literatura do capítulo dois para testar a sua aplicabilidade no capítulo cinco.

Apresentam-se de seguida considerações iniciais, seguindo-se o modelo da produção desportiva, o consumo privado e o consumo público, a dupla regulação privada e pública e as hipóteses do modelo relacionada com a produtividade das federações e dos países.

3.1 O MODELO E O PRODUTO DESPORTIVO

O modelo baseia-se nos princípios discutidos na revisão da literatura sendo de ressaltar que:

1. O modelo da economia das federações desenvolve as propostas de Gratton e Taylor (2000), Fort (2003) e Downward et al (2009) e propõe uma pirâmide de 3 degraus. Estes degraus representam as 3 funções de produção que abarcam a totalidade da produção de desporto. Os degraus podem ser multiplicados por tantos quantos se queira de acordo com a estrutura de qualquer federação desportiva. Para o objecto da tese, a informação disponível para os países aponta para a consideração de três funções de produção o que diminui o número de variáveis significativas e quantifica a proporcionalidade das 3 funções de produção com utilidade económica por relacionar o topo da pirâmide do alto rendimento com a maior base da prática informal onde estão os potenciais consumidores da actividade desportiva produzida por uma federação;
2. Os produtos económicos do modelo são os serviços desportivos com as seguintes particularidades:

- a. No modelo compreende-se que a produção e o consumo de bens desportivos seguem ou são proporcionais ao consumo de serviços desportivos. Os serviços desportivos são o capital humano e social criado e os bens desportivos são os equipamentos necessários à produção dos primeiros através das actividades de formação, treino e competição desportiva. A diferenciação da procura de bens desportivos é determinada por outros factores sociais e desportivos, entre outros, como referido por Gratton e Taylor (1985 e 2000);
 - b. Os serviços desportivos são compostos por três actividades: a formação, o treino e a competição. A formação permite acumular os conhecimentos e o valor da iniciação de uma actividade desportiva. O treino permite o desenvolvimento dos conhecimentos e do valor adquirido anteriormente, existindo treino em todos os níveis de prática desportiva alcançado pelo praticante. A competição distingue os níveis de qualidade da capacidade desportiva produzida. A formação, treino e competição podem sobrepor-se: a formação de uma actividade só se completa com o seu treino e o melhor jogador do mundo treina todos os dias para se preparar para as competições em que participa;
3. O produto da recreação é o capital humano desportivo, tanto material como intangível, essencial à produção e ao consumo do alto rendimento. O produto do alto rendimento é o espectáculo desportivo cuja matéria-prima é o capital desportivo produzido na estrutura piramidal recreativa que se situa na base da estrutura formal de uma federação;
 4. O produto da prática desportiva informal tem consequências quanto à prática formal. Não sendo líquido que o praticante informal venha a pertencer a um campeonato de uma pirâmide desportiva, é relevante a promoção da actividades desportiva pelas federações visando melhorar a propensão ao consumo dos seus serviços desportivos;

5. Os produtores inseridos na pirâmide de produção e especialização desportiva são em regra privados sem e com finalidade lucrativa e as autarquias pontualmente oferecem actividades recreativas e fomentam as redes integradas de infra-estruturas desportivas privadas e públicas.

3.2 A PRODUÇÃO DESPORTIVA FEDERADA

As federações assumem uma produção peculiar cujas características se apresentam no modelo económico da tese apresentado na Figura 3-1.

1. A pirâmide de produção desportiva tem três degraus incluindo a actividade informal na base, seguindo-se a actividade formal que se divide em recreação e alto rendimento;
2. A actividade informal dá a propensão para a prática desportiva enquanto a actividade formal fornece a capacidade de captação dessa propensão de prática desportiva pela estrutura federada. Graficamente é possível estabelecer uma relação decrescente entre a totalidade da prática informal e o número de vezes que é superior à prática formal. Quanto maior é a prática desportiva da população maior é o número de praticantes que integram a estrutura federada e, por isso, menor é a população que possui uma prática estritamente informal;
3. Kesenne (2007) define os dois degraus superiores sugerindo que na indústria profissional, o segmento considerado na sua obra, o “consumidor é o espectador”, “o produtor é o clube” e “o factor principal da produção é o jogador”. Nas indústrias recreativas, como lhe chama, “o consumidor é o jogador”, “jogar é consumo” e “o output da produção é o serviço oferecido pelo clube desportivo aos participantes”. O modelo ao indicar o degrau da base da pirâmide, correspondente ao cluster do desporto informal, identifica uma terceira relação de produção distinta das anteriores de Kesenne (2007). Neste, o consumidor é o praticante, praticar é consumo e o output da produção é a actividade que o praticante organiza para si próprio, o consumidor é produtor. Estas duas

- definições sobre os três degraus da pirâmide têm o objectivo de distinguir as três funções de produção que de acordo com o modelo da tese são funções de produção interligadas e interdependentes;
4. O alto rendimento e a recreação são duas funções de produção complementares cuja maximização depende da regulação da federação em primeiro lugar e, em segundo, da acção do Estado. Quanto à actividade de produção desportiva informal depende maioritariamente da regulação do Estado e é sensível à capacidade de geração de uma imagem intangível por parte das federações. Ou seja, as três funções de produção para maximizarem o seu output dependem da acção conjugada das federações e dos governos;
 5. O produto das três funções de produção é o capital humano, capital social e capital cultural consumidos no interior da produção desportiva e na produção de produtos não-desportivos, de acordo com a classificação ampla do EOSE e da Conta Satélite do Desporto denominada definição de Vilnius;
 6. Os degraus são quantificados em termos genéricos o que no futuro com mais informação estatística e estudos permitirá estabelecer os valores ideais de relacionamento óptimo. De momento os dados da federação de futebol de Portugal mostram que produz recreação para 99,5% dos seus praticantes e o alto rendimento e o desporto profissional ocupam 0,5% dos praticantes o que serão proporções comuns à realidade desportiva europeia e mundial. O outro dado estatístico fundamental para parametrizar a produção desportiva é a relação entre a prática formal e a informal em que a produção informal é várias vezes superior à formal;
 7. A procura privada é formada pelas famílias e pelas empresas;
 8. A procura pública é regulada pelas instituições públicas europeias, nacionais e locais;
 9. A estrutura piramidal de produção de desporto é regulada pelas instituições desportivas mundiais, europeias e nacionais.

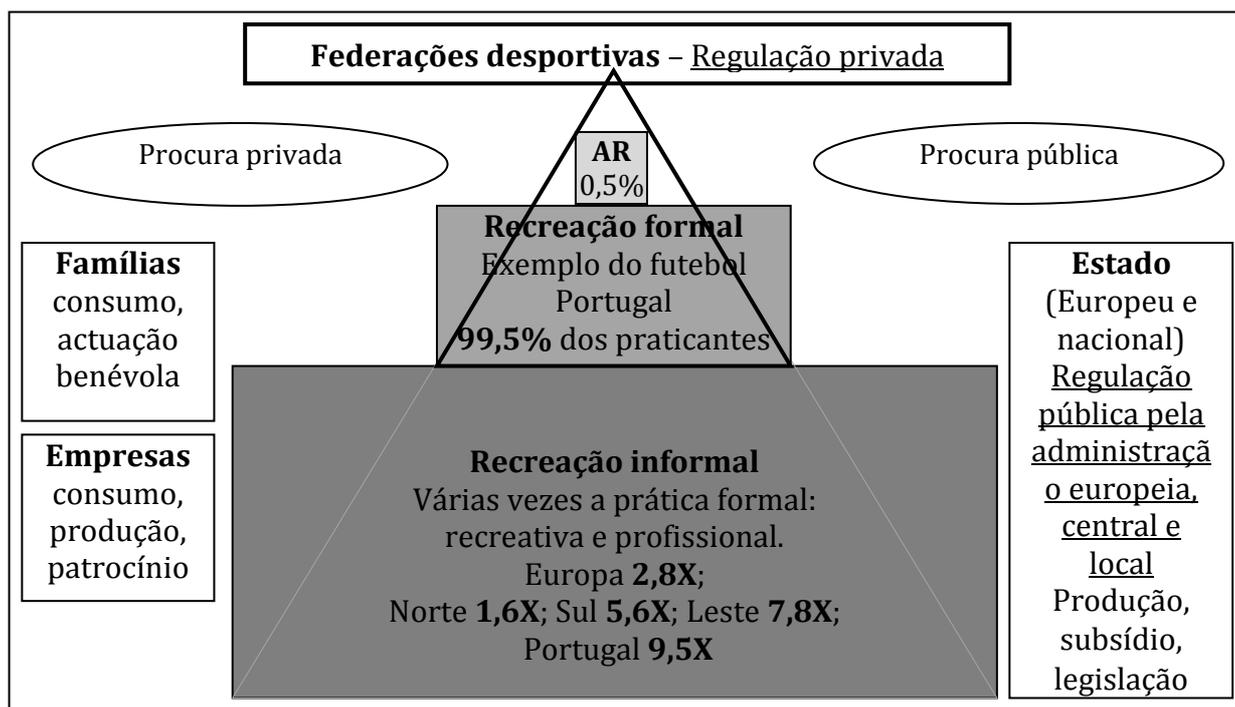


FIGURA 3-1 – MODELO ECONÓMICO DO DESPORTO: PIRÂMIDE DE TRÊS DEGRAUS.

Retomando a análise da procura de Downward e Riordan (2007) observam-se valores da amostra da prática no Reino Unido, que sugerem uma pirâmide equivalente ao modelo da oferta proposto na tese, mas no artigo são propostos resultados estatísticos do lado da procura. Ver o Quadro 3-1.

QUADRO 3-1 – OFERTA E PROCURA EM 3 DEGRAUS

Oferta Modelo da Tese Norte da Europa	Percentagem	Procura Reino Unido Downward e Riordan	Percentagem
Informal	76	Lazer	76
Recreação	24	Recreação	21
Alto Rendimento		Desporto	3
Total	100	Total	100

Fonte: Valores da oferta do autor da tese e cálculo dos valores da procura retirados de Downward e Riordan (2007).

3.3 O CONSUMO PRIVADO E O CONSUMO PÚBLICO

Como demonstrado por Szymanski (2010) a procura pública é superior à privada. Qual é a relevância desta afirmação para o modelo económico sugerido na tese?

Os bens desportivos como o espectáculo desportivo e as actividades recreativas são transaccionados no mercado privado, os quais incluem o capital desportivo, humano e social apreciado pelos consumidores com cultura desportiva e que facultam o aumento da produtividade no trabalho, o gozo de estilos de vida activos e a valorização da auto-estima pessoal. As empresas estão envolvidas em toda produção do desporto produzindo bens e serviços desportivos, as suas matérias-primas, e apropriando-se e comprando a jusante os seus produtos, co-produtos e externalidades.

O Estado, tanto a administração central como a local, promove a cultura desportiva da população, principalmente através do ensino durante a idade escolar, e os co-produtos e externalidades cruzadas que beneficiam a educação, a saúde, a coesão social e a imagem nacional e europeia. A regulação pública é fundamental para a internalização das externalidades contribuindo para a eficiência do mercado privado para o crescimento no longo prazo do produto desportivo e nacional e do emprego.

O benefício da acção do Estado, no reconhecimento de produtos desportivos com co-produtos e externalidades, permite que a prática informal seja maior, facultando às federações praticantes para a prática formal que, sem a acção pública, a estrutura de produção federada não captaria. Os países do norte da Europa com maior investimento público são aqueles onde a relação entre o informal e o formal é mais pequena demonstrando a capacidade das suas instituições desportivas em captarem mais praticantes para a prática formal.

3.4 A REGULAÇÃO PRIVADA E A REGULAÇÃO PÚBLICA

A propriedade de produção de uma actividade desportiva permite à federação maximizar o seu produto agregado pela maximização do seu consumo contra o de outras actividades e pela prática formal contra a informal. Interessa à federação que a prática da sua actividade se faça na sua recreação formal a fim de garantir uma produção mais substancial de capital desportivo a favor da sua actividade de alto rendimento. A produção de cada actividade desportiva é regulada por uma estrutura institucional mundial formada, no caso das maiores, por uma federação mundial, cinco federações continentais e perto de duzentas federações nacionais. A racionalidade da sua decisão é a maximização da cadeia de produção do seu produto em duas funções de produção para a geração abundante de co-produtos e de externalidades cruzadas entre o segmento recreativo e o de alto rendimento e também para o exterior da sua modalidade e em benefício das restantes actividades desportivas e das sociedades onde trabalha.

A pirâmide a traço carregado demonstra a dimensão da prática formal ou seja a dimensão do mercado da estrutura de produção da federação. O trapézio da base da pirâmide a traço leve é o mercado potencial do desporto constituído por aqueles que praticam a actividade sem consumirem os serviços oferecidos pelos clubes e empresas. Cada federação terá o número de praticantes formais equivalentes à pirâmide pequena e um potencial igual ao trapézio da base da pirâmide. Quanto menor for a relação da pirâmide pequena com o trapézio, desde que o potencial da propensão ao consumo pela população esteja alcançado, melhor será a sustentabilidade da federação. Se a prática informal tiver dimensões pequenas como acontece em Portugal e mesmo assim a percentagem de praticantes federados for pequena então verifica-se que as federações não conseguem reter a propensão para a sua prática desportiva por parte da população portuguesa.

Para realizar o benchmark entre federações e entre países os três indicadores de performance desportiva para cada uma das funções de produção são:

1. *Prática informal* – Indicadores de equidade social para a quantificação da procura pública;
2. *Prática formal, recreação* – Competição nacional identificado a sustentabilidade da actividade amadora e dos produtores sem finalidade lucrativa;
3. *Prática formal, alto rendimento* – Resultados da competição dos atletas e equipas no estrangeiro através do benchmark internacional e dos resultados económicos dos agentes sem e com finalidade lucrativa.

3.5 HIPÓTESES DO MODELO

Barros (2003) e Szymanski (2010) permitem estabelecer as hipóteses respectivamente para as federações e para os países europeus.

O padrão das federações que Barros sugere é:

1. As *modalidades de equipa* (por exemplo: andebol e basquetebol) são mais eficientes do que algumas modalidades individuais (por exemplo: triatlo e lutas amadoras);
2. As *modalidades mais 'caras'* (por exemplo: ciclismo e vela) são menos eficientes;
3. As *federações pequenas* (medidas pela sua relevância no mercado) são menos eficientes do que as maiores.

Os padrões encontrados por Barros (2003) serão as hipóteses do modelo para a avaliação das federações esperando-se que as economias de escala da produção dos desportos colectivos atinjam uma maior produtividade do que os desportos individuais. Os desportos mais caros são também sujeitos a economias de escala e possível indivisibilidade do processo de produção que os impede de alcançarem a produtividade relativa. Finalmente, as federações com menor relevância no mercado são provavelmente levadas a aumentar a sua influência de mercado aumentando a respectiva produtividade.

A consideração dos grupos de países por Szymanski (2010) tem as seguintes características:

1. *Norte e centro* (Finlândia, Suécia, Dinamarca, Reino Unido, Alemanha, Holanda, Áustria, Irlanda, Luxemburgo, França, Bélgica): alto nível de participação refletindo a provisão social, reconhecimento das externalidades, subsídios à participação população;
2. *Sul* (Portugal, Espanha, Itália, Grécia, Malta, Chipre): nível inferior de subsidiação pública à procura privada, fraco reconhecimento das externalidades, financiamento significativo do desporto profissional e da elite nomeadamente em Espanha e Portugal;
3. *Leste* (Hungria, República Checa, Polónia, Bulgária, Letónia, Lituânia, Estónia, Eslovénia, Eslováquia, Roménia): colapso da oferta de infra-estruturas depois de 1990, procura recreativa limitada devido aos rendimentos familiares baixos.

Szymanski (2010) não refere quais os países e os grupos de países mais eficientes e a tese também não o determinará. O método adaptado para a avaliação económica da produtividade analisa a variação da produtividade e não os desvios das federações ou dos países face à fronteira. O modelo apresentado demonstra ser possível estudar as unidades de decisão económica, por exemplo, como as federações e os sistemas desportivos nacionais ou continentais, como uma estrutura económica onde os critérios de eficiência económica permitem a maximização do produto.

4 O MÉTODO

A Europa criou o mercado desportivo mais competitivo do mundo, quanto aos resultados desportivos e aos benefícios económicos e sociais, através das políticas de cada um dos países que a constituem. A criação de um mercado de federações desportivas continental e de uma política de desporto da União Europeia exige instrumentos que caracterizem e distingam as políticas do passado e os seus resultados, assim como, diferenciem as vias alternativas para a convergência europeia.

A análise da produtividade de Portugal faz-se em dois níveis:

1. No primeiro avalia-se a produtividade entre as federações que em Portugal competem na produção do desporto;
2. No segundo, responde-se à pergunta sobre o que distingue a produtividade portuguesa dos restantes países da amostra.

A investigação da produtividade dos países europeus e de Portugal analisa a variação da eficiência técnica e a variação da eficiência tecnológica na competição entre federações portuguesas e na competição entre países europeus (enquanto agregado sintético da performance das respectivas federações nacionais). Este capítulo mostrará como é possível através da metodologia DEA avaliar as características desportivas e económicas já identificadas, respectivamente, na análise de contexto e na revisão bibliográfica.

Antes de explicar a complexidade deste fenómeno, apresenta-se a teoria subjacente ao cálculo da produtividade definindo a metodologia de cálculo da produtividade.

A tese usa um programa informático de cálculo do método Data Envelopment Analysis DEA para aplicar o método Malmquist à base de dados para calcular os índices de TFP (total factor productivity), a variação tecnológica, a variação da eficiência técnica e a variação da escala de eficiência, segundo Coelli (1996).

4.1 ORIENTAÇÕES INPUT E OUTPUT DA INEFICIÊNCIA TÉCNICA

A eficiência representa a posição da unidade de decisão (na tese país/federação) relativamente à fronteira dos “melhores práticas de gestão”. Trata-se, assim, de uma medida relativa.

A discussão da medida de eficiência de uma empresa³¹ com vários inputs é feita por Coelli (1998), usando o conceito de Farrel (1957). Este propõe que a eficiência de uma empresa tem dois componentes: primeira, a eficiência técnica, que é a capacidade da empresa obter o máximo output de um dado conjunto de inputs e, segunda, a eficiência de afectação que reflecte a capacidade da empresa usar os inputs em proporções óptimas, dados os preços respectivos. As duas medidas são combinadas para dar a medida de eficiência económica total.

Coelli (1998) propõe medir a ineficiência técnica como um aumento proporcional do output produzido. As duas medidas dão o mesmo valor constante à escala (CRS) mas são diferentes quando se assumem os valores relativos à escala (VRS). A relação funcional num só output tem problemas de endogeneidade e heterogeneidade. O DEA não sofre destas limitações. A escolha de uma orientação apropriada não é crucial como no caso da estimativa econométrica.

Muitos estudos tenderam a seleccionar modelos de orientação input porque muitas unidades de decisão (na tese são países ou federações) têm categorias particulares de produção (por exemplo produção de electricidade) e as quantidades de output são as variáveis de decisão primárias, embora este argumento possa não ser tão forte em todas as indústrias. Nalgumas indústrias os países/federações necessitam de uma quantidade fixa de recursos e exigem a produção de todo o output possível. Neste caso o cálculo apropriado deveria ter uma orientação output. Essencialmente para o cálculo de eficiência técnica deve seleccionar-se uma orientação de acordo com as quantidades (inputs ou

³¹ O conceito de empresa empregue por Coelli (1998) e Farrel (1957) identifica a unidade de análise que na tese são as federações desportivas e os países e o continente europeu enquanto agregados de federações em competição desportiva e económica.

outputs) sobre as quais os gestores têm maior controlo. Para além disso, em muitas instâncias observa-se que a escolha da orientação terá uma influência menor sobre os valores obtidos (por exemplo ver Coelli e Perelman 1996).

Os modelos orientados para o output são semelhantes aos modelos de orientação input. Considere-se o exemplo seguinte de modelo de orientação output:

$$\max_{\phi, \lambda} \phi,$$

$$st \quad -\phi y_1 + Y\lambda > 0,$$

$$x_i - X\lambda > 0,$$

$$N1'\lambda = 1$$

$$\lambda > 0,$$

EQUAÇÃO 4-1

Onde $1 < \phi < \infty$, e $\phi - 1$ é o aumento proporcional no output que pode ser obtido pelo iésimo valor do país/federação, com as quantidades de input mantidas constantes³². Note-se que $1/\phi$ define um valor de eficiência técnica TE que varia entre zero e um (e que este é um valor de eficiência técnica orientado para o output referido pelo DEAP), x_i é o input e y_i é o output com x e y vectores de input e output respectivamente.

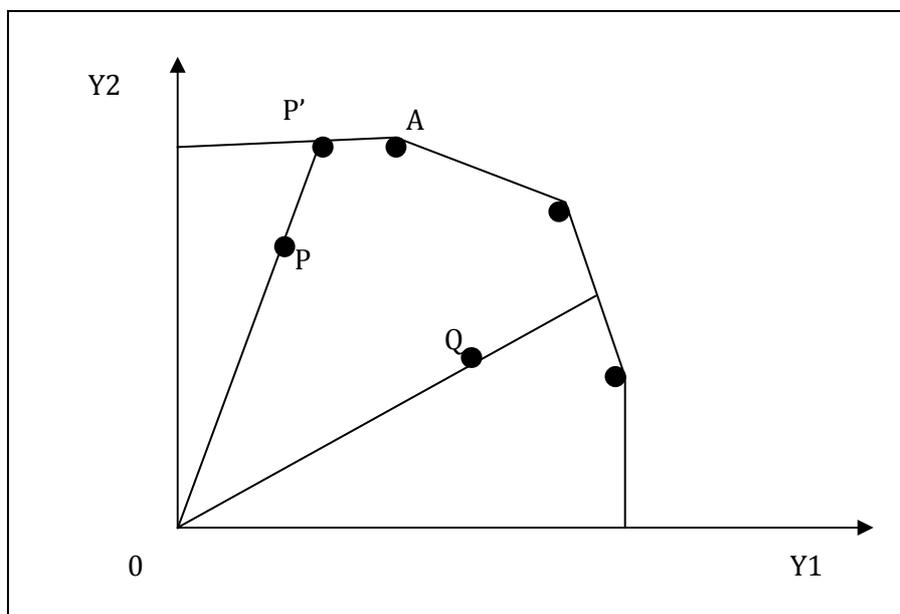
O exemplo de dois outputs de uma DEA orientada para o output poderia ser representado pela curva de possibilidades de produção linear, tal como aparece na $\lambda > 0$,

Equação 4-1. Notar que

a curva corresponde ao ponto de produção máxima e portanto as observações estão *abaixo* desta curva e que as secções da curva que estão nos ângulos directos a partir da origem causam folgas de output que se calcula quando um ponto de produção é projectado nessas partes da curva por um desenvolvimento radial nos outputs ao longo da recta. Por exemplo na Figura 4-1 o ponto P é projectado no ponto P' que está na fronteira mas não na *fronteira de eficiência* porque a produção de Y1 pode ser aumentada pelo

³² Um modelo CRS orientado para output é definido de uma maneira semelhante e não é apresentado aqui por brevidade.

montante AP' sem usar mais inputs. Existe uma folga de output no caso de AP' no output Y1.



FONTE: COELLI, 1996

FIGURA 4-1 – DEA ORIENTAÇÃO OUTPUT

Um ponto que deveria ser realçado é que os *modelos orientados pelo output e pelo input* estimam exactamente a mesma fronteira e assim, por definição, identificam o mesmo conjunto de países/federações como sendo eficientes. Apenas as medidas de eficiência associadas com aos países/federações ineficientes podem diferir nos dois métodos.

4.2 O CÁLCULO DA PRODUTIVIDADE SEGUNDO MALMQUIST

O cálculo do índice de Malmquist relaciona-se com a existência de dois ou mais inputs e de dois ou mais outputs o método adequado para trabalhar a produtividade no mercado do desporto onde existem vários factores de produção humanos, físicos e materiais e vários outputs, correspondendo, por exemplo, à produção recreativa e ao alto rendimento.

Formalmente, o índice Malmquist baseia-se na função de distância do output definido como:

$$d^T(x^t, y^t) \equiv \inf \left\{ \theta : \left(x^t, \frac{1}{\theta} y^t \right) \in S^t \right\} \quad \text{EQUAÇÃO 4-2}$$

Onde x representa um vector de inputs, y é o vector de outputs, S é o nível de tecnologia, o expoente T representa o período de referência da tecnologia, habitualmente $T = 1$ ou $T = t+1$, e $1/\theta$ define o montante segundo o qual os outputs no ano t podem ser aumentados, dados os inputs utilizados, se a tecnologia para o ano T for totalmente explorada.

Caves, Christensen e Diewert (1928) mostraram que os movimentos de produtividade podem ser medidos por um multi-input, o índice Malmquist multioutput quando a informação do input e do output estão disponíveis em unidades físicas, sem problemas do índice de preços. Argumentam que a função da distância $d(x,y)$ pode ser usada na construção do índice de Malmquist e mede a alteração do índice de Malmquist entre t e $t+1$ como no rácio:

$$\frac{d^T(x^{t+1}, y^{t+1})}{d^T(x^t, y^t)} \quad \text{EQUAÇÃO 4-3}$$

Fare, Grosskopf e Lovell (1994) mediram o índice Malmquist como uma média geométrica dos índices calculados tanto para as tecnologias do ano t e do ano $t+1$ como:

$$M(x^{t+1}, y^{t+1}, x^t, y^t) = \left[\frac{d^t(x^{t+1}, y^{t+1})}{d^t(x^t, y^t)} X \frac{d^{t+1}(x^{t+1}, y^{t+1})}{d^{t+1}(x^t, y^t)} \right]^{\frac{1}{2}} \quad \text{EQUAÇÃO 4-4}$$

Fare et al (1994) apresentam esta expressão enquanto produto da alteração tecnológica e da alteração de eficiência técnica como:

$$M(x^{t+1}, y^{t+1}, x^t, y^t) = \frac{d^{t+1}(x^{t+1}, y^{t+1})}{d^{t+1}(x^t, y^t)} X \left[\frac{d^t(x^{t+1}, y^{t+1})}{d^t(x^{t+1}, y^{t+1})} X \frac{d^t(x^t, y^t)}{d^t(x^t, y^t)} \right]^{\frac{1}{2}} \quad \text{EQUAÇÃO 4-5}$$

O rácio fora dos parêntesis é o índice de alteração da eficiência técnica (por exemplo, a alteração da distância da produção observada do máximo corrente da produção viável) entre os anos t e $t+1$, enquanto o termo entre parêntesis é

o índice de variação tecnológica entre dois períodos avaliados em x^t e x^{t+1} . O índice Malmquist é medido tanto com a função da distância ou, alternativamente, com o recíproca da função de distância de input $\theta(x, y) = \llbracket 1/d(x, y) \rrbracket$. Esta recíproca da função da distância de input $\theta(x, y)$ é o rácio mais pequeno a partir do qual um conjunto de variáveis pode ser multiplicado e alcançar um determinado nível de output. A função da distância recíproca é equivalente à medida da eficiência técnica proposta por Farrell (1957).

Quando a medida de eficiência técnica de Farrell (a inversa da distância de input ou output) é utilizada na construção do índice de Malmquist, obtemos o crescimento da produtividade se $M > 1$ e o decréscimo de produtividade se $M < 1$. O índice Malmquist (Malmquist, 1953) permite que as alterações da produtividade sejam explicadas pelas variações na eficiência e nas variações tecnológicas. Ao contrário da abordagem da fronteira estocástica, oferece uma variação tecnológica por cada unidade, que é a melhor para os propósitos desta secção (por exemplo a análise da alteração tecnológica das federações). Para além disso, desde que é estimada com a metodologia não paramétrica (DEA), necessita tanto impor alguma forma funcional da informação, como incluir hipóteses distributivas para o termo de ineficiência.

Adicionalmente, a variação da eficiência técnica pode ser explicada pela variação técnica e pela variação técnica da escala. A explicação da variação da eficiência técnica nas suas componentes baseia-se na hipótese dos rendimentos variáveis à escala (VRS) (Fare et al, 1994). Os valores VRS medem apenas a eficiência técnica pura, enquanto o índice de rendimentos constantes à escala (CRS) é composto por uma combinação não aditiva de eficiências de escala e técnica pura. O rácio entre os valores da eficiência total (CRS) em relação à eficiência técnica pura (VRS) dá-nos a medida da escala de eficiência e conseqüentemente a estimativa da alteração técnica pura. A diferença entre o valor do CRS e a alteração da escala de eficiência permite obter a alteração de eficiência pura.

$$M(x^{t+1}, y^{t+1}, x^t, y^t) = \frac{d_{VRS}^{t+1}(x^{t+1}, y^{t+1})}{d_{VRS}^{t+1}(x^t, y^t)} X \left[\frac{\frac{d_{CRS}^{t+1}(x^{t+1}, y^{t+1})}{d_{VRS}^{t+1}(x^{t+1}, y^{t+1})}}{\frac{d_{CRS}^t(x^t, y^t)}{d_{VRS}^t(x^t, y^t)}} \right] X \left[\frac{d_{CRS}^{t+1}(x^{t+1}, y^{t+1})}{d_{CRS}^{t+1}(x^{t+1}, y^{t+1})} X \frac{d_{CRS}^t(x^t, y^t)}{d_{CRS}^t(x^t, y^t)} \right]^{\frac{1}{2}}$$

EQUAÇÃO 4-6

Esta medida de eficiência assume que a função de produção de uma federação eficiente é conhecida. Na prática, este não é o caso e a fronteira de eficiência deve ser estimada a partir da informação da amostra. Sob tais condições, a fronteira depende da amostra da análise. Desenvolve-se uma estimativa da produtividade de Malmquist a partir do modelo de programação matemática da função de produção da fronteira.

5 DADOS E RESULTADOS

Os modelos de fronteira identificam os inputs (recursos ou factores de produção) e os outputs (os recursos transformados ou produtos finais). No caso do desporto tal como definido na tese existem também os co-produtos e as externalidades que no modelo se integram o produto desportivo, considerando praticantes e resultados no alto rendimento, mas que por inexistência de estatísticas não puderam ser analisados. Os critérios de selecção dos inputs e outputs são três: o primeiro é ditado pela literatura analisada; o segundo pela opinião dos especialistas; e, o terceiro é dado pela disponibilidade da informação. Os três critérios foram usados verificando-se que o terceiro critério acaba por ser o condicionante face às condições de investigação e produção de informação estatística do objecto da tese.

Para estimar as fronteiras de produção europeia e de Portugal foram criadas duas bases de dados: uma portuguesa e a outra europeia sobre as quais se aplica o modelo DEA de Malmquist.

5.1 A ANÁLISE PORTUGUESA

A análise DEA sobre o mercado nacional avaliará a produtividade das federações nacionais.

5.1.1 DADOS

A base de dados nacional inclui informação de 1996 a 2008, de 23 federações gerando 299 observações obtidas nos dados estatísticos produzidos pelo Instituto do Desporto de Portugal. Ver o Quadro 5-1.

O número de observações respeita a convenção DEA em que o número mínimo de federações é três vezes maior do que o número de observações de input e output, segundo Barros e Dieke (2007) citando Raab e Lichty (2002). Os dados do financiamento das federações foram deflacionados segundo os dados do INE para o período de 1996 a 2008.

QUADRO 5-1 – CARACTERÍSTICAS DAS VARIÁVEIS DAS FEDERAÇÕES, 1996 E 2008

	Variáveis	Unidade	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Output	Praticantes federados	Número	11.132	24.501	268	141.958
	Praticantes alto rendimento	Número	8	12	1	83
Input	Financiamento público	Milhares €	1034	1185	45	9030
	Clubes	Número	292	513	25	3898
	Árbitros e Juízes	Número	351	704	8	4884
	Treinadores	Número	421	754	12	5890

5.1.2 RESULTADOS

As federações foram ordenadas no Quadro 5-2 segundo a variação decrescente da produtividade total na coluna 5. Das vinte e três federações, dezasseis assumem para a produtividade na coluna 5, o valor um ou superior significando que existem ganhos de produtividade no período considerado para a maioria das federações. A média de 1,026 e o desvio padrão de 0,62 explica que os ganhos são pequenos com o valor máximo de 1,13 para a esgrima e o voleibol, enquanto a natação com um valor de 0,88 apresenta perdas de produtividade significativas no período.

A eficiência técnica apresentada na coluna 1, relacionada com a difusão da melhor eficiência na gestão da actividade federada, tem valores iguais e superiores a um para dezasseis federações sendo que o desvio padrão é de apenas 0,037 em que os valores das federações que regrediram são próximos da unidade e o valor mínimo é de 0,925 para o ténis de mesa.

QUADRO 5-2 – PRODUTIVIDADE DE 23 FEDERAÇÕES DESPORTIVAS PORTUGUESAS: 1996 A 2008

Federação	Varição da Eficiência Técnica (1)	Varição Tecnológica (2)	Varição da Eficiência Técnica Pura (3)	Varição da Escala de Eficiência (4)	Varição da Produtividade Total (5)
Esgrima	1,072	1,059	1,138	0,942	1,136
Voleibol	1,025	1,100	1,025	1,000	1,127
Ténis	1,026	1,072	1,022	1,004	1,100
Rugby	1,000	1,089	1,000	1,000	1,089
Desporto para Deficientes	1,036	1,044	1,000	1,036	1,081
Triatlo	1,085	0,985	1,000	1,085	1,070
Andebol	1,000	1,058	1,000	1,000	1,058
Patinagem	1,000	1,053	1,000	1,000	1,053
Tiro	1,001	1,052	1,000	1,001	1,053
Ciclismo	1,015	1,034	1,017	0,999	1,050
Ginástica	1,021	1,018	1,020	1,001	1,039
Surf	1,033	0,998	1,000	1,033	1,031
Trampolins	0,992	1,026	0,987	1,006	1,018
Atletismo	1,001	1,016	0,991	1,010	1,017
Judo	0,983	1,025	0,976	1,007	1,007
Vela	1,011	0,991	1,010	1,001	1,002
Futebol	1,000	0,997	1,000	1,000	0,997
Remo	0,979	0,996	0,995	0,985	0,975
Badmington	1,003	0,961	1,057	0,949	0,963
Lutas Amadoras	0,974	0,988	0,989	0,984	0,962
Canoagem	0,977	0,971	0,998	0,979	0,949
Ténis de Mesa	0,924	1,023	0,935	0,988	0,946
Natação	0,927	0,944	0,933	0,994	0,875
<i>Média</i>	<i>1,004</i>	<i>1,022</i>	<i>1,004</i>	<i>1,000</i>	<i>1,026</i>
<i>Mediana</i>	<i>1,001</i>	<i>1,023</i>	<i>1,000</i>	<i>1,000</i>	<i>1,031</i>
<i>Desvio padrão</i>	<i>0,037</i>	<i>0,040</i>	<i>0,039</i>	<i>0,028</i>	<i>0,063</i>

A subdivisão da eficiência técnica em eficiência técnica pura e escala de eficiência mostra que as variações são mais acentuadas na escala de eficiência. Na escala de eficiência a distância entre as federações é curta em que o desvio padrão apresenta o valor mais baixo de 0,029 para uma média de 1,001 em que sete federações regridem. A esgrima regride na escala de eficiência e os seus ganhos estão na eficiência pura. Doze federações apresentam crescimentos na escala e na eficiência pura, voleibol, ténis, rugby,

desporto para deficientes, triatlo, andebol, patinagem, ciclismo, tiro, ginástica, surf, vela e futebol. As federações com a eficiência pura negativa são o atletismo, trampolins, judo, ténis de mesa e natação.

Em virtude da inovação aplicada à gestão observa-se, na coluna 2, a eficiência tecnológica, a qual possui igualmente como os restantes indicadores de eficiência, um desvio padrão baixo em relação à média notando-se particularmente o crescimento para nove do número de federações que regrediram quanto à componente tecnológica.

A conjugação da eficiência técnica, na coluna um, e da eficiência tecnológica, na coluna dois, forma quatro grupos de federações:

1. O primeiro grupo tem onze federações incluindo algumas das federações de segunda linha como o voleibol, andebol, ténis, patinagem, atletismo e ginástica, seguindo-se o rugby, desporto para deficientes, tiro e ciclismo e a esgrima com a menor expressão. São federações que conseguem resultados medianos no desporto português e que se observam relacionar-se com melhorias na eficiência técnica e na tecnológica;
2. O segundo grupo tem uma expressão positiva na eficiência técnica e regride na eficiência tecnológica e inclui o futebol como principal modalidade desportiva nacional e outras, de menor expressão, o triatlo, surf, vela e badmington. O triatlo, vela e surf são actividades que tiveram sucessos relativos nos Jogos Olímpicos de Pequim 2008 denotando o impacto positivo do investimento realizado na eficiência técnica;
3. Três federações regridem na eficiência técnica e melhoram na eficiência tecnológica e são os trampolins, judo e ténis de mesa;
4. No quarto grupo com resultados inferiores nos dois indicadores estão o remo, lutas amadoras, canoagem e a natação com a performance inferior. O remo, canoagem e a natação integram um possível cluster do mar juntamente com o triatlo, surf e a vela que exigem um investimento superior às restantes modalidades desportivas para a sua actividade. Enquanto as três últimas actividades conseguem melhorias de eficiência

técnica e integram o segundo grupo, as classificadas no quarto grupo remo, canoagem e natação regridem.

5.2 A ANÁLISE EUROPEIA

A análise DEA da base de dados europeia evidencia o produto e a produtividade europeia dos países da União Europeia e afere a performance de Portugal em competição com os outros países.

5.2.1 DADOS

A base de dados europeia é composta pela informação desportiva de dois anos, 2005 e 2007, de dezasseis dos vinte e sete países da União Europeia, gerando 32 observações a informação foi obtida no relatório Amnyos (2008) e dos resultados apresentados na conferência de Bruxelas em 16 de Fevereiro de 2010. Estes dois projectos da União Europeia garantem a homogeneidade da produção da informação desportiva que de outra forma seria menos comparável quanto às metodologias e à produção estatística nacional de cada um dos países.

A análise respeita o princípio da convenção DEA que o número mínimo de países é três vezes maior do que o número de observações de input e output ($32 \text{ observações} > 3X(2+7)$), segundo Barros e Dieke (2007) citando Raab e Lichty (2002). A medida da produção desportiva nacional é estabelecida com a função de produção Cobb-Douglas geral. Dada a inexistência de literatura nesta matéria e a escassez de dados estatísticos usa-se, em primeiro lugar, a micro economia, segundo Varian (1987) para definir os inputs e os outputs e, em segundo lugar, as estatísticas disponíveis. Os outputs são as variáveis que medem os resultados da produção como os praticantes federados e os resultados de alto rendimento no futebol relacionado com as suas selecções.

Com a informação disponível, os sete inputs considerados são: a dimensão da população nacional, o PIB nacional, o financiamento da administração central, da administração local, das famílias e das empresas e o número de clubes de futebol. Os valores financeiros de 2007 são deflacionados segundo as estatísticas do Eurostat. Ver o Quadro 5-3.

QUADRO 5-3 – CARACTERÍSTICAS DAS VARIÁVEIS DOS PAÍSES, 2005 E 2007

	Variáveis	Unidade	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Output	Praticantes federados	Milhares prat.	5000	7495	50	27.388
	Pontuação FIFA selecções	Pontos	785	307	241	1523
Input	Financiamento Estado	Milhões €	264	528	14	2930
	Financiamento Autarquias	Milhões €	1360	2314	20	9090
	Financiamento Famílias	Milhões €	5151	8200	10	24.442
	Financiamento Empresas	Milhões €	743	1139	2	3159
	População	Milhões hab.	23.374	26.941	1342	82.501
	Produto Interno Bruto	Mil milhões €	579	763	11	2291
	Clubes Futebol	Número	6624	8514	41	29.464

Dos dados apresentados correspondem à estrutura desportiva dos países, representando os praticantes federados a actividade recreativa em geral e a pontuação das selecções nacionais na FIFA como uma variável correlacionada com a performance do alto rendimento. O desvio padrão dos praticantes federados é elevado alcançando 7495, equivalente ao do financiamento das famílias e o número de clubes, e o desvio padrão da pontuação da FIFA é o mais baixo com 307. Quanto às variáveis de output o financiamento é um conjunto de variáveis que importa analisar. O financiamento do Estado, enquanto administração pública central surge com valores mais baixos do que as autarquias e as famílias e no caso das empresas os valores mínimos públicos são mais elevados. O desvio padrão da população é o mais elevado de todas as variáveis sugerindo a diferença de dimensão existente entre os países em competição.

5.2.2 RESULTADOS

Nesta secção apresentam-se os resultados empíricos que sugerem a utilidade da abordagem. Foi estimado um modelo DEA Malmquist. O índice Malmquist é calculado de várias maneiras segundo Caves et al (1982). Neste trabalho estima-se o índice de produtividade de Malmquist orientado para o output baseado no método DEA. As medidas de eficiência orientadas para o output são apropriadas se assumirmos que os países e as federações actuam num mercado competitivo como referem Khumbhakar (1987), Zellner, Kmenta e Dréze (1966). Nos modelos input-output, tal como no usado no texto, o método DEA procura identificar a ineficiência técnica como um decréscimo proporcional do input utilizado. Contudo, é impossível medir um modelo input-output de ineficiência técnica como um aumento proporcional do output usado. No que respeita às federações, a orientação para o output surge como uma escolha natural devido à competição no mercado. Contudo, como os índices Malmquist de input e output são iguais segundo Thanassoulis (2001) esta especificação é de índole mais teórica do que prática.

O método DEA permite estimar a variação da produtividade total na forma de um índice Malmquist apresentado no Quadro 5-4.

O índice Malmquist mostra a variação da produtividade total e subdivide-se na variação da eficiência técnica (componente de difusão ou de recuperação) e variação de eficiência tecnológica (componente de inovação ou de deslocação da fronteira). Para além disso a variação de eficiência técnica subdivide-se em variação da eficiência pura e variação da escala de eficiência. Os países estão ordenados de acordo com os resultados da coluna 5 do Quadro 5-4.

Os resultados da análise apresentados no quadro são mistos não permitindo identificar, por um lado, os valores comuns aos países dentro de cada um dos agrupamentos norte, sul e leste, ou, por outro, a performance dos pequenos face aos grandes países.

QUADRO 5-4 – PRODUTIVIDADE DESPORTIVA DE 16 PAÍSES EUROPEUS, 2005 E 2007

Federação	Variação da Eficiência Técnica (1)	Variação Tecnológica (2)	Variação da Eficiência Técnica Pura (3)	Variação da Escala de Eficiência (4)	Variação da Produtividade Total (5)
Polónia	2,848	1,066	0,922	3,090	3,037
Holanda	1,425	1,543	1,000	1,425	2,198
Bulgária	1,000	2,155	1,000	1,000	2,155
Finlândia	1,545	1,205	1,048	1,473	1,861
Reino Unido	0,931	1,649	0,867	1,074	1,535
Portugal	1,664	0,906	1,000	1,664	1,508
Irlanda	1,371	0,889	1,000	1,371	1,218
França	0,849	1,220	0,977	0,869	1,036
Eslováquia	1,000	1,010	1,000	1,000	1,010
Dinamarca	1,000	0,961	1,000	1,000	0,961
Alemanha	0,907	1,060	1,000	0,907	0,961
Lituânia	1,000	0,809	1,000	1,000	0,809
Letónia	1,000	0,795	1,000	1,000	0,795
Itália	0,716	1,059	1,000	0,716	0,758
Suécia	0,692	1,052	0,848	0,817	0,728
Estónia	1,000	0,591	1,000	1,000	0,591
<i>Média</i>	<i>1,107</i>	<i>1,072</i>	<i>0,977</i>	<i>1,132</i>	<i>1,186</i>
<i>Mediana</i>	<i>1,000</i>	<i>1,056</i>	<i>1,000</i>	<i>1,000</i>	<i>1,023</i>
<i>Desvio Padrão</i>	<i>0,525</i>	<i>0,381</i>	<i>0,053</i>	<i>0,564</i>	<i>0,682</i>

No Quadro 5-4 observa-se que o valor da variação da produtividade total (o índice Malmquist apresentado na coluna 5) é igual a um ou superior para nove dos dezasseis países, mostrando os ganhos de produtividade para a maior parte dos países nos dois anos considerados. A média do índice de Malmquist é de 1,182 devido aos valores elevados da Polónia, Holanda e Bulgária que superam as perdas de produtividade de sete países.

A variação do valor da eficiência técnica na coluna 1 define-se como a difusão da melhor eficiência na gestão da actividade e atribui-se ao planeamento do investimento, experiência técnica, gestão e organização dos sistemas desportivos nacionais. Para o período em análise onze países apresentam valores superiores à unidade sugerindo um crescimento da eficiência técnica no período. Cinco países apresentam um valor inferior à unidade tendo a sua

eficiência técnica regredido. Portugal tem um valor de eficiência técnica de 1,664 o qual é o mais elevado a seguir à Polónia.

A subdivisão do valor da variação da eficiência técnica em variação da eficiência técnica pura, na coluna 3, e na variação da escala de eficiência, na coluna 4, mostra resultados mistos com alguns países a obter ganhos simultâneos nas duas áreas e outros países apenas numa área e perdas na outra. A análise da média e do desvio padrão da variação pura e da escala sugere que a primeira teve um comportamento próximo entre todos os países enquanto na escala há países como a Polónia e Portugal que apresentam resultados muito elevados. Ou seja, a escala da produtividade destes países é a mais significativa no período. A melhoria na eficiência técnica pura significa uma melhoria nos perfis de gestão através de investimentos nos factores organizacionais associados com a gestão dos sistemas desportivos, tais como o maior equilíbrio entre inputs e outputs, iniciativas de melhores práticas, melhores relatórios, melhoria na qualidade, etc. O valor do desvio padrão da eficiência técnica pura é muito baixo 0,055, mostrando que os valores pouco variam positiva e negativamente em relação à média. Os valores extremos da amostra na eficiência técnica pura são a Finlândia com 1,047 e a Suécia para 0,845 para um valor médio 0,978. A escala de eficiência, que é uma consequência da variação da produtividade, é igual ou superior a um para três quartos dos países. É importante notar que o valor médio da variação da eficiência técnica pura é inferior à unidade significando um decréscimo dos perfis de gestão pura. A média da variação da escala de eficiência é de 1,212 sugerindo um crescimento da escala de eficiência dos países da amostra e para o período considerado. A escala de crescimento da Polónia e de Portugal estarão relacionadas com crescimentos mais do que proporcionais devido a desenvolvimentos de curto prazo, enquanto a França a Itália e a Suécia apresentam os valores de escala mais baixos no período.

A variação tecnológica, na coluna 2, é consequência da inovação (por exemplo a adopção de novas tecnologias) pelos países com melhor prática. Observa-se que este índice é superior em dez países demonstrando a melhoria da inovação no período e beneficiando de novas tecnologias (metodologias, procedimentos e técnicas) e das melhorias dos perfis de trabalho com eles

relacionados. Para os seis países com valores decrescentes, a variação tecnológica é uma área de preocupação. Ao todo podem existir quatro combinações de variação de eficiência técnica e variação tecnológica:

1. O primeiro grupo tem cinco países com valores altos nas duas variações a Polónia, Finlândia, Holanda, Bulgária e Eslováquia. São os países com a melhor performance no período com melhorias na eficiência técnica, mostrando factores organizacionais superiores associados ao uso de inputs, outputs e ao relacionamento entre os dois. O grupo inclui dois países com o modelo do centro e norte da Europa e três do leste. Compreende-se que nos países de leste as transformações recentes são profundas enquanto a Holanda constitui um caso de investimento significativo no início da presente década cujos resultados se reflectem nas variações da eficiência técnica e da tecnologia no período de 2005 a 2007;
2. O segundo grupo com cinco países inclui os maiores países da União Europeia, Reino Unido, França, Alemanha, Itália e um pequeno, a Suécia. As melhorias tecnológicas coexistem com a degradação na eficiência técnica. Estes países possuem factores organizacionais melhorados mas sem a inovação inerente ao investimento em nova tecnologia o que elevaria os factores organizacionais. Necessitam de nova tecnologia e as melhorias de perfil de forma a melhorar a sua performance;
3. O terceiro grupo de seis países integra Portugal, Irlanda, Dinamarca, Lituânia, Letónia e Estónia, de média e pequena dimensão europeia. Há melhorias na eficiência técnica e deterioração da eficiência tecnológica. Os perfis de gestão necessitam de ser melhorados enquanto a escala de eficiência destes países tem um valor equivalente à eficiência técnica;
4. Não existe nenhum país com a deterioração simultânea da eficiência técnica e tecnológica.

Os resultados da análise mostram a possibilidade de Portugal melhorar a sua performance a nível europeu através do investimento na sua variação tecnológica.

6 DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

Face à ineficiência do capital desportivo, humano e social acumulado por Portugal de produzir segundo a média desportiva europeia que resposta dá a tese para a convergência europeia do desporto português?

6.1 DISCUSSÃO

O debate dos resultados obtidos faz-se, segundo as características da análise económica referida na análise de contexto e na revisão da literatura. Nos dois níveis da análise, o nível nacional e o europeu, a tese responde às hipóteses iniciais e apoiam o uso de métodos económicos como o DEA Malmquist usado na tese.

6.1.1 A VALIDADE DO MÉTODO

Segundo Barros (2003) o DEA não identifica os factores que causam a ineficiência mas direcciona a atenção para as unidades de decisão onde existe a ineficiência. Contudo, esta informação é válida porque os inputs e outputs que contribuem para esta ineficiência também são identificados, referem Bessent e Bessent (1980). O mesmo se pode afirmar em relação à produtividade. No método DEA Malmquist as unidades menos produtivas são identificadas e os factores que contribuem para os resultados positivos e negativos também são identificados. Isto apesar das preocupações que existem acerca da robustez dos modelos DEA, segundo os quais a DEA só determina a eficiência relativa, não pode identificar todas as federações ou os países ineficientes porque todas as unidades da amostra podem ser ineficientes.

A abordagem do DEA tem vantagens para a gestão. O valor DEA é um valor aproximado da 'capacidade e competência' de uma federação ou um país que não pode ser obtido com facilidade e o custo eficaz pelas auditorias à federação. As auditorias são meios de recolha, análise e avaliação de informação das federações desportivas, caros e consumidores de tempo. A metodologia proposta na tese ultrapassa algumas destas dificuldades, permitindo às federações e aos países reunir informação útil com custo-eficiência e com rapidez. Dado que são consideradas simultaneamente várias dimensões para avaliar a produção desportiva de uma federação ou de um país, o modelo DEA é mais robusto e amplo do que qualquer um dos outros rácios de produtividade usados habitualmente numa análise de resultados.

Outra vantagem desta abordagem é da identificação estratégica das federações e dos países importantes. A performance dos métodos de avaliação baseados nos inputs baseia-se da avaliação de informação 'point-in-time' onde a informação é um instantâneo da performance da federação ou do país. Avaliando as federações e os países de uma perspectiva estratégica pode-se argumentar que as avaliações baseadas nas capacidades e competências inerentes são suficientes. Ou seja, as federações e os países com valores de eficiência maiores são mais capazes de terem capacidades superiores e serem melhores candidatos para a inclusão num ambiente competitivo no qual são apoiados com fundos relacionados com os resultados.

Considerando os resultados das federações, as implicações de gestão desta tese são as seguintes: Primeiro, a agência reguladora do desporto português deve melhorar os seus procedimentos de acompanhamento das actividades das federações, para incentivá-las a aumentarem a sua eficiência produtiva. Adoptando este procedimento, a agência reguladora pode ultrapassar a fraca intervenção de outros parceiros no processo de gestão. Segundo, a agência reguladora das federações deve alargar a informação recolhida na inspecção de acompanhamento para incluir os factores contextuais para além do controlo de gestão, dado que não é claro se as diferentes federações actuam no mesmo contexto de gestão. Terceira, a informação reunida deve ser publicada, por exemplo, na internet, estabelecendo um conjunto de informação transparente a que os parceiros têm acesso na medida em que essa informação não aparece

nos relatórios anuais das federações. Por último, as análises de benchmark devem ser feitas com a informação recolhida de forma a obrigar a um ajustamento eficiente das federações com a performance mais pobre.

Tais medidas definirão um ambiente de governance inter e intra organizacional com prestação de contas, transparência e incentivos à eficiência que obriguem explicitamente as federações desportivas a alcançar a eficiência nas suas actividades desportivas. Este resultado procura estabelecer a estrutura de governance nas federações desportivas com o objectivo de melhorar a eficiência organizacional, ver Kikulis (2000).

Considerando os resultados dos países europeus, as implicações de gestão desta tese são as seguintes: Primeiro, a agência reguladora europeia deve melhorar os seus procedimentos de acompanhamento das actividades dos países, para incentivá-los a aumentarem a sua eficiência produtiva visando a sua produtividade e competitividade nacional. Adoptando este procedimento a União Europeia melhorará a sua política desportiva é a dos Estados membros. Segundo, a União Europeia deve alargar a informação recolhida no acompanhamento para incluir os factores contextuais europeus, dado que não é claro se os diferentes países actuam no mesmo contexto principalmente pertencendo a grupos de governance desportiva distinta. Terceira, a informação reunida deve ser publicada, por exemplo, na internet, estabelecendo um conjunto de informação transparente a que os parceiros têm acesso na medida em que essa informação não aparece nos relatórios nacionais. Por último, as análises de benchmark devem ser feita com a informação recolhida de forma a obrigar a um ajustamento eficiente dos países com a performance mais pobre, como é o caso de Portugal.

6.1.2 OS CONTRIBUTOS DA ANÁLISE DE CONTEXTO

A tese sugere do ponto de vista teórico existir apenas uma função de produção do desporto que é composta por três funções de produção complementares: a

da produção informal, a recreativa e a do alto rendimento sob a racionalidade de uma dupla regulação privada e pública.

O modelo DEA tem os resultados esperados referentes à variação da produtividade e apresenta limitações nos resultados europeus devido à insuficiência das estatísticas homogêneas e de longo prazo que acompanhassem os resultados delineados na análise de contexto clarificando se as fragilidades do modelo produtivo português o levam a convergir ou a divergir para a média europeia e demonstrando a existência na Europa de três modelos nacionais de produção desportiva.

Se a análise DEA Malmquist diz que os resultados de produção desportiva portuguesa são positivos, a análise de contexto sugere vias alternativas face à dimensão do produto desportivo português e que Portugal não possui.

O modelo DEA tem potencialidades a que a escassez de informação desportiva, económica e social não permite responder para as características da produção desportiva apresentada na análise de contexto. Particularmente falta informação europeia para ilustrar os produtos, co-produtos e externalidades desportivas e estatísticas da gestão de mercado horizontais sobrepostos como os da prática informal, da recreação e do alto rendimento regulados duplamente pelas federações e pelas instituições públicas. Como demonstra a análise de contexto Portugal e a Polónia têm mercados pouco competitivos e menor massa crítica e estão entre os países com maior produtividade segundo o método DEA Malmquist o que sugere a limitação da informação usada apenas dos anos de 2005 e 2007 na análise e que se pode concluir ser um resultado pontual para os dois países, exigindo maior sistematização e disponibilidade de estatísticas nacionais dos países integrantes da União Europeia. Na realidade, a Polónia e Portugal apresentam resultados na recreação abaixo dos europeus e quer Portugal, no grupo dos países do sul da Europa, quer a Polónia, nos do leste, têm níveis de produção inferiores aos restantes países do grupo que os resultados da aplicação do método DEA Malmquist não explicitam. Quanto à excelência do alto rendimento polaco nos Jogos Olímpicos e do futebol português, a informação disponível é

insuficiente para a análise dessas características não tendo sido analisada na tese essa produtividade em particular.

A análise de contexto e os resultados do método DEA Malmquist sugerem que do ponto de vista de Portugal, a economia do desporto deveria desenvolver estatísticas e estudos que sustentassem a compreensão da produção desportiva integrando os seus produtos, co-produtos e externalidades num mercado gozando da dupla regulação privada e pública nos níveis nacional e no europeu. Os resultados da produtividade de Portugal necessitam de uma melhor compreensão tanto do ponto de vista do que é positivo como do que apresenta limitações.

Esta área do conhecimento económico e desportivo está no seu início escasseando estudos sobre a natureza do produto desportivo, sobre as estatísticas económicas e não-económicas necessárias à compreensão do produto, da produção e do mercado que maximizam o bem-estar social e a teoria económica aplicada à compreensão do produto económico do desporto.

A análise científica utilizada na tese baseada no modelo DEA não pôde, principalmente ao nível europeu Portugal beneficiar de estatísticas abundantes e adequadas à produtividade dos países utilizando múltiplos outputs e inputs de acordo com a produção desportiva integrando a recreação e o alto rendimento.

A base de dados europeia, de que apenas existem dois anos, é frágil tendo o modelo europeu sido incapaz de distinguir o produto desportivo dos diferentes grupos europeus, norte e centro, sul e leste da Europa e as diferenças dentro de cada grupo, onde Portugal ocupa um lugar modesto, segundo a análise de contexto.

Os resultados da análise de contexto sugerem que a formação de uma massa crítica nacional informal e recreativa está atrasada e que esse será um objectivo de política a desenvolver.

Em virtude das condições de produção desportiva descritas o alto rendimento nacional não goza da massa crítica acumulada por outros países europeus, não só os mais desenvolvidos, como dos menos desenvolvidos com quem

Portugal apenas esporadicamente consegue competir por possuírem condições de competitividade que justificam uma análise superior. Do ponto de vista desportivo não existem escolas desportivas como na Austrália, Espanha e Holanda, que se construíram a partir dos exemplos dados pelo modelo olímpico dos países de leste e cujas características científicas e éticas melhoraram substancialmente.

6.2 CONCLUSÃO

As conclusões gerais do estudo são:

- Há no desporto português o receio de regular a acção dos agentes privados para a competitividade e o risco. Falta o pudor de deixar sem resposta os fundamentos, quer constitucionais, quer dos princípios gerais que movem os Estados dos países mais desenvolvidos do mundo na prossecução do bem-estar social e da competitividade dos modelos nacionais de desenvolvimento desportivo. A resposta pelo Estado português aos interesses particulares das suas federações teve como consequência o atraso nos indicadores de desenvolvimento desportivo face à Europa. Se bem que as federações portuguesas estejam satisfeitas com o seu output desportivo, o real prejudicado da falta da competitividade de Portugal e da sua política desportiva é a população e a mediocridade da performance desportiva portuguesa, quando analisada em termos europeus agregados;
- A produção desportiva organiza-se segundo uma pirâmide de procura, segundo Downward e Riordan (2006) e oferta baseada em 3 degraus de actividades informais, recreativas e de alto rendimento. Este modelo responde aos princípios de política definidos pela União Europeia e sustenta teoricamente a produção pública que é superior à produção privada, segundo Szymanki (2010).
- O modelo económico apresentado na tese tem fundamentos na teoria económica que, a serem usados, ajudarão os decisores desportivos a

maximizar o bem-estar do desporto como um sector uno. Os pontos relevantes do modelo são: o primeiro ponto é que as federações possuem direitos de propriedade reconhecidos mundialmente sobre toda a produção de uma actividade desportiva incluindo a produção dos clubes e das empresas integradas nos seus quadros competitivos. O segundo ponto é que cada federação é um monopólio que compete com todos os monopólios produtores de actividades desportivas pelo consumo desportivo das populações nacionais, europeias e mundiais. O terceiro ponto sugere que existe uma rede de benefícios externos entre todas os produtores desportivos em que o aumento do produto de um produtor beneficia todos os outros e em que a rede se estende para fora da estrutura de produção desportiva beneficiando a economia e a sociedade por inteiro. O quarto ponto afirma que existe uma dupla regulação, a privada e a pública, para maximizar o produto desportivo e o bem-estar das populações nacionais. O Livro Branco do Desporto mostra que a dupla regulação, privada e pública, é importante para a maximização do produto desportivo de cada federação, para a maximização do produto desportivo, é do interesse da população nacional e para a maximização do bem-estar da população europeia. O quinto ponto é que a regulação pública e privada sejam acompanhadas por estudos sociológicos, de direito e de economia, entre tantos outros, como faz a União Europeia, no sentido de se monitorar a sua implementação.

As conclusões deste estudo aplicadas a Portugal são:

- Mundialmente o produto desportivo moderno é produzido num sector complexo e dinâmico organizado por três funções de produção económicas inter-relacionadas e que se identificam com a prática desportiva informal, a recreativa e a de alto rendimento. O estudo sugere, como Collins (2010) já afirmara, que não existem efeitos automáticos, *twickledown effects*, que façam milagres para progredir no bem-estar europeu, como investir sobretudo no alto rendimento e nos megaeventos desportivos. Portugal se quer ser um país com indicadores próximos e acima da média europeia tem de investir dinamicamente e

com eficiência económica nas três funções de produção da prática desportiva informal, recreativa e alto rendimento. Este investimento dinâmico e com eficiência tem princípios económicos que devem ser respeitados;

- A análise de contexto mostra estatisticamente que a situação de Portugal é inferior ao seu potencial económico e demográfico e que as políticas preconizadas pela União Europeia são exemplos que Portugal abdica preferindo a primazia da lei sem contudo exercer sobre ela o escrutínio da análise económica das leis, dos seus resultados e das alternativas de desenvolvimento sustentado do desporto nacional;
- Portugal necessita de compreender e copiar os bons exemplos internacionais e estudar também os bons exemplos nacionais. Os países do norte e do centro da Europa possuem exemplos extraordinários na promoção do desporto informal e da recreação, ultrapassando os 60% das respectivas populações. Estes países, assim como os do leste, a Austrália e a Espanha, por exemplo, são campeões olímpicos excepcionais e Portugal beneficiaria da aprendizagem dos processos de competição desses países o que não tem feito. Portugal também não promove os seus melhores exemplos desportivos como os de Moniz Pereira e de Carlos Queiroz (este quando passou pela primeira vez na FPF) para falar apenas dos casos mais antigos e de maior sucesso desportivo. O que aconteceu no Mundial da África do Sul é o exemplo de que o futebol necessita de uma reforma profunda que desde o Europeu 2004 se está a adiar;
- Particularmente as políticas desportivas nacionais necessitam do acompanhamento de estudos de benchmark e de serem avaliados pelos seus resultados usando análises relacionadas com as estatísticas europeias e nacionais. A promoção da produção de estatísticas do desporto e de estudos acima referidos devem ser incentivadas em Portugal e o país deve assumir na Europa um papel activo nesta área que na Europa, se está a desenvolver.

Do ponto de vista do interesse do associativismo desportivo existem conclusões particulares que complementam as atrás indicadas e que são:

- Inúmeras federações nacionais dos Estados membros e federações europeias são activas na concepção do futuro da sua produção desportiva tal como descrito pelo Livro Branco e esse exemplo não foi ainda compreendido e 'copiado' pelas federações portuguesas para o seu próprio benefício. Justifica-se que as federações portuguesas façam e sejam incentivadas a fazer análises de benchmark com os seus competidores europeus de maior sucesso. Só assim conseguirão aproximar-se dos produtores desportivos de referência europeia e mundial. As análises de benchmark deverão fazer-se nas três funções de produção, da modalidade considerada, procurando em cada um dos níveis definir os indicadores de eficiência económica de sucesso e encontrar os indicadores de equidade que deverão ser alvo de actuação de política pública por parte do Estado;
- Em particular o Comité Olímpico de Portugal e a Confederação de Desporto vivem a armadilha, do *twickledown effect*, do alto rendimento e não compreendem que a sua saída para a crise nacional é a recreação e o desporto informal sem os quais não alcançam a massa crítica necessária à sustentação do alto rendimento português. Há funções novas a serem assumidas na função de produção da recreação e do desporto informal que nem o COP, nem a CDP hoje praticam. Eventualmente sob a forma de duas instituições será impossível conseguir resultados inovadores e de sucesso para o desporto português como outros países já assumiram. Há que assumir uma revolução no topo da regulação privada do desporto português que países como a Alemanha assumiram nos últimos dez anos;
- A análise do método DEA Malmquist demonstrou existirem resultados de produtividade das federações que são positivos e outros negativos. Os primeiros mostram haver vias que devem continuar a ser trilhadas e promovidas pelas federações e outras que devem ser evitadas. A análise da eficiência económica é um instrumento útil para a expansão da actividade das federações para além das leis e dos regulamentos do

Estado e das próprias federações. Assim, a produção estatística é um dos elementos fundamentais para quantificar as políticas e as medidas de política.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Akerlof, G.A., 1970, "The Market for 'Lemons': Quality Uncertainty and the Market Mechanism". *Quarterly Journal of Economics* 84 (3): 488–500.

Andreff, W., Bourg, J.-F., Halba, B., Nys, J.-F., 1994, *The Economic Impact of Sport in Europe: Financing and Economic Impact*, Council of Europe, Strasbourg.

Andreff, W., Staudohar, P.D., 2001, "The Evolving European model of Professional Sports Finance", in *Actas, Conferência Internacional sobre Economia do Desporto*, CISEP, Instituto Superior Economia Gestão, Universidade Técnica Lisboa.

Andreff, W., Szymanski, S., 2006, *Handbook on the Economics of Sport*, Edward Elgar.

Andreff, W., 2005, *A Coubertoin Tax Against Muscle Drain*, 4th Play the Game Conference: Governance in Sport: The Good, the Bad & the Ugly, Copenhagen, 6-10 November.

Andreff, W., 2008, 'Globalization of the Sports Economy', *Rivista di Diritto ed Economia dello Sport*, Vol. IV, Fasc. 3, 2008.

Arnaut Report, 2006, *Independent European Sport Review*, European Union, UEFA, Nyon, Switzerland.

Barros, C.P., Muradali, I., Szymanski, S., 2002, *Transatlantic Sport: The Comparative Economics of North American and European Sports*, (Edits.) Edward Elgar.

Barros, C., P., 2003, *Incentive Regulation and Efficiency in Sport Organisational Training Activities*, *Sport Management Review*, 2003, 6, pg 33-52.

Barros, C., P., Santos, A., 2003, Productivity in Sports Organisational Training Activities: a DEA Study, *European Sport Management Quarterly*, 2003, 3, pg. 46-85.

Barros, C., P., 2005, Measuring Efficiency in the Hotel Sector, *Annals of Tourism Research*, Vol. 32, n 2, Elsevier.

Barros, C., P., Dieke, P., U., C., 2007, Analysing the Total Productivity Change in Travel Agencies, *Tourism Analysis*, Vol. 12.

Barros, P. P., 2009, *Economia da Saúde: Conceitos e Comportamentos*, Almedina, 2.^a Edição.

Becker, G., 1965, A Theory of the allocation of Time, *Economic Journal*, 75, 299: 493-517.

Bento, J.O., Constantino, J.M. (coordenação 17 autores), 2007, *Em Defesa do Desporto: Mutações e Valores em Conflito*, Almedina, Coimbra.

Bento, J.O., (editor), Constantino, J.M. (autores), 2009, *O Desporto e o Estado: Ideologias e Práticas*, Edições Afrontamento, Porto.

Bento, V., 2009, *Perceber a Crise para Encontrar o Caminho*, Bnomics, Lisboa.

Bourg, J.-F., Gouguet, J.-J., 2007, *Économie Politique du Sport Professionnel: L'Éthique à l'Épreuve du Marché*, Vuibert.

Bruto da Costa, A., Baptista, I., Perista, P., Carrilho, P., 2008, *Olhar Sobre a Pobreza: Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*, Gradiva.

Bento, J. O., 2005, *Um Compromisso Nacional* [documento electrónico]. Congresso do Desporto. Matosinhos: Instituto do Desporto de Portugal, 2005 – 1 CD-Rom; “Para um país desportivo” 12.12.2005.

Bento, J.O., 2007, Em Defesa do Desporto, in: Em Defesa do Desporto: Mutações e Valores em Conflito, coord J.O.Bento e J.M. Constantino, Almedina.

Bloyce, D., Smith, A., 2010, Sport Policy and Development: an Introduction, Routledge.

Bosscher, V., Bingham, S.S., Bottenburg, M., Knop, P., 2008, The Global Sporting Arms Race: An International Comparative Study on Sports Policy Factors Leading to International Sporting Success, Meyer & Meyer Sport..

Borland, J., 2006, The Production of Professional Team Sports, in the Economics on the Economics of Sport, Edward Elgar.

Bourdieu, P., 1986, The Forms of Capital, in: Richardson, JG (ed.) Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education, Greenwood Press, New York.

Cafferata, R., 2004, edição 2, Governance and Management in the Business of Sport, © SYMPHONYA Emerging Issues in Management, <http://www.unimib.it/upload/gmbssport.pdf>, 4 Abril 2010.

Carmichael, F., Thomas, D., Ward, R., 2000, Team Performance 2: Production and Efficiency in English Premiership Football, Research Paper 2000-3, School of Management and Business, Aberystwyth, University of Wales.

Carvalho, M., 1975, Desporto e Revolução: Uma Política Desportiva. Lisboa, Ed. DGD.

Carvalho, A. M., 1978, Cultura Física e Desenvolvimento, Lisboa, ed. Compendium, 1978.

Carvalho, M., 1987, Desporto Escolar, Caminho.

Carvalho, M. J., 2007, Os Elementos Estruturantes do Regime Jurídico do Desporto Profissional em Portugal, Dissertação de Doutoramento Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Carvalho, M., J., 2009, Elementos Estruturantes do Regime Jurídico do Desporto Profissional em Portugal, Coimbra Editora, Coimbra.

Chabert, J.M., 1999, Um Rumo para o Desporto em Portugal: a Política Desportiva do XIII Governo Constitucional, Centro de Estudos e Formação Desportiva, Lisboa.

Chapellet, J.-L., 2010, Autonomy of Sport in Europe, EPAS, Council of Europe.

Coase, R., 1960, The Problem of Social Cost, *Economica*, 4: 386-415.

Coelli, T., J., 1996, A Guide to DEAP Version 2.1: A Data Envelopment Analysis (Computer) Program, CEPA Working Papers, Department of Econometrics, University of New England, Australia, <http://www.une.edu.au/econometrics/cepawp.htm>.

COI, 2010, <http://www.olympic.org/>.

Collins, M., 2010, Examining Sports Development, Routledge.

Crespo, J., 1990, História do Corpo. Lisboa, Ed. Difel.

Crespo, J., 1992, A Educação Física: Reestruturação de uma Identidade, Lisboa, Revista Horizonte, Vol. VIII, nº48.

Constantino, J.M. (coordenação 16 autores), 2003, O Desporto para Além do Óbvio, Instituto do Desporto de Portugal, Lisboa.

Constantino, J., 2009. De um Estado-Problema a um Estado-Parceiro. In: O Desporto e o Estado: ideologias e práticas. Bento, J. e Constantino, J. (coord). Edições Afrontamento, pp. 57- 66.

Correia, J., 2009, Políticas Públicas e Desenvolvimento Desportivo do Desporto. In: Bento, J.; Constantino, J. (coord.), O Desporto e o Estado. Porto: Edições Afrontamento, pp. 7 – 44.

CPCCRD, 2010, Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, 2009, Uma caracterização do associativismo confederado em Portugal, <http://www.confederacaodascolectividades.com/imagens/publicacoes/Inquerito.pdf>.

Cunha, L.M., 2007, Os Espaços do Desporto: Uma Gestão para o Desenvolvimento Humano, Almedina, Coimbra.

Demmert, H.G., 1973, The Economics of Professional Team Sports, Lexington, Mass: Lexington Books.

Downward, P., Dawson, A., Dejonghe, T., 2009, Sports Economics: Theory, Evidence and Policy, Elsevier.

Downward, P., Riordan, J., 2007, Social Interactions and the Demand for Sport: An Economic Analysis, Contemporary Economic Policy, Vol 25-4, pp 518-537.

El-Hodiri, M., Quirk, J., 1971, An Economic Model of a Professional Sports League, Journal of Political Economy, Vol. 79, nov-Dec.

Encyclopedia of Marxism, 2010, Glossary of Terms, The Trickle-down Effect, <http://www.marxists.org/glossary/terms/t/r.htm>, 10 Abril 2010.

Enouch, N., Towards a Contemporary National Structure for Youth Sport in England, in Collins, M., 2010, Examining Sports Development, Routledge.

Esteves, J. 1967, O Desporto e as Estruturas Sociais: História e sociologia do desporto. Lisboa: Prelo.

Esteves, J., 1999, O Desporto e as Estruturas Sociais: um Ensaio sobre a Interpretação do Fenómeno Desportivo, Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa.

Eurobarometer, 2005, The Citizens of the European Union and Sport, 2005, http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_213_report_en.pdf, 31 Março 2010.

Eurobarometer, 2010, Sport and Physical Activity, 2010, http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb_special_en.htm#334, 31 Março 2010.

European Union, 2010, Working Group Sport Satellite Accounts, 2010, Sport Satellite Accounts: A European Project, first results. http://ec.europa.eu/sport/library/doc/b1/madrid_forum_sport_satellite_account_eaflet.pdf, 11 de Julho de 2010.

Feio, N., 1978, Desporto e Política, Colecção Educação Física e Desporto. Compendium.

FIFA, 2007, Rankings Sobre as Selecções Nacionais, Site: <http://www.fifa.com/worldfutebol/ranking/lastranking/gender=m/fullranking.html>, Novembro 2007

Fernandes, F., 2003, A Educação e o Desporto Enquanto Opções Estratégicas para a Inovação e para o Desenvolvimento Sustentável: Estratégia da Região Autónoma da Madeira, Apogesd, Oeiras.

Fort, R.D., 2003, Sports Economics, Prentice Hall.

Frank, R., Bernanke, B., 2007, Principles of Macroeconomics, Princeton.

Friedman, D., 1992, Direito e Ciência Económica, Revista Sub-Judice: Justiça e Economia: A Análise Económica do Direito e da Justiça, Jan-Abr n.º 2, Almedina.

Garoupa, N., Rossi, L., 2005, Análise Económica do Quadro Legal Português do Século XX, Revista Sub-Judice: Análise Económica do Direito – Parte I, Out-Dez n.º 33, Almedina.

Garoupa, N., 2005, Editorial, Revista Sub-Judice: Análise Económica do Direito – Parte I, Out-Dez n.º 33, Almedina.

Gratton, G. e Taylor, P., 1985, Sport and Recreation: An Economic Analysis, Spon, London.

Gratton, G. e Taylor, P., 2000, Sport and Recreation: An Economic Analysis, Taylor e Francis, London.

INATEL, 2010, site, <http://www.inatel.pt>, 11 de Julho de 2010.

Jensen M.C., Meckling, W., 1976, Theory of the Firm: Managerial Behaviour, Agency Costs and Capital Structure, Journal of Financial Economics, 3: 305-60.

Jones, H., 1989, The Economic Impact and Importance of Sport: a European Study, Council of Europe, Strasbourg.

Kirkeby, M., 2009, The Pyramid is History! The Real Challenges and Conflicts Between Grass-roots and Top Sport, ISCA (International Sport and Culture Association), www.isca-web.org, 2010.

Kikulis, L.M., 2000, Continuity and Change in Governance and Decision-making in National Sport Organizations: Institutional explanations, Journal of Sport Economics, 14, 293-320.

Kung, H., 2010, Carta Aberta aos Bispos de Todo o Mundo, Jornal Público, <http://jornal.publico.pt/pages/section.aspx?id=64510&d=24-04-2010>, 24 de Abril de 2010.

Kesenne, S., 2007, The Peculiar International Economics of Professional Football in Europe, Scottish Journal of Political Economy, Vol. 54, n.º 3, July.

Leibenstein, H., 1966, Allocative Efficiency vs “X-Efficiency”, American Economic Review, 56, 3: 392-415.

Leeds, E., and Leeds, M.A., 2007, International Soccer Success and National Institutions, AIES/IASE, Working Paper Series, paper no. 07-02;

Lima, T., 1981, Alta Competição Desporto de Dimensões Humanas? Livros Horizontes, Lisboa.

LIMA, T., 1989, Educação Física e Desporto. Temas e reflexões, ed. Livros Horizonte, Lisboa.

Lima, T., 1988, O Desporto Está nas suas Mãos, Livros Horizonte, Lisboa.

Lopes, J.S., 2002, O Conceito de Competitividade, Mesa Redonda sobre a Competitividade da Economia Portuguesa, Conselho Económico e Social, Lisboa, <http://www.ces.pt/file/doc/159>, 11 de Julho de 2010.

MacDonald, R., 2008, Sports Economist, Football in a Competitive Marketplace, 29 Fevereiro 2008. <http://www.thesportseconomist.com/2008/02/football-in-competitive-marketplace.htm>

MacDonald, R., 2010, (Ir)rational Reading, Sports Economist, May 15th, <http://thesportseconomist.com/wordpress/2010/05/15/irrational-reading/>

Manders, T., 2005, Professional Sport in the Internal Market (Project n. IP/A/IMCO/ST/2005-004) Commissioned by the Committee On The Internal Market And Consumer Protection of the European Parliament on the Initiative of Mr Toine Manders (MEP) September 2005, T.M.C. Asser Institute the Hague the Netherlands in Cooperation with Edge Hill College, United Kingdom (Lancaster University) Sport 2B, The Netherlands.

Manzenreiter, W., ‘The Business of Sports and the Manufacturing of Global Social Inequality’, Business of Sports, year 2, n. 6, jul2007, downloaded 06Jan09, site: <http://www.lazer.eefd.ufri.br/espsoc/pdf/es603.pdf>.

Marivoet, S., 2000, Hábitos Desportivos da População Portuguesa: O Desporto nas Práticas de Lazer, Revista Desporto, n.º 1, Jan. Fev. CEFD. Euro Expansão, pp. 36-49.

Marques, J.L., 1980, Plano Nacional de Desenvolvimento do Desporto: Orientação para a DGD, Ministério da Educação e da Ciência, Secretaria de Estado dos Desportos, Direcção-Geral dos Desportos, Lisboa.

Martins, V., 1992, Ronald Coase: Na Fronteira da Economia e do Direito, Revista Sub-Judice: Justiça e Economia: A Análise Económica do Direito e da Justiça, Jan-Abr n.º 2, Almedina.

Meirim, J.M., 1993, Leis do Sistema Desportivo, Editorial Notícias, Lisboa.

Meirim, J.M., 1994, Elementos para o estudo da política desportiva portuguesa Revista Horizonte XI (64). Nov. Dez, pp. 123-129.

Meirim, J.M., 1995a, Clubes e Sociedades Desportivas, Livros Horizonte Lisboa.

Meirim, J.M., 1995b, Dicionário Jurídico do Desporto. Edições Record, Lisboa.

Meirim, J.M., 2001a, Elementos para uma leitura crítica da legislação sobre o desporto, Confederação do Desporto de Portugal, Algés.

Meirim, J.M., 2001b, O papel do Estado na Educação Física e no Desporto a partir do Artigo 79º da Constituição da República Portuguesa, Bento, J., Pires, G., Sousa, G., e Meirim, J. (autores), Da Educação Física ao Alto Rendimento, Ciclo de conferências-debate promovido pelo núcleo de estágio de Educação Física e Desporto da Universidade da Madeira, O Desporto Madeira, pp. 91-118.

Meirim, J.M., 2002, A Federação Desportiva como Sujeito Público do Sistema Desportivo, Dissertação de Doutoramento em Motricidade Humana,

Especialidade de Ciências do Desporto, na Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa.

Meirim, J.M., 2003, Necessitará o Sistema Desportivo Português de um Quadro Normativo Renovado? in Sistema desportivo português: que modelo? Confederação do Desporto de Portugal, pp. 33-36, Lisboa.

Meirim, J.M., 2004, Leituras pré-normativas do Desporto, Revista Portuguesa de Gestão de Desporto, Ano 1, n.º 1, pp 24-35.

Meirim, J.M., 2007, O Direito do Desporto Perante os outros Direitos, in Em Defesa do Desporto: Mutações e Valores em Conflito, Bento, J., Constantino, J. (coord), Edições Almedina, pg. 197-202, Coimbra.

Mestre, A., 2002, Desporto e União Europeia: Uma Parceria Conflituante? Coimbra Editora, Coimbra.

Mestre, A., 2004, O Desporto na Constituição Europeia: o fim do “Dilema de Hamlet”, Livraria Almedina, Coimbra.

Moreira, A., 2009, A circunstância do Estado Exíguo, Diário de Bordo, Loures.

Mondello, M.J., Pederson, P.M., 2003, A Content Analysis of the Journal of Sports Economics, JSE, Vol. 4, n 1, 64-73, SAGE.

Neale, W., 1964, The Peculiar Economics of Professional Sports: A Contribution to the Theory of the Firm in Sporting Competition, Quarterly Journal of Economics, 78 (1), 1-14.

Noll, R., 1974, Government and the Sports Business, Washington, DC, Brookings Institution.

Noll, R., 2003, The organization of Sports Leagues, Oxford Review of Economic Policy, vol. 19, n.º 4.

Parrish, R., 2003, The Birth of European Union Sports Law, Entertainment Law, Vol.2, No.2, Summer 2003, pp.20–39, Frank Cass, London.

Pereira, A. S., 2007, Os Mitos da Economia Portuguesa, Guerra e Paz, Lisboa.

Pereira, A. S., 2009, O Medo do Insucesso Nacional, A Esfera dos Livros, Lisboa.

Petry, K., Steinbach, D., Tokarski, W., 2004, “Sports Systems in the Countries of the European Union”, European Journal for Sport and Society, 2004, 1 (1), 15-21.

Pigou, A.C., 1920, The Economics of Welfare, Macmillan, London.

Pires, G., 1985, Génese da Organização e do Desenvolvimento do Desporto em Portugal, Edição ISEF, Lisboa.

Pires, G., 1987, Do associativismo à orgânica desportiva, Edição DGD, Lisboa.

Pires, G., 1989, A Estrutura e a Política Desportivas: O Caso Português – Estudo da Intervenção do Aparelho Estatal no Sistema Desportivo Português, dissertação de doutoramento à Faculdade de Motricidade Humana, Universidade Técnica de Lisboa.

Pires, G., 1990, Relatório sobre a Disciplina de Desenvolvimento do Desporto. Lisboa, Edição Faculdade de Motricidade Humana.

Pires, G., 1996, Desporto e Política: Paradoxos e Realidade, Desporto Madeira, Madeira.

Pires, G., (coordenação de 23 autores) 2004, Cultura e Desporto, Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Povos e Culturas n.º 9, Lisboa.

Pires, G., 2007, Agôn Gestão do Desporto: O Jogo de Zeus, Porto Editora.

Pomfret, R., 2005, Industrial Organization of Professional Team Sports, School of Economics, University of Adelaide, Adelaide SA 5005, Australia, preliminary draft October 2005. Source internet 27mar2009: <http://www.economics.adelaide.edu.au/workshops/doc/sportsleagues.doc>;

Poupaux, S., 2006, Performances Économiques et Transformations du Secteur Sportif dans les pays Est-Européens: Une Contribution à L'Économie du Sport, Thèse pour le doctorat en Sciences Economiques Université de Paris I, Pantheon, Sorbone, Paris.

Putnam, R., 2000, Bowling Alone, Simon and Schuster, New York.

Quirk, J., Fort, F., 1992, Pay Dirt: The Business of Professional Team Sports, Princeton.

Riordan, J., 1979, Sport in the USSR and the 1980 Olympic Games, London and Wellingborough, Londres.

Rocha, A., 1973, Temas de Desporto: 1956-1973, Centro de Documentação e Informação da Direcção-Geral da Educação Física e Desportos, Ministério da Educação Nacional, Lisboa.

Rodgers, B., 1977, Rationalizing Sports Policies; Sport in its Social Context: International Comparisons. Council of Europe, Strasbourg.

Rodrigues, C., F., 2007, Distribuição do Rendimento, Desigualdade e Pobreza: Portugal nos Anos 90, Almedina, Coimbra.

Rottenberg, S., 1956, The Baseball Players' Labor Market, Journal of Political Economy, 44 (3), 242-58.

Saari, S., 2006, "Productivity. Theory and Measurement in Business" (PDF). Espoo, Finland: European Productivity Conference, http://www.mido.fi/index_tiedostot/Productivity_EPC2006_Saari.pdf.

Santos, V., 1989, Estrutura de Mercado e Integração Internacional: a Indústria Transformadora Portuguesa no Período 1977-1982, ISEG-UTL, tese doutoramento, Lisboa.

Santos, V., 2002, Modelos de Crescimento: Qualitativo ou Quantitativo? Mesa Redonda sobre a Competitividade da Economia Portuguesa, Conselho Económico e Social, Lisboa, <http://www.ces.pt/file/doc/159>, 11 de Julho de 2010.

Sardinha, L.B., 2009, Desporto: Uma Visão de Serviço Público, 2005-2009, Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto, Lisboa.

Sarmiento, J.P., Coelho, R., Carvalho, M. J., Freitas, D., (2008). Análise das dissertações de mestrado e teses de doutoramento na Faculdade de Desporto da Universidade do Porto (16 slides), <http://apogesd.org/9Congresso/Documentos/Apoio/apresentacoes9Congresso/sabado/manha/11hauditorio2Diane.pdf> .

Sarmiento, J.P., Januário, C., Carvalho, M.J., (2009a). Políticas Públicas Desportivas: Avaliação do Nível de Execução e Eficácia nos Municípios da Área Metropolitana do Porto. Revista Portuguesa de Ciências do Desporto, Volume 9, n.º 2 (Supl. 1), Novembro 2009, pp. 26-32.

Sarmiento, J.P., Januário, C., Carvalho, M.J., (2009b). Inferências sobre o desporto nos municípios da Área Metropolitana do Porto para o mandato 2009-2013. Poster apresentado ao X Congresso Nacional (II Internacional) de Gestão do Desporto (APOGESD).

Shneidman, N.N., 1979, The Soviet Road to Olympus, Routledge and Kegan, Londres.

Schumpeter, J., original 1942, Capitalism, Socialism and Democracy, New York: Harper, 1975.

Sérgio, M., 2004, O Desporto e a Motricidade Humana: Teoria e Prática, Povos e Culturas, Universidade Católica Portuguesa, Coord. Gustavo Pires.

Serôdio, A., 2000, Desenvolvimento Regional e o Desporto, Documento de circulação interna, Universidade de Trás os Montes e Alto Douro.

Serôdio, A., 2001, O Associativismo Desportivo no Distrito de Vila Real: estudo das colectividades desportivas e seus dirigentes, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Trás os Montes e Alto Douro, Vila Real.

Serôdio, A., Maças, V., 2003, Os Directores e a Prática Desportiva nos Clubes de Vila Real, Apogesd, Oeiras.

Serôdio, A., 2004, Proposta de Modelo de Desenvolvimento para o Desporto em Portugal, Revista Portuguesa de Ciências do Desporto. Vol. 4, n.º 2., Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física, Porto.

Sloane, P., 1969, The Labour Market in Professional Football, British, Journal of Industrial Relations, 7 (2), 161-99.

Sloane, P., 2006, Rottenberg and the Economics of Sport after 50 Years: An Evaluation, IZA Discussion Paper No. 2175, June 2006

Soucie, D., Doherty, A., 1996, Past Endeavors and Future Perspectives for Sport Management Research, Quest, 48, 486-500.

Sousa Franco, A., 1992, Análise Económica do Direito: Exercício Intelectual ou Fonte de Ensinos?, Revista Sub-Judice: Justiça e Economia: A Análise Económica do Direito e da Justiça, Jan-Abr n.º 2, Almedina.

Stiglitz, J. E., Sen, A., Fitoussi, J.-P., 2008, Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress, French Presidency European Union.

http://www.minefe.gouv.fr/presse/dossiers_de_presse/090914mesure_perf_eco_progres_social/rapstiglitz_en.pdf, 13 Abril 2010.

Szymanski, S., 2010, What Future Sustainable Funding Model(s) for Grassroots Sports in the Internal Market? European Union Brussels Conference, February 16th, 2010.

Vrooman, J., 2007, Theory of the Beautiful Game: The Unification of European Football, *Scottish Journal of Political Economy*, Vol. 54, n.º 3, July;

Weber, W., Schnieder, C., Kortlüke, N., Horak, B., (1993), The Sports Related Consumer Expenditure in 1990 in East and West Germany, Universität Paderborn.

Zimbalist, A., ed., 2001, *The Economics of Sport*, Cheltenham, Edward Elgar.